

Laura Zucuni Guasso

**Educação de Adultos no Brasil: O caso do
Programa Nacional de Acesso ao Ensino
Técnico e Emprego (Pronatec) do Instituto
Federal Farroupilha (IFFar)**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS
ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO DE ADULTOS

Laura Zucuni Guasso

Educação de Adultos no Brasil: O caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE

Orientação
Prof.^a Doutora Ana Isabel Couto

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS
ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO DE ADULTOS

AGRADECIMENTOS

Obrigada a Deus pela oportunidade de estar neste plano, desfrutando da vida e da vontade de tornar-me melhor a cada dia.

Aos meus pais, João Valeri e Marisete, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos, pelo exemplo, por investir na minha educação e por encorajar-me a realizar esta pós-graduação. Foram vocês que me ensinaram que as conquistas vêm do estudo e do esforço. É tudo por vocês e para vocês.

Aos meus irmãos Leonardo e Júlia, que, apesar de serem mais novos, ensinam-me e são meus exemplos de dedicação e amor aos estudos.

Ao meu amor, Tairon, pelo carinho e apoio e por ajudar-me no desenvolvimento e na revisão deste trabalho.

À minha amiga Laura, pela compreensão nas ausências decorrentes deste trabalho.

Às minhas amigas e colegas Andreia, Cristiane, Débora, Elisandra e Júlia, pelas trocas de dicas, palavras de incentivo e amizade no dia a dia.

À Maria Lúcia, a Malu, por compartilhar o gosto pelo Pronatec e pelas valorosas e sensatas opiniões.

Ao Instituto Federal Farroupilha, pela parceria com o Instituto Politécnico do Porto, que resultou na oportunidade de eu realizar este mestrado. Obrigada, Reitora Carla Jardim e chefes Denize Sott e Vanderlei Pettenon.

À minha orientadora, Ana Isabel Couto, pela condução e apoio. Aprendi muito consigo.

Finalmente, um agradecimento especial aos egressos, professores e coordenadores do Pronatec, que aceitaram o convite para a realização das entrevistas. Foi gratificante conhecer um pouco da história de vocês.

RESUMO

Esta dissertação enquadra-se na linha de pesquisa Educação e Formação de Adultos, do Instituto Politécnico do Porto. Pretende-se analisar a inserção dos egressos dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) lecionados no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) no mercado de trabalho, bem como as contribuições dessa formação em seus trajetos profissionais e pessoais. O Pronatec foi criado em 2011, tendo como principais objetivos a expansão, a democratização e a interiorização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Desde a sua implementação, o IFFar dedicou-se ao bom desempenho do programa, investindo e buscando o êxito dos alunos nos cursos. Contudo, não existe um acompanhamento do programa que permita auscultar as contribuições do Pronatec nas trajetórias profissionais e pessoais dos seus egressos. Dessa forma, esta pesquisa pretende colmatar este vazio de conhecimento, tendo como objetivo geral a identificação e compreensão dos principais contributos do programa nas vidas dos egressos. Procurou-se investigar, por meio de pesquisa qualitativa aplicada a um estudo de caso, os benefícios do Pronatec nas trajetórias profissional e pessoal dos egressos, privilegiando-se três dimensões específicas de análise: motivações para a realização dos cursos, percepções individuais em relação ao Pronatec e representações sobre os contributos do programa para a inserção no mercado de trabalho. Para a prossecução de tais objetivos, desenhou-se uma metodologia qualitativa, assente na realização de entrevistas, de cariz semidiretivo, a um conjunto relevante e diversificado de atores-chave do programa, no período de 2014 a 2016, nomeadamente: egressos dos cursos Pronatec do IFFar das modalidades FIC (Formação Inicial e Continuada) e técnico concomitante ao ensino médio (15 entrevistados); professores que lecionaram no programa (10 entrevistados); e coordenadores do Pronatec (5 entrevistados). Na análise e discussão dos resultados, recorre-se à técnica de análise de conteúdo, procurando-se um olhar cruzado e holístico das representações dos atores-chave em relação às dimensões analíticas privilegiadas na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Egressos; Motivações; Inserção no Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This thesis pertains to Polytechnic Institute of Porto's Adult Education and Training studies and aims at analyzing the employability and access to the labor market of Instituto Federal Farroupilha's Pronatec (National Program for Access to Technical Education and Employment) students, as well as the effects of the program on their lives and professional career. Pronatec debuted in 2011, focused on promoting technical education and expanding the availability of professional courses in secondary education, especially in less developed regions or towns. Since then, the institution has driven efforts to ensure its achievements; nevertheless, it has not developed a formal procedure to measure Pronatec's impact on students' paths yet. Therefore, as a means to fill that gap, this work intends to identify and comprehend the impact of the program on their lives, concerning personal and professional aspects. The study is based on case study approach and scrutinizes three specific dimensions with respect to Pronatec: students' motivation, students' personal impressions and employability. It applies qualitative research method, performed via semi-structured interviews with former students, teachers and directors of Pronatec, comprising the period between 2014 and 2016. The results are interpreted and discussed through content analysis method, seeking a holistic view of the key players concerning the addressed dimensions.

KEYWORDS: Technical Education; Alumni; Motivation; Labor Market Insertion.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	viii
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. Educação Profissional no Brasil: principais marcos evolutivos e características na atualidade	5
1.1.1. Reestruturação da Rede Federal	9
1.1.2. Criação dos Institutos Federais	11
1.2. Educação de Jovens e Adultos no Brasil	15
1.2.1. Educação de Adultos no Brasil: breve caracterização socio-histórica	15
1.2.2. Educação de Jovens e Adultos a partir dos anos 90	16
1.2.3. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: especificidades	19
1.2.3.1. Educação de Adultos: motivações dos adultos em busca da escolarização	22
1.2.4. Educação de Adultos e inserção no mercado de trabalho	25
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	29
2.1. Problema e Justificativa	29
2.2. Objetivos	30
2.3. Desenho de investigação	30
2.3.1. Técnicas de recolha e tratamento de dados privilegiadas	32
2.4. O Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: principais objetivos e dados evolutivos de caracterização	34
2.5. Local de Estudo e Participantes	40
2.5.1. Local de estudo: O Pronatec no IFFar	40

2.5.2. Os participantes na pesquisa: Egressos, Professores e Coordenadores do Pronatec no IFFar	45
3. CAPÍTULO III – CONTRIBUTOS DO PRONATEC: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
3.1. Contributos do Pronatec: a visão dos egressos	47
3.1.1. Perfil sociográfico dos egressos entrevistados	47
3.1.2. Principais motivações para a realização dos cursos Pronatec	50
3.1.3. Percepções e avaliações em relação ao Pronatec: infraestruturas e professores	53
3.1.4. Contributos do Pronatec para a trajetória profissional dos estudantes egressos: inserção no mercado de trabalho, motivações, expectativas e dificuldades	55
3.2. Contributos do Pronatec: a visão dos professores	68
3.2.1. Perfil sociográfico dos professores entrevistados	68
3.2.2. Apoio do IFFar para a realização dos cursos	69
3.2.3. Contributos do Pronatec para os trajetos profissionais e pessoais do estudantes	72
3.3. Contributos do Pronatec: a visão dos coordenadores	75
3.3.1. Metodologias de ensino do Pronatec no IFFar	76
3.3.2. Percepções sobre o modo de funcionamento do programa: gestão da bolsa-formação e certificação dos alunos.	79
3.3.3. Contributos dos cursos Pronatec para a empregabilidade dos egressos	82
3.4. Contributos dos cursos Pronatec nas trajetórias profissionais dos estudantes egressos: um olhar cruzado	83
3.4.1. Apoio do IFFar: principais dimensões positivas e negativas referidas pelos entrevistados	84
3.4.2. Contributos do Pronatec para as trajetórias pessoais e profissionais dos egressos	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

ANEXOS	106
ANEXOS A – Parecer Comissão de Ética e Pesquisa	106
APÊNDICES	108
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	108
APÊNDICE B – Autorização extração de Dados Siafi	110
APÊNDICE C – Guião entrevista Egressos	111
APÊNDICE D – Guião entrevista Professores	113
APÊNDICE E – Guião entrevista Coordenadores	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AEA – Aprendizagem e Educação de Adultos
Art. – Artigo
CEFET – Centro de Educação Federal e Tecnológica
CLT – Criação das Leis Trabalhistas
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF – Escola Agrotécnica Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMAI – Escola Municipal de Aprendizagem Industrial
Enceja – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFar – Instituto Federal Farroupilha
IF Farroupilha – Instituto Federal Farroupilha
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inaf – Indicador de Analfabetismo Funcional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PISA – Programme for International Student Assessment
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Proex – Pró-Reitoria de Extensão
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Pronea – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Prouni – Programa Universidade para Todos
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Rede Certific – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Senai – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

Senac – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho Escolas Federais – Ano 2015	13
Tabela 2 – Orçamento executado Pronatec – 2014 a 2016	44
Tabela 3 – Cursos realizados pelo Pronatec x Modalidade x Número de participantes	49
Tabela 4 – Local de realização dos cursos Pronatec.....	50
Tabela 5 - Motivações para realização dos cursos Pronatec.....	51
Tabela 6 - Contribuições do Pronatec para crescimento pessoal e profissional	52
Tabela 7 - Principais dificuldades na busca por emprego	59
Tabela 8 - Principais contribuições dos cursos Pronatec	64
Tabela 9 - Síntese dos aspetos negativos cursos Pronatec	65
Tabela 10 - Principais dificuldades na ministração dos cursos Pronatec	71
Tabela 11 - Principais contributos do Pronatec para os estudantes egressos: a perspetiva dos docentes do programa.....	72
Tabela 12 - Opinião dos professores sobre empregabilidade dos egressos	74
Tabela 13 - Metodologia de ensino dos professores Pronatec.....	76
Tabela 14 - Valores bolsa-formação no IFFar	78
Tabela 15 - Dificuldades mencionadas pelos Coordenadores na gestão do Pronatec ..	79
Tabela 16 - Apoio do IFFar: pontos positivos	85
Tabela 17 - Percepções negativas sobre o Pronatec.....	85
Tabela 18 - Contributos do Pronatec nos níveis pessoal, educacional e profissional dos estudantes egressos.....	86
Tabela 19 - Contributos do Pronatec para a inserção no mercado de trabalho dos estudantes egressos	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Iniciativas governamentais para a Reestruturação da Rede Federal	12
Figura 2 – Expansão da Rede Federal – 1909 a 2016	12
Figura 3 – Matrículas educação profissional 2014 – 2018	14
Figura 4 – Número de matrículas EJA – 2014 a 2018	17
Figura 5 – Número de matrículas Pronatec – 2011 a 2016.....	39
Figura 6 – Investimentos Pronatec por modalidade de aplicação	40
Figura 7 – Distribuição das unidades do IFFar	41
Figura 8 – Fluxo da oferta do bolsa-formação no IFFar	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2014	43
Gráfico 2 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2015	43
Gráfico 3 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2016	44
Gráfico 4 – Idade dos egressos entrevistados	48
Gráfico 5 – Escolaridade egressos	49
Gráfico 6 – Taxa de desemprego – 2015 a 2º trimestre de 2019.....	56
Gráfico 7 – Egressos que permanecem no emprego após a realização do curso Pronatec.....	57
Gráfico 8 – Egressos que exercem atividade remunerada.....	58
Gráfico 9 – Egressos que exercem atividades na área do curso Pronatec.....	61
Gráfico 10 – Grau de instrução professores Pronatec	69

INTRODUÇÃO

A educação de adultos é uma modalidade de ensino voltada aos estudantes adultos que não tiveram o privilégio de frequentar a escola no período normal. Segundo Canário (2000), a educação de adultos está subdividida em quatro conjuntos: (i) formação profissional contínua, direcionada para qualificação e requalificação profissional; (ii) alfabetização e ensino recorrente, correspondendo às ofertas educativas de segunda oportunidade; (iii) desenvolvimento local, prática de educação de adultos aliada com o desenvolvimento da sua localidade; e (iv) animação sociocultural, que consiste no reconhecimento das aprendizagens adquiridas fora do contexto escolar, de acordo com a experiência vivida em sociedade.

No Brasil, a modalidade inclui os jovens e adultos — sendo conhecida como EJA (Educação de Jovens e Adultos) — e passou a ter mais visibilidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96). Desde então, a EJA vem sendo aprimorada, a fim de promover a inclusão e o reingresso de jovens e adultos à escola. A partir desse cenário, a taxa de escolarização vem aumentando a cada ano, em direção à meta do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 de erradicar o analfabetismo até o final de 2024.

Pensando nos jovens e adultos que estavam em busca de qualificação profissional, técnica e tecnológica, a Rede Federal passou por uma reestruturação e ampliação por meio da Lei Nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais. Entre os objetivos dessa lei, está o aumento da oferta de cursos profissionais e técnicos para todos que estão em busca de qualificação, ou seja, a ampliação, democratização e interiorização da oferta de cursos em todo o Brasil.

Em virtude disso, verificou-se que, além de focar as necessidades atendidas pelos Institutos Federais, também se deveria, como forma de fortalecimento da educação profissional, dispensar um olhar aos cidadãos em vulnerabilidade social, isto é, aqueles jovens e adultos que pretendiam seguir ou retomar os estudos, porém não dispunham de condições de acesso a um ensino técnico ou de qualificação gratuito. Assim, em 2011, o governo federal brasileiro criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, com o fim de ofertar cursos técnicos e de formação inicial e continuada ao público carente e que precisava de assistência técnica e financeira para estudar.

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) iniciou sua oferta de cursos Pronatec em 2011 e, desde então, alcançou aproximadamente 7 mil matrículas, entre cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada.

No entanto, o IFFar não desenvolveu nenhum sistema ou instrumento de monitorização e acompanhamento dos seus egressos, seja em termos de empregabilidade dos egressos de seus cursos Pronatec, seja quanto às contribuições do programa em seus trajetos de vida. A presente pesquisa pretende, por essa razão, contribuir para colmatar essa lacuna de conhecimento, representando este o estímulo para investigar o tema no quadro da dissertação de mestrado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Por ter atuado na área de execução orçamentária e financeira do Pronatec desde 2013, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer alguns participantes do programa, como alunos, professores e equipas, aspeto que desde logo se constitui em uma vantagem no acesso a esses atores-chave da pesquisa. Diante disso, escolheu-se como problema de pesquisa: *“De que forma o Pronatec contribuiu para os trajetos profissionais e pessoais dos alunos egressos no Instituto Federal Farroupilha?”*

A pesquisa apresenta como objetivo geral: identificação e compreensão dos principais contributos do Pronatec na trajetória dos egressos do Instituto Federal Farroupilha. O objetivo geral subdivide-se nos seguintes objetivos específicos: (i) identificar as principais motivações dos egressos para a realização dos cursos Pronatec; (ii) identificar as percepções e avaliações dos egressos em relação ao programa (designadamente, em termos das infraestruturas e professores); (iii) identificar e compreender os principais contributos do programa para o crescimento profissional dos estudantes egressos. (iv) identificar as percepções dos professores e coordenadores em relação ao funcionamento e contributos do Pronatec para as trajetórias dos egressos.

O trabalho baseou-se, primeiramente, em pesquisa bibliográfica nas áreas de educação de adultos, educação profissional e desemprego, bem como de trajetórias dos adultos estudantes. Quanto à metodologia de pesquisa, optou-se por uma metodologia de cariz eminentemente qualitativo, tendo-se privilegiado a técnica de investigação da entrevista semiestruturada. Esta foi aplicada a um conjunto limitado, mas diversificado de atores-chave para o estudo: egressos dos cursos Pronatec do IFFar das modalidades FIC (Formação Inicial e Continuada) e técnico concomitante ao ensino médio (15 entrevistados); professores que lecionaram no programa (10 entrevistados); e coordenadores do Pronatec (5 entrevistados). Em termos de baliza temporal, considerou-se o período de 2014 a 2016, tendo presente que nesses anos o IFFar apresentou maior número de matrículas.

Entre os atores participantes foram, portanto, selecionados egressos, professores e coordenadores do Pronatec que atuaram no programa no período temporal referido, totalizando trinta participantes. Privilegiou-se como principal dimensão de análise as

contribuições do Pronatec nas trajetórias profissionais dos egressos de diversos cursos, dos quais enumeram-se os principais, considerando-se o ponto de vista dos egressos, professores e coordenadores: Auxiliar Administrativo; Técnico Administrativo; Técnico em Agroindústria; e Torneiro Mecânico.

De forma mais detalhada, procurou-se construir um olhar cruzado sobre o impacto do Pronatec, destacando-se, conforme as tipologias de entrevistados/atores-chave, o seguinte: para os egressos, foram definidas perguntas que buscassem analisar as suas percepções em relação à empregabilidade, as contribuições nas suas trajetórias pessoais e profissionais e as motivações que os levaram a realizar o curso; para os professores, pelo fato de terem lecionado e tido contato direto com os estudantes, buscou-se informações relacionadas ao apoio do IFFar para a realização e bom andamento do Pronatec, investigando-se, também, com base nas perspectivas do programa, se eles acreditavam que a formação proporcionada aos alunos permitiu o ingresso destes no mercado de trabalho; no que tange aos coordenadores, as informações recolhidas foram mais técnicas, como os valores do bolsa-formação trabalhador e estudante que o IFFar pagou aos participantes, metodologias de ensino, tipos de certificação que a instituição forneceu aos egressos e, ainda, as percepções dos coordenadores quanto à empregabilidade dos egressos do Pronatec.

Os resultados do estudo serão, portanto, apresentados nesta dissertação, cuja estrutura é delineada a seguir.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico da educação profissional no Brasil, desde a sua primeira configuração, com a Escola de Aprendizes e Artífices, criada no início do século XX. Adiante, apresenta-se a educação profissional para a empregabilidade, retratando a necessidade de aperfeiçoamento de mão de obra para as novas configurações econômicas ocorridas a partir da industrialização no país, como a criação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, mais conhecidos como Sistema S. Desde então, o país não apresentou grandes avanços na educação profissional até a criação dos Institutos Federais, em 2008. Para isso, foram revogados e promulgados diversos decretos e leis para a nova configuração de educação profissional. Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos fortaleceu-se com a criação de diversos programas que permitiram a sua inclusão e o seu devido reconhecimento. Pensando nos adultos que retomaram os estudos fora do período normal, foram retratadas, de forma breve, as trajetórias dos adultos estudantes, as motivações destes em busca de qualificação e sua inserção no mercado de trabalho.

No segundo capítulo, são apresentados o estudo empírico, com a apresentação do problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos da dissertação, o tratamento de

dados e sua confiabilidade e validade. Também nesse capítulo apresenta-se o programa Pronatec, as motivações para a sua criação, suas características, seu público-alvo, bem como a sua atuação em âmbito nacional e no IFFar, local de desenvolvimento da pesquisa. O método de recolha de dados usado foi a entrevista com os participantes do Pronatec do IFFar, e os dados foram analisados de forma qualitativa.

O terceiro e último capítulo traz a análise dos resultados, iniciando com a abordagem sobre a análise de conteúdo de Bardin (1977), com destaque aos egressos. Para isso, são apresentadas algumas transcrições das entrevistas, a fim de reforçar o tema apresentado. Realizou-se um comparativo entre as percepções dos diferentes atores sobre as dimensões em comum, definidas como: (i) apoio do IFFar para a realização dos cursos, isto é, se a instituição ofertou infraestrutura e corpo docente adequado à realização dos cursos Pronatec e (ii) contribuições do Pronatec nos trajetos pessoais e profissionais dos egressos.

Por fim, as considerações finais sobre a pesquisa, com avaliação do trabalho, dificuldades encontradas ao longo de seu desenvolvimento e possíveis sugestões de aprimoramento e fortalecimento da educação profissional de adultos no Brasil. Os documentos relevantes e confeccionados para a elaboração da pesquisa estão nos anexos e apêndices.

1. CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PRINCIPAIS MARCOS EVOLUTIVOS E CARACTERÍSTICAS NA ATUALIDADE

A Educação Profissional no Brasil teve seu início no século XIX, com a promulgação do Decreto-Lei Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. Esse decreto instituiu a criação “nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito”.

Soares (1982), esclarece que essas escolas ficaram sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo sido implantada uma em cada capital de estado, com o objetivo de preparar a classe trabalhadora para os ofícios até então dominados pela burguesia. Além de serem públicas e gratuitas, sua principal função estava voltada à inclusão social das classes mais pobres, mantendo-as afastadas do ócio e da marginalidade, pois, na época, a industrialização ainda era pequena, em comparação com a dos países europeus.

A criação das escolas marcaram o início da modalidade “educação para ter uma profissão” no Brasil. Nas palavras de Wittaczik (2008, p. 79), “instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora”. As instituições preparavam trabalhadores para diversos ofícios, principalmente ligados a trabalhos manuais, mecânicos, de construção civil e têxteis.

Segundo Marson (2015), foi no final da década de 1920 que a industrialização no país ganhou destaque, após a Crise de 1929¹. Nesse período, a economia cafeeira perdeu força, emergindo o processo de industrialização. Inicialmente, a industrialização estava ligada a setores que utilizavam pouca tecnologia, como os setores têxteis, alimentícios e ligados à construção de estradas.

Para capacitar trabalhadores às atividades industriais, o Ensino Profissional começa a ganhar visibilidade, pois a qualificação era necessária para atender à expansão dos setores industriais.

¹ Grande Depressão de 1929, que gerou reflexos nas exportações de café do Brasil, das quais a economia brasileira era dependente na época.

A década de 1930 é considerada referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, pois essa década configurou o início da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (Wittaczik, 2008, p. 80).

A partir do desenvolvimento industrial na década de trinta, Theodoro (2009) retrata que questões relacionadas com empregabilidade não seriam relevantes, pois a mão de obra seria absorvida pelo mercado de trabalho, em consequências das modificações econômicas ocorridas na época.

O Estado brasileiro vai se engajar diretamente no processo de modernização econômica. O investimento estatal introduz as bases da nova economia, aquela que deveria libertar o país de seu atraso secular. De todo modo, questões como o emprego, o desemprego e o subemprego não estavam diretamente colocados. O crescimento econômico seria condição necessária e suficiente para fazer com que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento, o que implicaria a absorção da maior parte da mão-de-obra nas atividades ditas modernas (p. 109).

O aumento do número de empregos formais exigiu o aprimoramento das relações entre trabalhador e empregador. Assim, no início da década de 1940, foi concebida a Criação das Leis Trabalhistas (CLT), por meio do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que fortaleceu os direitos trabalhistas no Brasil e encontra-se em vigor até hoje.

Costa (2005) faz uma síntese sobre as principais conquistas da CLT:

...limitação da jornada de trabalho em 48 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, regulamentação do trabalho feminino, remuneração obrigatória da hora extra, descanso e férias remuneradas, condições de salubridade e proteção contra acidentes de trabalho, elevada indenização por dispensa imotivada, o que regulava a estabilidade no emprego para indivíduos com mais de dez anos de trabalho, entre outros (p. 113).

Em tal contexto, a economia brasileira, a qual era basicamente agroexportadora, dependente do café, transformou-se numa economia moderna e industrializada para os padrões da época, dando origem a novas classes sociais e novas profissões. Essas mudanças exigiram modificações nas estruturas escolares, resultando num conjunto de decretos e leis que modificaram as estruturas escolares no Brasil, conhecido como Reforma Capanema.

Conforme Schwartzman (1984), citado por Menezes (2001),

... a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres.

Além de dividir o ensino por classes sociais e gênero, a reforma foi responsável pela criação do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários) no ano de 1942, pelo Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de janeiro. O Senai é uma organização privada financiada com recursos públicos e consiste em uma das maiores instituições de ensino privado do país, em termos de aperfeiçoamento de mão de obra, atendendo a diversas áreas, como construção civil, informática, petroquímica e têxtil.

Segundo Moraes (2000), “o Senai dispõe de uma vasta rede escolar que inclui centros de tecnologia, centros de educação profissional, centros de treinamento, unidades de treinamento operacional, agências de treinamento, agências de educação profissional, unidades móveis e unidades difusoras de informações”.

A evolução da educação profissional ocorrida nas décadas de 40 e 50 resultou na criação dos aglomerados urbanos, principalmente nos grandes centros, como São Paulo. Em consequência, instalaram-se grandes parques industriais, como a indústria automobilista do ABC paulista².

Conforme Jannuzzi e Mattos (2001) “Nos anos 50, a sociedade brasileira passou por intensas modificações, destacando-se a acelerada urbanização, o surgimento de uma classe média numerosa e a criação de uma grande quantidade de novas profissões, não somente no pujante setor industrial, mas também no setor de serviços, destacando-se os serviços ligados às atividades comerciais, bancárias e no apoio às atividades industriais e de infra-estrutura urbana.” (p. 113).

O sistema educacional passou por intensas mudanças nesse período, acompanhando as modificações sociais ocorridas. Assim, após intensa discussão, foi promulgada a Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), um marco para o sistema de ensino brasileiro, até então previsto apenas na Constituição.

² O Grande ABC faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, que inclui vários municípios em torno da capital do estado. É uma das áreas economicamente mais importantes do Brasil, e seu nome vem das iniciais dos nomes de três santos: André, Bernardo e Caetano.

Apesar de representar um avanço para a educação, a LDB estava distanciada de sua realidade. A falta de adequações gerou descontentamento por parte da sociedade, o que acarretou uma grande crise no sistema educativo e levou a reformas no ensino superior do país, bem como à estruturação do ensino primário, que passou a ser denominado "primeiro grau", e do ensino secundário, nomeado "segundo grau" pela Lei Nº 5.672, de 2 de julho de 1971. O diploma delegou maior responsabilidade às instituições de ensino, além de aumentar o número de anos de escolaridade obrigatória, passando-o para oito.

No decorrer da década de 80, em virtude do êxodo rural ocorrido a partir da segunda metade do século XX e da melhoria na economia do país, a população cresceu significativamente. “Somente na segunda metade do século 20, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%” (Brito & Souza, 2005). Essa variação em um curto espaço de tempo causou um grande desequilíbrio econômico, refletindo principalmente nas questões de empregabilidade e resultando numa economia com altas taxas de desemprego na década de 80, bem como em desaceleração do crescimento econômico.

Ainda no final dos anos 80, o mercado de trabalho sentiu os reflexos da crise instaurada nos primeiros anos. A hiperinflação impulsionou a precarização do trabalho e aumentou a quantidade de brasileiros em situação de informalidade. Além disso, a competitividade em relação ao mercado externo, o aumento do desemprego, a hiperinflação e a desvalorização cambial levaram o país à recessão na década de 90. Em consequência da catástrofe econômica vivida no início dessa década, no governo de Itamar Franco, em projeto capitaneado pelo então ministro da fazenda e posteriormente presidente Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real.

Dedecca e Rosandiski (2006) expõem a opinião do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação ao desemprego:

A crescente barbárie no mercado de trabalho era vista como incontornável, restando aos trabalhadores elevar, ao máximo, seu nível educacional com o propósito de ter alguma chance de competir com os milhares de inempregáveis criados pelo admirável mundo novo da globalização. Ao Estado caberia realizar políticas compensatórias que atenuassem as mazelas da globalização, fomentando o empreendedorismo dentre o exército de inempregáveis (p. 171).

Segundo Camargo (2001), a globalização está diretamente ligada com a precarização do trabalho, pois as indústrias dos países desenvolvidos aproveitam as fragilidades das

legislações trabalhistas dos países em desenvolvimento para deslocar suas empresas, aproveitando, assim, a mão de obra barata e a falta de competitividade nesses países.

A globalização e o desenvolvimento tecnológico fizeram com que muitas profissões fossem extintas. As que permaneceram foram modernizadas ou readaptadas, conforme Manfredi (2016):

Outras tantas profissões, embora não tenham desaparecido, passaram a exigir um profissional com novos conhecimentos e habilidades, com novo perfil, pois, além das mudanças em seu campo de especialidade, houve também mudanças nas formas de organização, gestão e contratação do trabalho. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, em alguns setores, também provocou a redução de postos de trabalho, instaurando o desemprego (p. 41).

Nesse período, o Brasil conheceu as influências da abertura comercial sobre o desemprego, pois os bens e serviços produzidos no exterior eram de melhor qualidade e mais baratos que os nacionais. Com isso, aumentou o consumo de bens estrangeiros, levando à falência muitas empresas nacionais, quadro que elevou a taxa de desemprego no país (Schlindwein & Shikida, 2000).

1.1.1. Reestruturação da Rede Federal

No início dos anos 2000, com as novas políticas de redução da pobreza, o Brasil apresentou indícios de recuperação econômica. Conforme Pochmann (2014, p. 29), “o retorno do crescimento econômico combinado ao conjunto de políticas públicas de renda (salário mínimo, programas de transferência de renda, entre outros) produziu trajetória inédita de inclusão social no Brasil”. Outro fator importante para a redução do desemprego foi o aumento da escolaridade da população economicamente ativa. De acordo com nota técnica do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) de 2016, a população com maior nível escolar recebe remunerações mais altas e ocupa cargos de menor rotatividade. Diante disso, o investimento em educação torna-se essencial para o combate ao desemprego, sendo primordial o ensino profissional e técnico, pois este visa à preparação do aluno para o mundo do trabalho.

Em meio a esse cenário, houve diversas medidas que promoveram a reformulação da Rede Federal. O país passou a ter maiores investimentos em políticas públicas voltadas à educação, principalmente à educação profissional. Entre as primeiras medidas esteve a revogação do Decreto Nº 2.208/1997, que previa o ensino técnico independente do ensino médio, e a promulgação do Decreto Nº 5.154/2004 que estabeleceu novas diretrizes para a educação profissional.

Canali (2009) resume as principais mudanças do Decreto Nº 5.154/2004: “trouxe de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora numa perspectiva que não se confunde com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção.”

Conforme o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (MEC, 2007), esse novo decreto tornou a educação básica mais completa e sólida:

a solução transitória e viável é um tipo de ensino médio que garanta a integralidade da educação básica, ou seja, que contemple o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões (p. 24).

As mudanças trazidas pelo decreto permitiram a democratização da educação básica, ao possibilitar que o aluno cursasse o ensino médio de forma concomitante com o técnico, aliando a teoria com a prática e, desse modo, tivesse uma formação profissional ao final do ensino básico.

O significativo investimento em educação, correspondendo a 6% (seis por cento) do PIB³ (Produto Interno Bruto), representou um percentual acima da média dos países da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) e dos países vizinhos, como Colômbia, Argentina e Uruguai. Ainda assim, o Brasil encontra-se nas últimas colocações nas avaliações PISA (Programme for International Student Assessment⁴). O Relatório Econômico da OCDE BRASIL (2018) aponta que o país deveria não somente aumentar o percentual do PIB em investimentos em educação, mas, sim, fazer uma redistribuição desse investimento, contemplando mais o ensino básico, que é a grande fragilidade do sistema educacional brasileiro.

³ Dados da Secretaria do Tesouro Nacional – relatório Aspectos Fiscais da Educação no Brasil.

⁴ Programa Internacional de Avaliação de Alunos.

1.1.2. Criação dos Institutos Federais

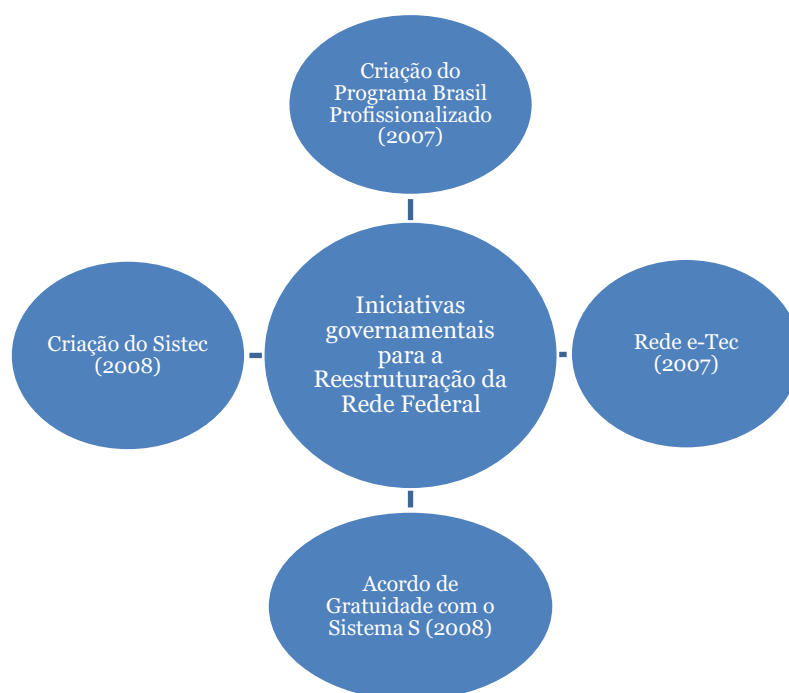
Como resultado dos anseios da população, bem como as modificações em relação à oferta da educação profissional e o cenário econômico favorável do país, foram criados os Institutos Federais, por meio da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Entre as finalidades dos Institutos Federais, as principais são: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos aptos a atuar em diversos setores, promovendo o desenvolvimento social e econômico do país; integrar e verticalizar a educação básica à educação profissional e superior; direcionar a oferta de cursos em benefício da consolidação e fortalecimento das características regionais locais; constituir-se em centros de excelências na oferta de ciências e tecnologia, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico; promover programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; estimular a pesquisa aplicada, o empreendedorismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolver tecnologias voltadas à preservação do meio ambiente (Lei Nº 11.892/2008).

Além da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), diversas iniciativas foram executadas nesse período: criação do programa Brasil Profissionalizado (Decreto Nº 6.302/2007), que proporcionou às redes de educação profissional e tecnológica dos estados e do Distrito Federal a ampliação do número de escolas técnicas e de matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio; criação da rede de ensino técnico a distância – Rede e-Tec Brasil (Decreto Nº 6.301/2007), que introduziu a educação profissional e tecnológica a distância, com o fim de atender ao estudante que não deseja optar pela modalidade presencial; o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Decretos Nº 6.632/2008, Nº 6.633/2008, Nº 6.635/2008 e Nº 6.637/2008), pelo qual as instituições Senai, Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Sesi (Serviço Social da Indústria) e Sesc (Serviço Social do Comércio) tiveram seus decretos alterados, com a previsão de terem parte de seus recursos aplicados no público de baixa renda. O acordo abrange os cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, que tenham carga horária mínima de 160 horas; e, por fim, a criação do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), também em 2008 (Feres, 2015).

A figura abaixo exhibe o conjunto de iniciativas elencadas por Feres (2015):

Figura 1 – Iniciativas governamentais para a Reestruturação da Rede Federal



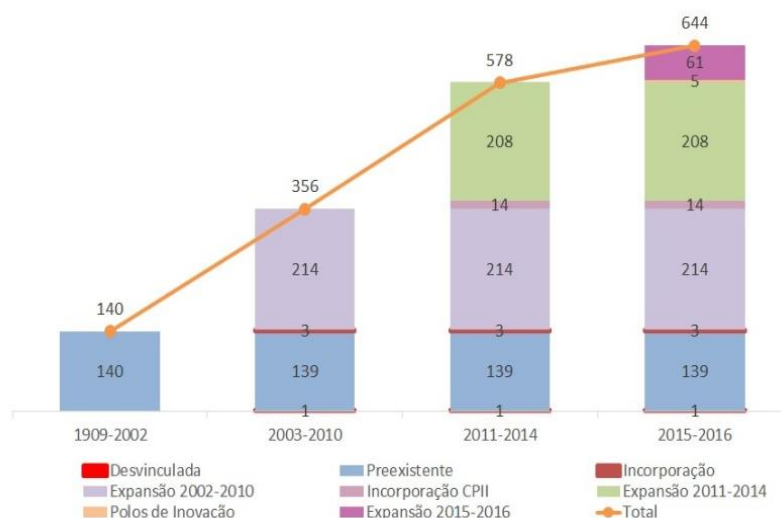
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Feres (2015).

A Lei da Criação dos Institutos Federais proporcionou a implantação de 38 Institutos Federais e mais de 500 *campi* em todo país, a partir da integração dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs).

Na figura abaixo, verificamos a expansão da Rede Federal desde o período da sua criação, em 1909, até 2016.

Figura 2 – Expansão da Rede Federal – 1909 a 2016

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Ministério da Educação (MEC, 2016)

Pacheco (2011), um dos precursores da criação dos Institutos Federais, traz a formação crítica e humana do aluno como um dos principais objetivos das IFs;

derrubar barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele (p. 15).

Desde 2000, ano da primeira avaliação PISA, o Brasil participa como membro parceiro da OCDE. Essa avaliação visa a mensurar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências, de forma separada, objetivando o dimensionamento do aprendizado do aluno ao longo da vida, a fim de identificar se o aluno possui capacidade de compreender e participar plenamente da vida em sociedade e acompanhar as mudanças mundiais, para promover o exercício de sua cidadania.

Tecendo-se um comparativo da evolução do desempenho do Brasil no PISA desde a sua primeira avaliação, em 2000 (INEP, 2001), notamos que, apesar do país manter-se sempre nas últimas colocações, os resultados a partir de 2009 (INEP, 2012) foram apresentados por esfera: federal, estadual e municipal. Por essa razão, o olhar para as escolas federais mudou, pois, apesar de a média nacional estar bem abaixo da média PISA, as escolas federais apresentaram desempenho acima da média OCDE. “Comparando-se as médias dos estudantes das diversas nações, a dos estudantes da escola federal foi superior à de estudantes de países como Japão, Alemanha e Noruega” (INEP, 2012, p. 43).

Tabela 1 – Desempenho Escolas Federais – Ano 2015

	Ciências	Leitura	Matemática
Média OCDE	493	493	490
Média Brasil	401	407	377
Escolas Federais	517	528	488

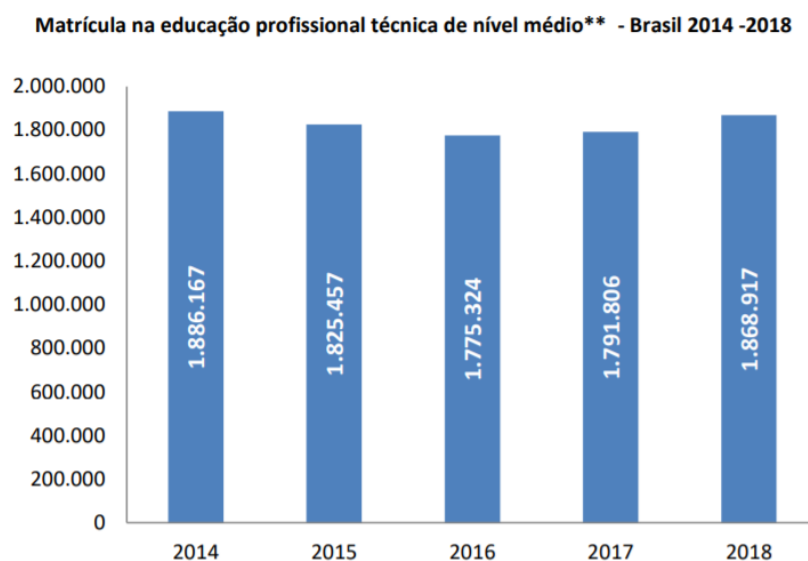
Fonte: INEP (2016).

A tabela acima apresenta o último resultado divulgado da aplicação das provas PISA, de 2015. Nesse ano, as escolas federais apresentaram significativo desempenho em Ciências e Leitura, acima da média OCDE.

Entre os cursos ofertados pelos Institutos Federais, situa-se a formação profissional para os trabalhadores que necessitam de qualificação em nível superior, para os que visam a formação em nível médio técnico e, também, para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas (Pacheco, 2011). Para isso, no mínimo 50% das vagas são direcionadas a cursos técnicos, em sua maior parte integrados com o ensino médio, e 20% a licenciaturas e graduações tecnológicas. Além dos cursos técnicos e de graduação, os Institutos Federais podem oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorados (Lei Nº 11.892/2008).

De acordo com o Censo Escolar 2018, a educação profissional técnica de nível médio somou 1.868.917 matrículas em 2018, apresentando um aumento de 4,3% (INEP, n.d).

Figura 3 – Matrículas educação profissional 2014 – 2018



Fonte: INEP.

Apesar do fortalecimento da educação profissional nas últimas décadas, as instituições privadas ainda são as maiores ofertantes de ensino profissional no Brasil. Em 2018, as matrículas nas instituições privadas representaram 40,3% do total de matrículas, ao passo que, na rede federal, esse índice foi de apenas 19,4% (INEP, n.d).

1.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

1.2.1. Educação de Adultos no Brasil: breve caracterização socio-histórica

A primeira configuração de educação de adultos no Brasil deu-se na época colonial, por meio dos jesuítas. Conforme Moura (2004), citado por Santana (n.d):

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa (p. 26).

Embora se tratasse de um ensino religioso, foi o primeiro ato de ensino no país, tendo os índios adultos como público-alvo dos primeiros ensinamentos, pois os colonizadores portugueses precisavam de mão de obra para o desempenho das atividades extrativistas (Santana, n.d).

Ao longo do período colonial, a educação de adultos teve como prioridade ofertar ensino superior às classes dominantes, deixando de lado o ensino de adultos aos menos favorecidos.

Já em meados da década de 1930, em consequência das inúmeras críticas ao alto índice de analfabetismo dos adultos, foi criado o Plano Nacional de Educação, que incumbiu ao Estado o dever de ofertar gratuitamente o ensino primário para adultos. Em 1947, foi criado o Serviço de Educação de Adultos, que promovia campanhas em prol da Educação de Adultos.

As campanhas de educação de jovens e adultos ganharam força nessa época, devido à necessidade de aumentar a produção econômica e as bases eleitorais dos partidos, pois se iniciava a redemocratização do país, com o fim do Estado Novo e a integração dos migrantes rurais aos centros urbanos (Parte I, MEC, n.d).

Na década de 1960, a educação de adultos tornou-se conhecida pela modalidade da educação popular, pensada pelo educador Paulo Freire, e deu visibilidade à educação de adultos no Brasil, sendo também referência em vários países.

Em 1964, o governo federal passou a apoiar e coordenar as iniciativas de Paulo Freire, com o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, do Ministério da Educação. Entretanto, em 1965, essas ações foram suspensas pelo regime militar. Muitos dos promotores da educação popular e da alfabetização foram reprimidos, e algumas ações educativas para jovens e adultos passaram a se caracterizar por iniciativas desenvolvidas freqüentemente em igrejas, associações de moradores, organizações de base local e outros espaços comunitários, influenciadas pelas concepções da educação popular, com intencionalidade política (Parte I, MEC, n.d, p. 4).

Uma das iniciativas para erradicar o analfabetismo durante o regime militar foi a criação do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que atingiu todo o território nacional na década de 80. Uma de suas ações foi a criação do Ensino Supletivo, que possibilitava aos alunos completar os estudos fora do período normal (Parte I, MEC, n.d).

1.2.2. Educação de Jovens e Adultos a partir dos anos 90

Em 1996, com a LDB (Lei Nº 9.394/1996), a Educação de Jovens e Adultos foi incluída entre as iniciativas de ensino direcionadas para fora do período normal. A EJA, no Brasil, consistia na "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". Dessa forma, o ensino EJA foi elaborado para atender principalmente às necessidades dos que estavam no mercado de trabalho e não tinham disponibilidade de dedicação à formação.

Atualmente, a EJA está regulamentada pelo Parecer CNE/CEB 11/2000, que identifica as três principais funções da Educação de Adultos no Brasil.

A primeira é a reparadora: significa que a inclusão de jovens e adultos na educação é o restabelecimento de um direito que lhes foi negado; o direito de educação e escola de qualidade e gratuita, considerando-se que para que esse dano seja reconhecido, é necessário o desenvolvimento de um sistema pedagógico inclusivo.

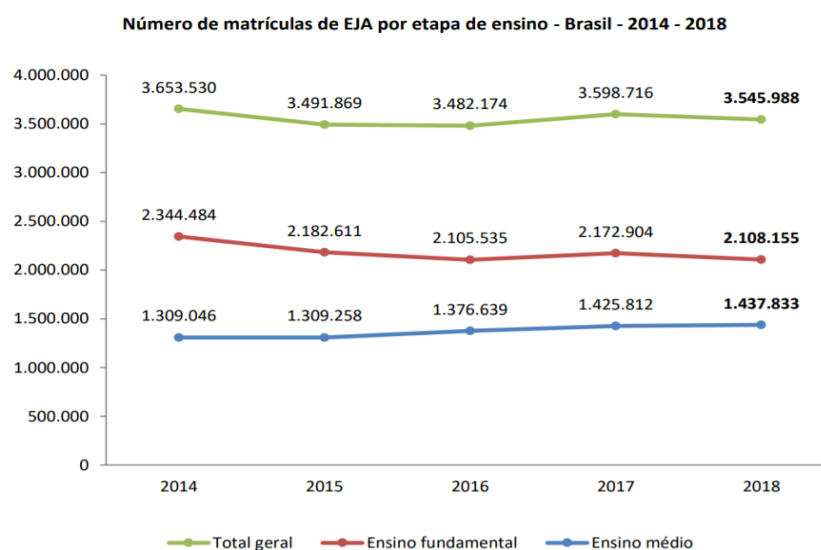
A segunda função é a equalizadora, isto é, promover a igualdade de oportunidades ao adulto, permitindo-lhe ter novas possibilidades no mundo do trabalho, exercer sua cidadania e refletir sobre o seu papel na sociedade, além de promover a troca de experiências já adquiridas.

A terceira é a função qualificadora. Esta última habilidade é a educação permanente, principal objetivo da EJA.

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (MEC, 2000, p. 26).

A figura abaixo apresenta o número de matrículas no ensino EJA realizadas no período de 2014 a 2018. Em 2018, o total foi de 3,5 milhões de matrículas. Apesar do aumento no número de matrículas em 2017, houve queda de 3% na modalidade fundamental em 2018. No entanto, a modalidade EJA de ensino médio vem apresentando aumento desde 2014, totalizando 1.437.883 em 2018 (INEP, n.d).

Figura 4 – Número de matrículas EJA – 2014 a 2018



Fonte: INEP (n.d).

Além da oferta de ensino normal, fundamental, médio e profissional, a EJA foi responsável pela implantação de vários programas voltados à educação de jovens e adultos. Entre os destaques estão o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), Enceja (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e Rede Certific (Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada).

Em 2005, foi promulgado o Decreto Nº 5.478, de 24 de julho, revogado pelo Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que estabelece o Proeja. Esse programa representou um grande avanço na educação de jovens e adultos, promovendo a educação profissional voltada ao EJA.

Conforme o Decreto Nº 5.840, o Proeja oferta cursos nas modalidades Formação Inicial e Continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio, considerando as características dos jovens e adultos atendidos, podendo ser articulados “ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores” e “ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante”. A Rede Federal está entre os principais ofertantes do Proeja, por ser encontrada em todos os estados da federação e devido à experiência com o ensino profissional.

Visando à certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, dentro da escola ou fora dela, o INEP realiza o Encceja.

O Encceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (MEC, 2018c).

O Encceja proporciona certificação de ensino fundamental e médio para alunos a partir dos 15 e 18 anos, respectivamente. Entre as áreas e habilidades avaliadas para o ensino fundamental constam: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Matemática; História e Geografia; Ciências Naturais. Para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Além da certificação escolar, é fornecida ao estudante, caso não obtenha nota mínima em todas as competências avaliadas, a declaração parcial de proficiência. Apesar das provas do Encceja serem aplicadas pelo INEP, é competência das secretarias estaduais de educação e dos institutos federais a certificação e a declaração de proficiência do aluno (INEP, 2019).

Outro programa relevante criado à luz da EJA foi o Rede Certific. O programa, conforme o Ministério da Educação (MEC), estava previsto na LDB de 1996, dispendo o artigo 41 da lei que “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. Porém, foi implementado somente em 2009,

através da Portaria Interministerial Nº 1.082/2009, instituindo o reconhecimento e a validação de saberes e competências dos conhecimentos adquiridos por meio do trabalho, seja em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada. Semelhante ao Encceja, a Rede Certific é voltada principalmente ao trabalhador que busca o reconhecimento formal de suas atividades desempenhadas, seja para prosseguimento dos estudos, seja para certificação profissional.

Analisando as políticas voltadas à educação de jovens e adultos, reforça-se a necessidade de um ensino que valorize os seus conhecimentos prévios, a sua capacidade de reflexão em relação às situações do seu cotidiano e, acima de tudo, a sua valorização pessoal. Para isso, seguir um currículo rígido e que não contempla as trajetórias de vida, é uma das grandes fraquezas da EJA, que ainda é vista como frágil e apenas um meio de formação escolar. Conforme Serrão (2014, p. 31), deve-se “...ir além e reconhecer que a educação não se resume a sua vertente formal, quase que exclusivamente simbolizada pelo modelo da escola tradicional”.

1.2.3. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: especificidades

Compreender a forma de aprendizado dos trabalhadores e estudantes adultos é crucial para o educador e empregador desses futuros profissionais. Assim, é fundamental que o olhar para o ensino EJA seja de uma conquista àqueles que estavam à margem da sociedade e que não tiveram a oportunidade de estudar no período normal. Esses adultos devem ser tratados como pessoas que estão em busca de formação e não como receptores de favores assistenciais.

[...] conhecer a história da EJA e a história das lutas do povo brasileiro em seus movimentos sociais; compreender que a marginalização deste público requer atenção especial à auto-estima e dá o tom de uma educação fora do padrão, que necessita de adequação da escola e do trabalho pedagógico do professor à vida e às necessidades do aluno adulto, que são diferentes da criança; reconhecer e valorizar os alunos como sujeitos, capazes não só de aprender, mas de administrar sua vida e sua sobrevivência pessoal e familiar (Sampaio, 2009, p. 25).

Sampaio (2009) trouxe a essência de Paulo Freire sobre a valorização do ensino EJA para os que não tiveram oportunidades de estudar no período escolar. Saber educar um adulto é um desafio para o professor e para a escola, principalmente aos que estão

ambientados no ensino regular. A necessidade em fortalecer os laços dos estudantes EJA com a escola é fundamental para se evitar a evasão dos alunos, já que, historicamente, o índice de evasão nos cursos EJA são significativos, dadas as dificuldades que os jovens e adultos de baixa renda enfrentam ao tentar conciliar estudos e trabalho.

De acordo com Araújo e Santos (2012) os motivos para a evasão escolar estão atrelados à problemas estruturais, como distância entre escola e residência; questões econômicas, como a priorização do trabalho, problemas financeiros e desemprego; e situações conjunturais, como o fato de não gostar de estudar e a falta de adaptação ao curso. Além disso, a maioria dos alunos não relata a justificativa para o abandono escolar, dificultando a identificação do real motivo causador da evasão.

De acordo com Arroyo (2006 citado por Neves & Martins, 2017, p. 5.420), “o ponto de partida deverá ser perguntar-nos quem são esses jovens e adultos. Precisamos considerar por que esses sujeitos, principalmente os trabalhadores, devido às mais variadas circunstâncias cotidianas, interrompem os estudos.” Entre os jovens, ainda persiste a dificuldade na compreensão da necessidade de escolarização. Muitos simplesmente não gostam de estudar e preferem tentar a inserção no mercado de trabalho; outros enfrentam problemas com envolvimento com drogas e gravidez na adolescência. No que diz respeito aos adultos, um dos principais problemas é a necessidade de trabalhar para o seu sustento e de sua família.

Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), é preciso ter definidas as prioridades para atendimento dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social. É necessário saber o que é mais importante: dar maior assistência educacional aos jovens, priorizando a sua formação social, educacional e profissional, retardando a sua entrada no mercado de trabalho, deixando assim, as poucas ofertas existentes aos adultos, ou “facilitar a inserção profissional de adolescentes de baixa renda a partir dos 16 anos, propiciando-lhes condições de gerar renda para suas famílias e para sua permanência na escola?”. Os autores concordam que se deve priorizar a formação do jovem e evitar a sua entrada precoce no mercado de trabalho. Para isso, deve-se levar em consideração essas premissas na elaboração de políticas públicas para esse público, visando, além da oferta educacional, à garantia de permanência na escola.

Dellazzana *et al.* (2006) enfatizam a necessidade de uma adaptação curricular para o público EJA, privilegiando a flexibilidade e levando-se em consideração a cultura regional, para, assim, o aluno compreender o seu papel na sociedade. As escolas precisam criar métodos de ensino que deem ao aluno a capacidade de reflexão, desenvolvendo a sua autonomia e promovendo a sua formação integral, tornando o

aprender mais atrativo. Esse seria o ponto de partida para a permanência do aluno na escola. O Brasil ainda privilegia a massificação de estudantes, com foco na sua inserção no mercado de trabalho, com metodologias educacionais que, muitas vezes, não se enquadram na sua realidade e que não serão suficientes para a sua formação crítica.

A busca por altos índices de conclusão da educação básica são objetivos de muitos formadores de políticas públicas em nosso país. O medo da taxa de reprovação e abandono escolar estimula a cultura da facilitação na conclusão dos estudos, formando muitos analfabetos funcionais. Desde 2001, o Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), criado pela ONG⁵ Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro, revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira através da leitura e interpretação de textos, considerando situações cotidianas, como leitura de jornais e interpretação de gráficos. A pesquisa é demasiada importante para a educação de adultos, pois engloba o conhecimento formal e também o adquirido na vida social dos entrevistados.

O último levantamento realizado pelo Inaf mostrou que três em cada dez jovens e adultos, ou seja, um índice de 29% — equivalente a 33 milhões de pessoas — são considerados analfabetos funcionais (Inaf, 2018).

Alfabetismo é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor” (Inaf, 2018, p. 4).

De acordo com Infante (1994), citado por Ribeiro (1997), a chave para erradicação do analfabetismo funcional está na escola, a qual deve primar pela qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos, proporcionando uma formação completa e sólida dos mesmos.

[...] sendo a escola a principal agência de alfabetismo em nossas sociedade, a qualidade e a pertinência das aprendizagens que ela promove constituem fatores essenciais na promoção de uma melhor inserção dos grupos populares no âmbito profissional, nas organizações sociais e na produção cultural (p. 152).

Apesar de estarmos no século XXI, o Brasil possui muitas fragilidades na educação. Pochmann (2004, p. 397) é claro ao expor que o Brasil deve libertar-se do atraso em relação à educação, abandonar a visão conservadora sobre ter um trabalho somente

⁵ Organização não governamental

para a sobrevivência. Deve-se instigar nos adultos a busca pela sua vocação, estimulando o gostar de aprender e trabalhar. Para isso, o investimento em políticas educacionais e permanência do estudante na escola são essenciais para o cumprimento de um novo modelo de sociedade, devido ao aumento da expectativa de vida.

Dessa forma, o país precisa reafirmar o seu compromisso com a educação de adultos, proporcionando ao seu público-alvo o que foi afirmado na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos em Hamburgo (1997),

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

1.2.3.1. Educação de Adultos: motivações dos adultos em busca da escolarização

O adulto que está completando a sua formação escolar tardia precisa lidar com diversos preconceitos sociais, bem como com as suas dificuldades pessoais. Assim, o ambiente escolar precisa proporcionar acolhimento e ser um local leve e motivacional.

O Patrono da Educação Brasileira⁶, Paulo Freire, foi o precursor na busca de questões motivacionais para a inclusão de adultos na educação. Assim o fez através dos movimentos de educação popular, que privilegiavam o conhecimento prévio do educando, levando em consideração os seus saberes adquiridos ao longo da vida e estimulando a busca de novos horizontes, partindo da sua realidade. O método freiriano ficou conhecido como “pedagogia da libertação”.

Os métodos educacionais no ensino de adultos devem prezar a sua liberdade de reflexão, deixando o aluno livre para expressar suas opiniões e dividi-las com o professor e colegas. Ao professor, cabe aceitar as suas opiniões, mesmo que sejam contrárias às suas posições ideológicas.

[...] se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo

⁶ Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira através da Lei 12.612 de 13 de abril de 2012.

defeituosamente assentado e à espera de superação. Primordialmente, minha posição tem de ser a de respeito à pessoa que queira mudar ou que recuse mudar. Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la (Freire, 1996, p. 28).

O educador deve considerar a capacidade de reflexão e formação de opinião dos adultos que estão em aprendizagem; analisar como eles percebem a realidade da sua sociedade, das suas vidas e do seu cotidiano, estimulando-lhes o senso crítico. Essa interação contribui com o seu desempenho e os torna mais confiantes.

De acordo com Prestes, Sousa e Santana (2009), “na escola, o processo de ensino-aprendizagem deve ser construído tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real do educando, ou seja, aquilo que Paulo Freire chamava de “conhecimentos prévios” e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola. O percurso a ser seguido nesse processo deverá ser observado e considerado as possibilidades dos educandos, isto é, o nível de desenvolvimento potencial (p. 104).”

O adulto busca na aprendizagem não somente o aumento do seu nível escolar, o que, muitas vezes, não significa melhorias na sua vida econômica. O que de fato é relevante para o adulto estudante é a construção de suas percepções críticas em relação ao mundo em que vive. Assim, as metodologias de ensino precisam ser diferentes das aplicadas no ensino tradicional. Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, trata do sistema tradicional como um “sistema bancário”. Esse sistema bancário é referido como ensino vertical, em que o aluno é apenas um mero espectador, e não recriador, do mundo. O termo “bancário” significa que o aluno torna-se somente alvo de “depósitos” de conteúdos, sem saber de fato refletir e utilizar aquele aprendido para a sua realidade (Freire, 2017).

Aos adultos, deve-se direcionar metodologias pedagógicas mais interacionistas, “não mais educador do educando, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (Freire, 2017, p. 95). Essa frase significa que não somente o aluno está a aprender, e, sim, o educador aprendendo também com a experiência de vida do aluno. A interação faz com que o aluno deixe de sentir-se um simples alvo do aprendizado na escola, passando a se enxergar como transmissor de conhecimentos.

As questões motivacionais devem estar presentes diariamente entre os estudantes. O educador precisa manter esse sentimento vivo e mesmo em momentos de falha por parte do aluno, o mesmo deve resgatar a sua autoestima, pois o desânimo acomete facilmente os adultos e retornar aos estudos significa sair da sua zona de conforto. Conforme Dellazzana *et al.* (2006),

Para o adulto a melhor motivação vem das palavras de alento e valorização – “Muito bem!”, “É isso aí”, “Você vai conseguir” e outras. Esse tratamento desenvolverá nele a autoconfiança, elevará sua auto-estima e fará com que encontre o caminho do conhecimento sistematizado (p. 41).

Conforme o Terceiro relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos da UNESCO⁷ (Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de 2016, os benefícios que a AEA (Aprendizagem e Educação de Adultos) traz à vida do estudante são relevantes, tanto em contextos formais quanto em não formais. Tais benefícios também afetam de forma indireta seus familiares, local de trabalho e vida social. Entre os ganhos individuais estão as questões de alfabetização, aprendizados com TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), capacidade de confiança e resolução de problemas de vida, além da aprendizagem cultural, ou seja, o entendimento das diversidades culturais do mundo.

Entre as melhorias que ocorrem na aprendizagem dos adultos, estão as questões de ordem social. O aluno melhora a capacidade de interação com os demais membros da sociedade, melhora a sua tolerância em relação às diversidades políticas e ideológicas, entendendo e respeitando o ponto de vista dos que convivem em seu círculo. Outro ponto importante é o desenvolvimento da consciência sustentável, pois assim, o adulto passa a ter o entendimento da importância da sua contribuição com o meio ambiente. Esses aprendizados foram identificados na pesquisa realizada com os egressos dos cursos Pronatec do IFFar.

Um dos grandes desafios da Educação de Adultos é igualmente a promoção da inclusão aos adultos deficientes.

Em todo o mundo, as pessoas mais marginalizadas, mais desfavorecidas e mais pobres continuam a ser excluídas das atividades de AEA. Pessoas com deficiência, doença crônica ou dificuldades de aprendizagem estão entre os considerados mais difíceis de alcançar com os programas de AEA. Sua exclusão da AEA ajuda manter o “ciclo de pobreza da deficiência” (Banks & Polack, 2014)

Outro aspecto relevante na motivação dos adultos é a certificação de seus conhecimentos já adquiridos. No Brasil, esse tema ganhou relevância com o Enceja e a Rede Certific, referidos anteriormente. Nas palavras de Manfredi (2010, p. 40), “um processo de certificação constitui, em última instância, um processo de avaliação/auto-

⁷ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

avaliação, que mobiliza sentimentos, representações, motivações, que devem ser respeitadas e acolhidas”.

1.2.4. Educação de Adultos e inserção no mercado de trabalho

As questões de inserção no mercado de trabalho estão diretamente relacionadas com as habilidades que o indivíduo construiu para determinada função e as oportunidades que o meio lhe proporcionou. Assim, com um bom nível escolar e experiência na área, suas chances serão mais prósperas.

A Teoria do Capital Humano trata da relação dos investimentos em educação e saúde com o aprimoramento das aptidões do ser humano, tornando-o mais produtivo. Assim, quanto maior o nível educacional, maiores as chances de inserção no mercado de trabalho.

Apesar de o nível de escolarização ser fundamental para a empregabilidade, deve-se considerar que as oportunidades não são as mesmas para todos. Um diploma em mãos é uma porta de entrada ao mundo do trabalho, mas não a garantia de colocação no mesmo.

A desigualdade social em nosso país é muito grande, e, por consequência, a desigualdade de oportunidades. A palavra meritocracia tem sido amplamente utilizada nos últimos tempos. De um lado, os liberais que a defendem acreditam que as oportunidades dependem de quem as cria, ou seja, sustentam a tese de que a ascensão social depende do esforço individual. De outro, a realidade nos mostra o quanto há ausência de oportunidades àqueles que não provêm de classes sociais favorecidas.

A ideologia capitalista busca de todas as maneiras extinguir a importância de ter boas condições de aprendizagem dos estudantes e de trabalho dos profissionais, para motivar o indivíduo a acreditar no seu mérito. Na atualidade, partindo desse pressuposto, o resultado tem sido premiar indivíduos pelo seu mérito, sejam eles estudantes ou profissionais, e punir os que não obtiveram sucesso na escola, sem oferecer uma atenção às necessidades apresentadas pelas escolas que não tiveram bons resultados (Martins, Feijó & Silva, 2015, p. 90).

Ao buscar formas de diminuir as desigualdades de oportunidades, é papel do Estado promover políticas que busquem esse fim. Nos últimos anos, o Brasil tem investido em políticas públicas que visam a atender os menos favorecidos, como a ampliação da Rede

Federal e as políticas de acesso e permanência na escola, criação do ensino integral e garantia de alimentação aos que estão no ensino básico. As políticas de permanência dos alunos na escola são fundamentais para a diminuição da evasão escolar, evitando o ingresso precoce no mercado de trabalho.

As mudanças ocorridas nos processos de produção e de trabalho com a aplicação de novas tecnologias e o aparecimento das novas formas de gestão geraram significativas metamorfoses na vida social, fazendo com que a inserção no mercado de trabalho e a própria qualidade do processo laboral passassem a ser bastante diferentes do que era verificado até então. (Silva, Pelissari & Steimbach, 2013, p. 407).

O noticiário brasileiro vem anunciando o aumento do desemprego nos últimos anos. Sabe-se que a oferta de empregos é muito menor que a demanda, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Conforme Barbara (1999),

o aumento de produtividade tão desejado pelas empresas aliado à diminuição do tempo de trabalho por unidade produzida, trouxe como consequência a diminuição de muitos postos de trabalho e, muitos trabalhadores, alijados do mercado de trabalho formal, são levados a aceitar empregos de baixa qualidade, ou a buscar sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira.

A qualificação profissional tem se tornado a saída para melhores condições de trabalho; porém, o nível escolar não é garantia de colocação no mercado de trabalho, restando, muitas vezes, a inserção em atividades que não correspondem com a formação e que estão aquém das expectativas. Aos que não concluem o ensino médio, a situação é ainda pior, pois essa falta de oportunidades acaba empurrando o trabalhador para empregos precários.

Os estudantes EJA estão entre os mais suscetíveis à precarização do trabalho, pois estão em busca de qualificação para sair da situação de vulnerabilidade. Essa situação ficou evidenciada nas entrevistas com os egressos, e as avaliações foram positivas quando questionado se os cursos Pronatec ajudaram na obtenção ou manutenção do emprego. Romanzini (2010), enfatiza que o ensino EJA precisa proporcionar ao aluno uma educação transformadora, para que ele tenha condições de se inserir no mercado de trabalho.

É nesse sentido que se torna fundamental uma educação de qualidade para o público do EJA, pois para eles não há muitas alternativas. Estão de passagem, justamente porque anteriormente, no que seria o prazo normal de sua formação educativa, o Estado se fez

ausente, seja pela necessidade de trabalho, seja pela falta da escola pública de qualidade, seja por diversos fatores excludentes (p. 10).

O desenvolvimento tecnológico assombra a empregabilidade desde os primórdios dos anos 1990, década de profunda revolução tecnológica. Desde então, a preocupação em aliar-se o *boom* populacional ocorrido no pós-guerra ao início da substituição da mão de obra humana pela maquinal, gerou mudanças nas configurações sociais e também no mercado de trabalho, com o surgimento de novas profissões. Carvalho (2010) elenca algumas mudanças que ocorreram com essa substituição de mão de obra.

O capitalismo contemporâneo vem provocando, nos últimos anos, profundas mudanças no mercado de trabalho. Tais mudanças são explicadas principalmente pela globalização das finanças; pela elevada precarização das relações de trabalho e, mais particularmente, pelas taxas elevadas de desemprego; pelo deslocamento geográfico das empresas absorvedoras de mão-de-obra; e também pela eliminação de postos de trabalho na indústria, no comércio e nos serviços (pp. 153-154).

É preciso reagir às mudanças na economia mundial, adaptar-se às novas demandas do mercado de trabalho. Para isso, deve-se olhar com mais atenção à qualidade do ensino ofertado em nossas escolas, principalmente aos jovens e adultos que estão em busca de qualificação tardia.

Em 2015, Frigotto fez uma releitura da sua obra *A Produtividade da Escola Improdutiva*, trazendo as principais mudanças que ocorreram nas relações educação x capitalismo após trinta anos de publicação.

O capital já não necessita de toda a força de trabalho e já não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes”, ou que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se às necessidades do mercado e pelo tempo que o mesmo necessita (Frigotto, 2015, p. 220).

Essa releitura traz à tona a triste realidade na qual estamos inseridos. A competitividade tornou-se tão grande que não há espaço para todos. Somos reféns de um mercado capitalista que seleciona somente os mais preparados para atuar num mundo desigual. Para os demais, é preciso criar mecanismos e políticas de inserção ou reinserção no mundo do trabalho. Assim, o Estado precisa ter um olhar mais crítico às classes menos favorecidas, investindo em políticas públicas que objetivam qualificação, emprego e valorização do trabalhador.

Com este estudo pretendemos, em última análise, verificar se a iniciativa pública Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aplicada no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) trouxe (ou não) reais contributos para os seus estudantes egressos, nomeadamente em termos das suas trajetórias e inserções profissionais.

2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO

2.1. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Formular o problema de pesquisa é o objeto inicial de uma investigação. É o ponto de partida de pesquisas científicas e o mesmo precisa estar claro para o pesquisador para fundamentar as demais etapas do processo.

Conforme Gil (2002),

A experiência acumulada dos pesquisadores possibilita ainda o desenvolvimento de certas regras práticas para a formulação de problemas científicos, tais como: (a) o problema deve ser formulado como pergunta; (b) o problema deve ser claro e preciso; (c) o problema deve ser empírico; (d) o problema deve ser suscetível de solução; e (e) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável (p. 26).

Considerando a definição de Gil (2002), o problema desta pesquisa apresenta-se pela seguinte pergunta: *“De que forma o Pronatec contribuiu para os trajetos profissionais e pessoais dos alunos egressos no Instituto Federal Farroupilha?”*

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa baseou-se no atual cenário econômico e social do Brasil. As altas taxas de desemprego vêm estimulando a população a buscar o entendimento e a eficácia dos programas sociais e educacionais em que o país investiu nos últimos anos, pois desde 2016 o Estado brasileiro atravessa uma de suas maiores crises econômicas. Entre 2017 e 2018, a taxa de desemprego variou de 12 a 13%, o maior índice da última década.

Nesse sentido, o Pronatec representa uma política pública criada para a capacitação e inserção da população de baixa renda no mercado de trabalho, que não teria condições de ingressar em cursos de qualificação sem auxílio do governo.

Por ter atuado na equipe do Pronatec no IFFar, acompanhamos o investimento da instituição para o êxito do programa. Em função do contato os alunos, tivemos a oportunidade de trocar informações com os bolsistas. Assim, apropriamo-nos um pouco da realidade dos alunos, o que nos motivou a pesquisar sobre as contribuições do programa nos trajetos pessoais e profissionais dos egressos.

Por sua vez, a instituição, por acreditar e apostar no programa, também tem interesse em conhecer os frutos da iniciativa, no que se refere aos resultados diretos na

vida dos egressos e à empregabilidade destes. Por haver poucos trabalhos na área, considera-se pertinente, tanto para a instituição quanto para a sociedade local, analisar se atualmente os egressos do Pronatec desempenham atividades relacionadas às suas áreas de formação e, ainda, identificar se a participação no programa contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal.

2.2.OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa é identificar e compreender os principais contributos do Pronatec nas trajetórias dos egressos do Instituto Federal Farroupilha, considerando a visão de atores-chave como: os estudantes egressos, os professores e os coordenadores do programa.

Considerando este objetivo geral, os objetivos específicos que nortearam a pesquisa foram:

- Identificar as principais motivações dos egressos para a realização dos cursos Pronatec;
- Identificar as percepções e avaliações dos egressos em relação ao programa (designadamente, em termos das infraestruturas e professores);
- Identificar e compreender os principais contributos do programa para o crescimento profissional dos estudantes egressos.
- Identificar as percepções dos professores e coordenadores em relação ao funcionamento e contributos do Pronatec para as trajetórias dos egressos.

2.3.DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia utilizada na presente pesquisa consistiu em análise predominantemente qualitativa, com a realização de entrevistas aos egressos, professores e coordenadores do Pronatec.

Nas palavras de Victoria, Knauth e Hassen (2000),

os métodos qualitativos de pesquisa não têm qualquer utilidade na mensuração de fenômenos em grandes grupos, sendo basicamente úteis para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Assim sendo, eles permitem a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo. Essa abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação de comportamentos (pp. 33-34).

A escolha do método qualitativo tem como justificativa principal conhecer a realidade do entrevistado, entender as contribuições do Pronatec para as dinâmicas sociais e trabalhistas do egresso, como motivações e empregabilidade. Uma das características da pesquisa qualitativa é preocupar-se com o processo e não somente com o resultado (Triviños, 1987).

A técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista. Esta técnica de coleta de dados é uma das mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Devido à sua flexibilidade, permite obter informações referentes à percepção do entrevistado.

Gil (2008) refere que

Pode-se definir entrevista com a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (Gil, 2008, p. 109).

Ainda considerando o argumento de Gil (2008), existem diversas razões para escolha dessa técnica de investigação para a nossa pesquisa: (i) possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; (ii) é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; (iii) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação (p. 110).

Considerando as diferentes tipologias de entrevista, elegeram-se as entrevistas de cariz semi-estruturado, também conhecida como entrevistas semidiretivas ou semiabertas.

Para a presente pesquisa, a entrevista semiestruturada proporcionou a seleção de questões que, em meio a um grande universo, como o Programa Pronatec, buscasse a essência deste trabalho: analisar a percepção dos egressos, professores e coordenadores sobre o programa e sua preparação para o mercado de trabalho. Esse instrumento de coleta de dados permitiu, também, que os entrevistados se sentissem à vontade para falar sobre sua experiência e percepção, deixando em cada questão a liberdade de serem produzidas outras perguntas, de acordo com o teor das respostas, enriquecendo-se assim a entrevista. Com efeito, a entrevista semiestruturada oferece a flexibilidade necessária para a coleta de dados, conforme o desejado neste estudo.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é um estudo empírico em que se investiga um fenômeno atual dentro de um contexto, quando a natureza dos fenômenos e contextos não são definidas.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (Gil, 2008, pp. 57-58).

Conforme Gil (2008), o estudo de caso é utilizado principalmente em pesquisas sociais, pois permite investigar e explorar situações da vida real que não estão claramente definidas, analisar a particularidade de determinado acontecimento, descrever situações do contexto no qual é conduzida determinada investigação e explicar as variáveis de determinado acontecimento em situações complexas. Esse método pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias, quanto nas descritivas ou explicativas.

o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento (Yin, 2001, p. 21).

Ainda, segundo Yin (2001, p. 27), “O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos”. É um método qualitativo que permite o conhecimento além do que se é pesquisado, abrangendo também a análise dos fenômenos que acompanham o objeto de pesquisa.

2.3.1. Técnicas de coleta e tratamento de dados privilegiadas

A técnica de investigação privilegiada foi, conforme já referido, a entrevista semiestruturada, em que o entrevistado, além de responder ao guião de entrevistas, teve a liberdade de falar sobre a sua experiência com o programa. Com os temas definidos, além de o entrevistado responder às perguntas, direcionou-se questão conforme a vivência e a receptividade do entrevistado, possibilitando o aprofundamento no assunto, de acordo com o andamento da entrevista. Esse é o método mais adequado para a proposta da pesquisa, visto buscou-se questões motivacionais no entrevistado, bem como a sua percepção do programa Pronatec.

Conforme Gil (2008), “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” (p. 109).

Antes do início de cada entrevista, apresentou-se o trabalho ao entrevistado, bem como o projeto e a aprovação pelo Comitê de Ética do IFFar (ANEXO A). Foram recolhidas as assinaturas de todos os participantes no TCLE. Todos foram informados que as entrevistas seriam gravadas, para posterior transcrição, e, também, que seria possível solicitar o seu cancelamento a qualquer momento anterior ao término da pesquisa.

A transcrição das entrevistas foi efetuada de forma não literal, sem registros de vícios de linguagem e erros gramaticais. Mesmo assim, em pontos considerados importantes, respeitou exatamente o que o entrevistado falou.

Conforme Duarte (2004),

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. devem ser corrigidos na transcrição editada (p. 221).

No que tange à escolha dos temas das entrevistas, aos egressos do Pronatec foram direcionados questionamentos sobre as suas percepções do programa, motivações após a conclusão do curso e, também, sobre a sua inserção no mercado de trabalho em suas respectivas áreas de formação.

Aos professores e coordenadores dos cursos os assuntos foram mais técnicos, ou seja, relacionados com o apoio da instituição para a realização dos cursos, bem como com questões de infraestrutura e materiais didáticos. Perguntas relacionadas à visão do programa também fizeram parte das perguntas.

Como as entrevistas não foram identificadas, os participantes receberam as denominações “Aluno egresso entrevistado 01”, “Professor entrevistado 01”, “Coordenador entrevistado 01” e assim em diante. O anonimato proporcionou aos entrevistados maior liberdade para falar sobre suas experiências, principalmente em relação aos professores e à condução do Pronatec dentro do IF Farroupilha.

Os dados foram tratados qualitativamente, por meio de análise de conteúdo. Conforme Bardin (1977), “A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo” (pp.30-31).

Os resultados das entrevistas foram analisados e compilados por tipologia dos atores, bem como as dimensões privilegiadas dentro de cada grupo, assim definidas: EGRESSOS: (i) motivações para a realização dos cursos. (ii) percepções e avaliações do Pronatec. (iii) Contribuições nas trajetórias profissionais e pessoais. PROFESSORES: (i) apoio do IFFar

para a realização dos cursos. (ii) contribuições do Pronatec nos trajetos profissionais e pessoais dos egressos. COORDENADORES: (i) metodologias de ensino do Pronatec. (ii) formação e certificação dos alunos. (iii) contribuições do Pronatec nos trajetos profissionais e pessoais dos egressos.

A fim de obter um olhar conjunto dos três grupos participantes desta pesquisa, buscou-se mesclar as dimensões em comum analisá-las em conjunto, assim sendo: (i) apoio do IFFar para a realização dos cursos, ou seja, oferta, pela instituição, de infraestrutura e corpo docente adequados à realização dos cursos Pronatec; (ii) contribuições do Pronatec nos trajetos pessoais e profissionais dos egressos; e (iii) empregabilidade dos egressos dos cursos Pronatec do IFFar.

Em relação a questões mais objetivas, como perfil social, foram utilizados gráficos e tabelas para apresentação dos resultados.

A fim de manter a confiabilidade da pesquisa, usou-se o mesmo padrão de direcionamento de perguntas para cada um dos entrevistados. O contato inicial foi estabelecido, em todos os casos, por meio de e-mail, redes sociais ou telefônico. Nesse primeiro contato, apresentou-se a pesquisa e as instituições participantes: o Instituto Politécnico do Porto, como promotor da pesquisa, e o Instituto Federal Farroupilha, como local e objeto da pesquisa.

No que diz respeito à validade da pesquisa, as transcrições e as compilações dos resultados seguiram rigorosamente o mesmo processo. Assim, os resultados refletem o mais próximo possível a realidade.

2.4.O PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: PRINCIPAIS OBJETIVOS E DADOS EVOLUTIVOS DE CARACTERIZAÇÃO

Devido ao cenário econômico favorável do final da primeira década do século XXI e a necessidade de qualificação de mão de obra para absorver a demanda econômica emergente, houve a prioridade na aprovação do projeto que tramitava no Congresso, na forma do projeto de lei (PL) Nº 1.209/11. Esse projeto tornou-se lei e veio atender à demanda de profissionais que buscavam o aperfeiçoamento em suas atividades e àqueles que, por dificuldades financeiras, não conseguiam ingressar em curso técnico ou de curta duração.

Conforme Cassiolato e Garcia (2014), em função dos anseios pela necessidade de mão de obra para atender as demandas do país, cogitou-se a importação de trabalhadores qualificados para não impedir o crescimento econômico da época, pois o Brasil não estava preparado para essa expansão e a carência de cursos profissionalizantes era então evidente. Esse era o cenário em que foi criado o Pronatec, por meio da Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, tendo como finalidade a ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica, através de medidas e programas voltados à assistência técnica e financeira, como a Bolsa-Formação Trabalhador e a Bolsa-Formação Estudante.

Conforme o próprio texto da Lei Nº 12.513/2011, são objetivos do Pronatec: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e técnica de nível médio presencial e a distância, cursos e programas FIC ou de qualificação profissional; apoiar a expansão da rede de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público através da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores e estimular a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

O Pronatec promoveu a ampliação de vagas e expansão da Rede Federal, através da parceria com Estados, Municípios e o Sistema S⁸, promovendo uma integralização e democratização do Ensino Profissional.

Qualquer pessoa pode frequentar os cursos Pronatec⁹, entretanto a prioridade é para o público que está em situação de vulnerabilidade social. Os beneficiários do seguro desemprego devem estar matriculados em cursos de Formação Inicial e Continuada, como os cursos Pronatec, ao solicitar o benefício pela segunda vez dentro do período de 10 anos, conforme estabelece o Decreto Nº 8.118/2013. Tal medida visa a reinserir o desempregado ao mundo do trabalho de forma mais rápida e, também, evitar a recusa por trabalho por falta de qualificação.

⁸ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Senado Federal

⁹ “Podem se candidatar aos cursos todos os cidadãos brasileiros maiores de 15 anos. Será dada preferência aos que atenderem a um dos seguintes requisitos: sejam estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; trabalhadores, incluindo-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda; pessoas com deficiência; povos indígenas; comunidades quilombolas; e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.” (Portal MEC, 2018b)

O Pronatec proporcionou a ampliação e a criação de programas com ações de fomento e inclusão social, necessários ao bom andamento do programa. Entre elas, destacamos três leis: a Lei Nº 12.677/2012, que criou 19.569 cargos docentes de terceiro grau, 24.306 cargos de professores do ensino básico, técnico e tecnológico, 27.714 cargos técnico-administrativos em educação e 5.589 funções comissionadas. Além da criação de novos cargos, o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, transformou-se em uma instituição federal de ensino, passando a ter a mesma estrutura das demais; a Lei Nº 12.695/2012, que destinou parte dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para as instituições que atuam na educação do campo, além de permitir a concessão de bolsas aos estudantes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outras providências; a Lei Nº 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, que instituiu a reserva de no mínimo 50% das vagas das universidades federais e instituições federais de ensino médio e técnico para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública. Desse percentual, metade das vagas é destinada aos que provêm de famílias de até 1,5 salários mínimos *per capita*. A lei também prevê a reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e para pessoas com deficiência (Cassiolato & Garcia, 2014, pp. 29-31).

Ao se analisar os tipos de cursos implantados pelo Pronatec, os demandantes fazem um estudo sobre as características regionais, o público-alvo e suas carências. Após o levantamento, em conjunto com os ofertantes, verificam as possibilidades de implantação com a administração local, a fim de identificar as regiões em que os cursos serão ofertados, bem como o número de vagas que será disponibilizado (Relatório Senado, 2017).

Conforme Feres (2015),

Este alinhamento entre oferta e demanda precisa considerar a dimensão geográfica e temporal, levando em consideração tanto os dados históricos de emprego formal e não formal e ainda as demandas geradas em função dos novos investimentos estruturantes. É preciso identificar as demandas por profissionais nas diversas áreas ocupacionais das micro e mesorregiões do País. Esta é uma ação que já está em curso e o processo de pactuação de vagas do Pronatec é um mecanismo fundamental para apoiá-lo (p. 90).

O estudo de logística é fundamental no processo de implantação de um programa, principalmente no nível do Pronatec, que abrange a população carente, dependente de apoio para frequentar as aulas. A medida tem o propósito de evitar a alta evasão, comum nos cursos dessa modalidade; o aluno precisa ter fácil acesso ao seu Centro de

Referência e, também, sentir que a sua certificação impactará positivamente na sua situação empregatícia. O acompanhamento de egressos também é de suma importância para a percepção da eficácia do programa naquela localidade.

Os cursos ofertados pelo Pronatec objetivam muito além de uma formação ou aperfeiçoamento profissional. A sua ementa almeja a formação como cidadão, ou seja, permitir ao aluno a construção de habilidades e desenvolvimento crítico, indissociável da sua formação profissional e técnica. (Guia Pronatec Cursos FIC 2012).

Quanto à oferta de cursos, o Pronatec dividiu-os por eixos, os quais são atualizados periodicamente. Os principais eixos são: Ambiente, Saúde e Segurança; Apoio Educacional; Controle e Processos Industriais; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultura e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

O primeiro Guia Pronatec, publicado em 2012, ofertou 512 cursos, distribuídos nos doze eixos tecnológicos. Em 2016, o Guia ofertou 646 cursos, apresentando um aumento de 134 cursos em um período de quatro anos (Guia Pronatec 2012 e 2016).

O fomento para a realização dos cursos Pronatec se dá por meio da bolsa-formação, denominação dada ao apoio disponibilizado pelo governo federal aos participantes do Pronatec, destinado ao custeio com despesas dos alunos participantes do programa. Os valores repassados atendem aos custos da oferta da vaga, como: mensalidades, materiais didáticos, custos educacionais e também alimentação e transporte (MEC, 2018a).

A oferta da bolsa-formação ocorre em duas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador, sendo a primeira voltada ao público que está frequentando o ensino médio e a segunda, voltada ao trabalhador que está buscando qualificação. Essa forma de fomento ao Pronatec buscou o fortalecimento do programa, consistindo em uma ação específica para a sua execução. Além de garantir ao aluno a gratuidade do material didático e do curso realizado, destinava-se a ele o valor de R\$ 10,00, em média, para o custeio de transporte e alimentação (Manual de Gestão Bolsa-Formação, 2017).

Na Bolsa-Formação Estudante, os cursos ofertados são técnicos de nível médio, com carga horária mínima de 800 horas, nas modalidades "Concomitante", para estudantes do ensino médio em idade própria (15 a 17 anos), "Concomitante" ou "Integrado, para alunos EJA, "Subsequente", para estudantes que terminaram o ensino médio, e "Formação de professores em nível médio", na modalidade de ensino normal. Por ter uma carga horária abrangente, com cursos de duração de aproximadamente um ano e

meio, proporcionam ao aluno uma base teórica e prática sólida. Ao concluir o curso, o aluno recebe certificação de nível técnico (Manual de Gestão Bolsa-formação, 2017).

Na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, os cursos ofertados são FIC, com carga horária mínima de 160 horas. Esses cursos são direcionados ao público com idade a partir de quinze anos. Os tipos de cursos FIC ofertados devem constar no Guia Pronatec de Cursos FIC. A intenção é proporcionar ao aluno uma qualificação rápida, que sirva como um aprimoramento de suas atividades ou estímulo ao prosseguimento dos seus estudos.

Conforme entrevista de um gestor do Pronatec para o Relatório do Pronatec:

A ideia é que os cursos Formação Inicial Continuada (FIC) sejam uma janela, um ponto de partida para a inserção do indivíduo. Ninguém acredita que vai fazer milagres com cursos de curta duração, mas se espera plantar uma sementinha que possa ampliar as perspectivas dessas pessoas (Cassiolato & Garcia, 2014, p. 37).

Martins (2016) evidencia a importância dos cursos FIC para o cidadão que está em situação de vulnerabilidade, sem condições de acesso à capacitação profissional por não ter como custear um curso particular ou por não possuir a qualificação necessária para o ingresso:

Os cursos de FIC ou qualificação profissional, visam assegurar o atendimento prioritário ao público em situação de vulnerabilidade social, grupos que historicamente vêm sendo excluídos dos processos de escolarização. O objetivo é fortalecer a organização da oferta de cursos de formação de acordo com as necessidades e interesses desse público, em sintonia com as demandas de cada contexto social e econômico (p. 12).

De acordo com o artigo 9º da Portaria MEC Nº 817/2015, o Pronatec atenderá preferencialmente trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego, em cursos FIC, e pessoas com deficiência, em cursos FIC ou técnicos concomitantes. Salienta-se que é responsabilidade dos parceiros ofertantes garantir a acessibilidade às pessoas deficientes.

O Pronatec apresentou um grande número de matrículas nos primeiros anos. Em 2011, foram mais de 776 mil alunos matriculados. Em 2012, efetuaram-se 1 milhão e 600 mil matrículas. Em 2013 e 2014, o programa teve o seu auge, atingindo quase 3 milhões de matrículas. Porém, a partir de 2015, período da segunda etapa do programa, impôs-se corte de 50% das vagas ofertadas, provocado pelo cenário econômico desfavorável do país (site G1).

Figura 5 – Número de matrículas Pronatec – 2011 a 2016



Fonte: MEC

De acordo com o Relatório da Comissão, Cultura e Esporte do Senado, houve queda significativa na execução orçamentária e financeira do Pronatec. Comparando-se os anos de 2015 e 2016, o investimento diminuiu para menos da metade, caindo de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 2,2 bilhões. Em relação a 2017, o valor teve redução de 64%, perfazendo o valor de R\$ 0,8 bilhões (Relatório Senado, 2017).

No que se refere à alocação dos investimentos do Pronatec, observa-se que o maior desembolso é com as entidades sem fins lucrativos, que constituem o chamado Sistema S, os quais, na fase inicial do programa, eram praticamente os únicos ofertantes, por possuírem experiência e infraestrutura com cursos técnicos.

Em relação ao percentual de investimento, o Sistema S recebeu em 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente, 75%, 59%, 42%, 29%. Somente no ano de 2017, o Sistema S recebeu menos recursos que os órgãos federais, concentrando apenas 12% do investimento total.

Entre os participantes do Sistema S, o Senai é o que detém maior participação na oferta de cursos Pronatec. A figura abaixo apresenta os investimentos por modalidade de aplicação:

Figura 6 – Investimentos Pronatec por modalidade de aplicação

Ano	Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos	Aplicações diretas ^{4/}	Entidades mantenedoras (instituições Privadas) ^{1/}	Transferência a Estados e ao DF	Transferência a Municípios
2011 ^{1/}	208.261.705	0	0	0	0
2012	1.241.426.564	0	0	92.648.000	0
2013 ^{2/}	2.065.021.070	384.785.284	51.681.164	241.407.195	14.681.000
2014	2.581.208.152	1.006.867.021	644.920.317	104.847.363	5.493.650
2015	1.321.393.229	742.565.752	931.691.314	97.946.084	16.704.815
2016	737.999.990	587.719.640	485.096.160	667.356.836	57.631.695
2017 ^{3/}	57.000.000	360.844.206	65.291.573	21.712	1.161.580

Fonte: Relatório Senado, p. 33

O principal problema dos cursos Pronatec é o seu alto índice de evasão. De acordo com o Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) (Ministério da Economia, 2017), os principais fatores desse obstáculo são: dificuldade em acompanhar o conteúdo; dificuldade em conciliar estudo e trabalho, devido ao conflito de horários; falta de comprometimento com as aulas; participação em cursos fora da área de interesse; e dificuldade de deslocamento para as aulas.

Esse relatório sugere aos ofertantes dos cursos Pronatec algumas medidas para diminuir a evasão: ofertar cursos de língua portuguesa e matemática, com reforços; flexibilizar horários; exigir comprometimento do aluno; ofertar cursos que tenham teoria e prática simultâneas; criar departamento de prevenção à evasão, conforme modelos internacionais

2.5. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.5.1. Local de estudo: O Pronatec no IFFar

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é fruto da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A sua estrutura consolidou-se pela integração da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e das Unidades Descentralizadas de Ensino de Júlio de Castilhos e de Santo Augusto, que pertenciam ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

O IFFar tem como missão “promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do

cidadão e no desenvolvimento sustentável”, como visão “ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica” e como valores “ética, solidariedade, responsabilidade social e ambiental, comprometimento, transparência, respeito, gestão democrática” (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. 2014, p.23).

Atualmente, o IFFar é constituído de onze *campi*, quatro Centros de Referência e uma sede administrativa, conforme mapa abaixo:

Figura 7 – Distribuição das unidades do IFFar

Reitoria e *Campi*

1. Reitoria
2. *Campus* Alegrete
3. *Campus* Frederico Westphalen
4. *Campus* Jaguarí
5. *Campus* Júlio de Castilhos
6. *Campus* Panambi
7. *Campus* Santa Rosa
8. *Campus* Santo Ângelo
9. *Campus* Santo Augusto
10. *Campus* São Borja
11. *Campus* São Vicente do Sul
12. *Campus* Avançado Uruguaiana

Centros de Referência

- a. Candelária
- b. Carazinho
- c. Santiago
- d. São Gabriel



Fonte: Site IFFar (2016).

Em relação à oferta de cursos, o IFFar possui 37 cursos técnicos, distribuídos da seguinte forma: dezesseis cursos na modalidade integrado (quando o curso técnico é associado ao ensino médio); três cursos na modalidade concomitante (quando o aluno cursa o ensino médio em outra escola e, paralelamente, o ensino técnico no IFFar); e dezoito cursos na modalidade subsequente (quando o aluno já concluiu o ensino médio). Os cursos subsequentes também são ofertados na modalidade a distância (EaD). (Site IFFar, Guia de Cursos, n.d)

O IFFar também oferta 25 cursos de graduação, nas modalidades bacharelado, tecnólogo e licenciaturas, e oito cursos de pós-graduação *lato sensu*. (Site IFFar, Guia de Cursos, n.d)

O IF Farroupilha tem marcante atuação junto à comunidade que compreende a sua região de abrangência, ofertando cursos técnicos (presenciais e à distância), superiores e de pós-

graduação, bem como ações que visam o atendimento da comunidade externa, como cursos de curta duração: vinculados aos Projetos de Extensão, PRONATEC, MULHERES MIL, entre outros programas, visando à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas, possibilitando o desenvolvimento humano aliado a educação profissionalizante de qualidade (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. 2014, p. 25).

A instituição atua como parceira ofertante do Pronatec, e os seus cursos são organizados e elaborados conforme o Manual de Gestão do Pronatec. A escolha dos cursos a serem ofertados atende aos requisitos dos parceiros demandantes, considerando também, as características e as demandas regionais.

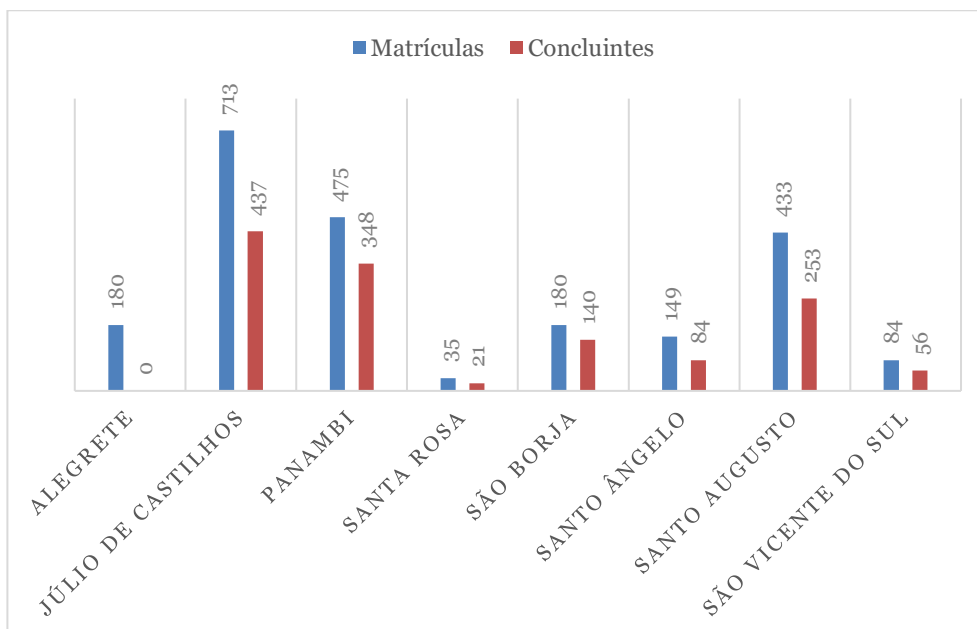
O início da oferta de cursos Pronatec deu-se em 2011, a partir dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Nesse período, foram abertas três turmas, com noventa vagas. Em 2012, o número de turmas passou para 29, correspondendo à oferta de 725 vagas. Já em 2013, houve 2.492 vagas disponibilizadas. (Site IFFar, 2016). Em 2014, foram criados os Centros de Referência do Instituto Federal Farroupilha, que passaram a ser os principais responsáveis pela oferta de cursos Pronatec. Nesse ano, devido ao início da oferta de cursos técnicos Pronatec concomitantes e subsequentes, o número de vagas passou para 6.930 (Relatório de Gestão IF Farroupilha 2013, 2014, 2015).

O auge de matrículas no Pronatec foi nos anos 2013 e 2014, compreendendo 2.697 e 2.249 matrículas, respectivamente. Em 2015, o número de matrículas foi de 690; em 2016, de 430. No período da amostra, 2014 – 2016, o IFFar abriu 123 cursos, dos quais 87 FIC e 36 técnicos. (Relatório de Gestão Pró-Reitoria de Extensão 2015, 2016)

Quanto ao número de concluintes, a pesquisa abrangeu os anos de 2014, 2015 e 2016. Ao se efetuar um comparativo entre o número de matrículas e de concluintes por ano, verificou-se, conforme quadros abaixo, uma considerável discrepância. Ao investigar as causas dessa divergência, no Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão (Proex), foram identificados fatores como o abandono do curso e o período de duração das aulas, pois os cursos técnicos têm duração de um ano e meio, em média. O aluno computado no número de matrículas de 2013 concluiu o curso no final de 2014, portanto. Outro fator que originou atraso na conclusão dos cursos ocorreu principalmente no ano de 2016: devido ao baixo investimento no programa nesse período e ao atraso no repasse de recursos do FNDE ao IFFar — inexistindo perspectiva de pagamento de alunos e docentes do programa — as aulas tiveram de ser interrompidas, inviabilizando a continuação dos cursos.

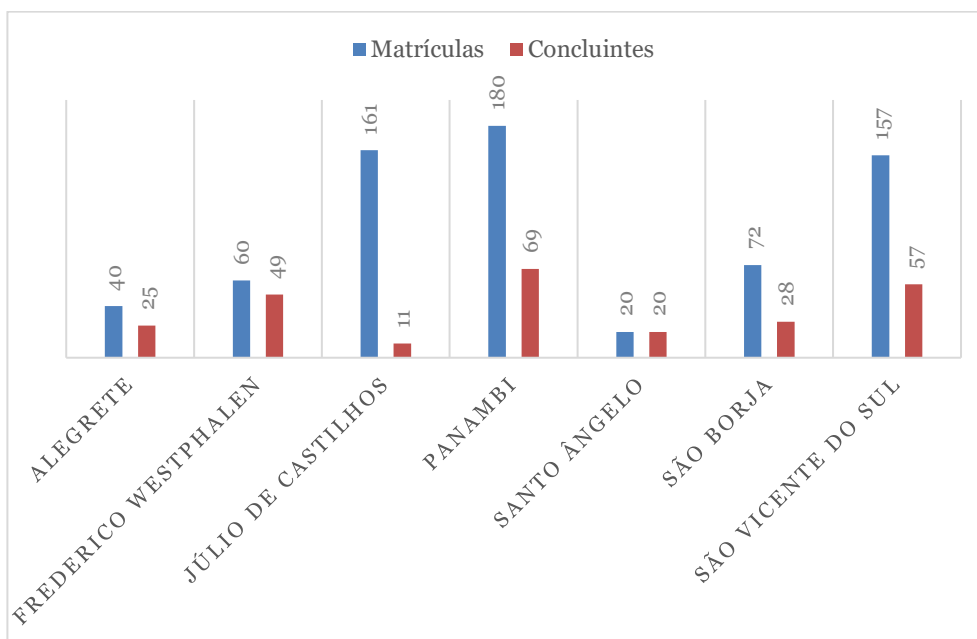
Segundo informações do Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão do IFFar, a oferta de cursos Pronatec, nos anos 2014, 2015 e 2016, foi distribuída entre os *campi* e Centros de Referência conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2014



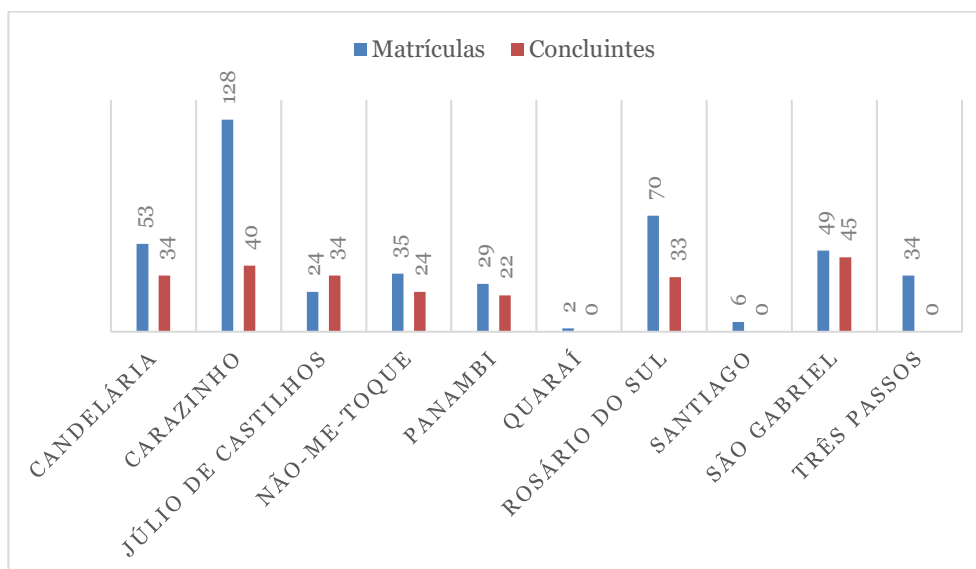
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Relatório de Gestão Proex

Gráfico 2 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Relatório de Gestão Proex

Gráfico 3 – Matrículas e Concluintes Pronatec – 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Relatório de Gestão Proex

Em relação às despesas orçamentárias, o quadro abaixo mostra a execução dos anos 2014 a 2016, anos contemplados nesta pesquisa.

Tabela 2 – Orçamento executado Pronatec – 2014 a 2016

Ano	Orçamento Recebido	Orçamento Executado	Percentual Executado
2014	R\$ 4.349.200,00	R\$ 4.275.198,42	98%
2015	R\$ 7.782.165,72	R\$ 3.220.493,68	41%
2016	R\$ 4.378.027,67	R\$ 1.991.437,42	45%

Fonte: Siafi. Dados extraídos em 24 jun. 2018

Percebe-se, na tabela acima, uma discrepância entre a execução orçamentária de 2014 e dos anos de 2015 e 2016. Conforme análise dos dados orçamentários do Siafi, fornecidos pela Pró-Reitoria de Administração (Proad) e extraídos dos Relatórios de Gestão da Proex, o valor orçamentário recebido em 2015 baseou-se no executado em 2014, sendo também, o número de matrículas a expectativa para orçamento do ano seguinte. O valor executado em 2015 mostra que as matrículas foram aquém do estimado, visto que foi utilizado somente 41% do valor recebido. Em 2016, a porcentagem executada foi semelhante, bem abaixo dos valores dos anos anteriores, como demonstra o número de matrículas elencado no Capítulo II.

2.5.2. Os participantes na pesquisa: Egressos, Professores e Coordenadores do Pronatec no IFFar

A pesquisa foi desenvolvida com os egressos, professores e coordenadores do Pronatec IFFar. O local escolhido para a aplicação das perguntas ficou a critério dos entrevistados, priorizando-se o seu bem-estar. Com a maioria dos egressos, as entrevistas foram feitas em locais públicos ou de trabalho. As entrevistas com os servidores do IFFar que atuaram como professores e coordenadores do programa foram efetuadas em seus próprios *campi*. O período de realização foi de março a maio de 2018. Com exceção dos três últimos egressos, todas as entrevistas foram conduzidas de forma presencial e individual. Nesses casos, os entrevistados não tiveram disponibilidade em comparecer de forma presencial devido à compromissos pessoais. Além disso, houve dificuldade para contatá-los; sendo que foram enviados e-mails e mensagens, explicando a importância da entrevista presencial para o trabalho. Alguns agendavam o encontro e no momento da confirmação, não respondiam. Para evitar uma amostra defasada, foi solicitado e autorizado pela orientadora o envio do guião por e-mail. Assim, apesar de não ter a mesma riqueza do contato pessoal, a contribuição prestada foi válida, pois as respostas fornecidas contribuíram para a amostra.

A execução das entrevistas se deu conforme a amostra definida no projeto de pesquisa: quinze egressos, dez professores e cinco coordenadores do Pronatec, no período de 2014 a 2016. A amostra foi escolhida de forma conveniente, pois a seleção dos atores participantes levou em consideração a sua receptividade em relação ao trabalho.

A atuação no Instituto Federal Farroupilha e participação prévia no Pronatec, na condição de Coordenadora Adjunta Financeira, já propiciara o contato com alguns professores e coordenadores. Dessa forma, os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa via e-mail e redes sociais. Primeiramente foi efetuada a apresentação da pesquisa, com a leitura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e do objetivo das entrevistas. Informou-se aos participantes que a entrevista seria gravada, para facilitar a transcrição e que a participação seria anônima.

Os participantes da pesquisa atenderam aos critérios estabelecidos no projeto: os egressos deveriam ter concluído o curso no período de 2014 a 2016, assinando o TCLE. Os professores e coordenadores deveriam ter participado do programa no período de referência e assinado o TCLE.

Foram selecionados dez egressos de cursos de Formação Inicial e Continuada e cinco de cursos técnicos, buscando-se mesclar a diversidade do público-alvo do Pronatec, uma vez que os cursos FIC são direcionados aos trabalhadores que estão fora ambiente escolar. Os cursos técnicos, por sua vez, são integrados, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, ou seja, os egressos desses cursos são jovens que estão frequentando o ensino médio ou recém saíram deste. Essa diferença de realidade dos egressos mostra a riqueza do programa, atingindo muito além da preparação para o mercado de trabalho.

3. CAPÍTULO III – CONTRIBUTOS DO PRONATEC: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os dados recolhidos no quadro da pesquisa.

Conforme anteriormente referido, os dados ora em discussão resultaram da realização de entrevistas semiestruturadas a atores-chave do presente estudo: (i) egressos, (ii) professores e (iii) coordenadores do Pronatec.

Para a análise e discussão dos resultados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo, seguindo a proposta de Bardin (1977), promovendo sempre que possível, um diálogo entre a teoria e a empiria. Para melhor visualização dos resultados, analisou-se primeiramente de forma individual cada grupo participante com suas dimensões. Ao final, buscando-se um olhar cruzado e holístico desses atores em relação a três dimensões analíticas privilegiadas na pesquisa: (i) apoio do IFFar para a realização dos cursos, isto é, se a instituição ofertou infraestrutura e corpo docente adequado à realização dos cursos Pronatec; (ii) contribuições do Pronatec nos trajetos pessoais e profissionais dos egressos; e (iii) empregabilidade dos egressos dos cursos Pronatec do IFFar.

O processo foi realizado por tipologia de entrevistado — egressos, professores e coordenadores que participaram do programa no período de 2014 a 2016.

3.1. CONTRIBUTOS DO PRONATEC: A VISÃO DOS EGRESSOS

3.1.1. Perfil sociográfico dos egressos entrevistados

Para a caracterização do perfil social dos egressos entrevistados, procurou-se obter informações sobre um conjunto relevante de variáveis-chave de diferenciação social, tais como sexo, idade e grau de instrução. Adicionalmente, sobre a sua trajetória educacional questionou-se, naturalmente, o curso e a unidade de realização do curso no IFFar.

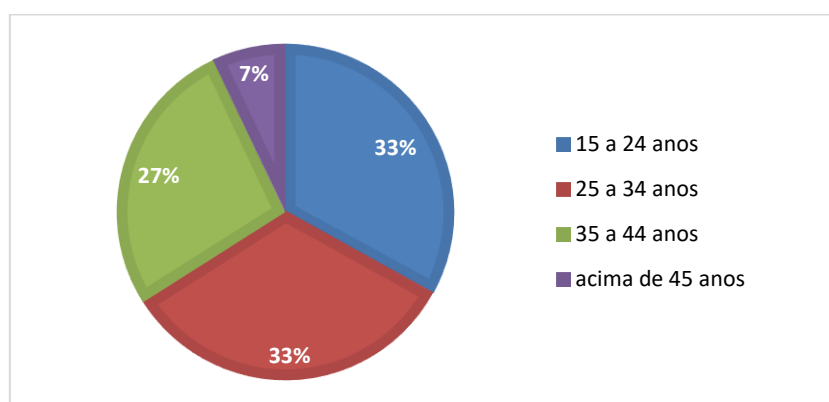
No agrupamento dos entrevistados por idade, o intervalo por faixa etária adotado é o mesmo utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em suas pesquisas.

Relativamente à idade dos 15 egressos entrevistados, o gráfico abaixo mostra que houve o mesmo número de entrevistados com idade entre 15 e 24 anos e entre 25 e 34

anos, representando um percentual de 33% cada uma dessas categorias. Tal equivalência dentro de um intervalo com grandes diferenças de idade reflete os dois tipos de cursos que o Pronatec oferece: técnicos — integrados ou subsequentes ao ensino médio — e FIC (Formação Inicial e Continuada) — direcionados ao público que já está inserido no mundo do trabalho, ou está buscando uma recolocação.

Os egressos da amostra que tinham entre 15 e 24 anos frequentaram os cursos técnicos concomitantes ao ensino médio. Os demais participantes, com idade acima dos 25 anos, frequentaram os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), principal oferta de cursos Pronatec no IFFar.

Gráfico 4 – Idade dos egressos entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

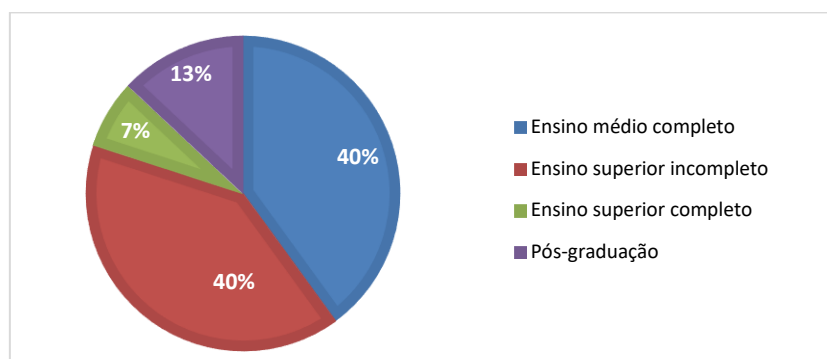
Quanto ao sexo dos participantes, a maioria é do sexo feminino, totalizando nove mulheres, que representam 60% dos participantes. Essa maioria feminina ilustra a busca das mulheres por qualificação e inserção no mercado do trabalho nas últimas décadas. Conforme dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua 2018 (2018b), as mulheres são maioria no ensino médio e no superior; ao se considerar a jornada de trabalho de 40 horas semanais, porém, as mulheres são minoria, pois *“as mulheres eram cerca de 54% dos 6,46 milhões de trabalhadores subocupados (pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais)”* (IBGE, 2018a). Conforme esse estudo, tal situação se deve principalmente à necessidade de conciliar o trabalho com atividades domésticas, como cuidar da casa e dos filhos.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos egressos, seis participantes, representando 40% dos entrevistados, têm ensino médio completo, número idêntico ao dos que estão cursando um ensino superior. Todos os entrevistados com ensino médio completo cursaram os cursos FIC, ou seja, procuraram cursos de curta duração. Esses dados revelam um dos pilares do Pronatec: a oferta de cursos de curta duração para os

adultos que estão no mercado de trabalho e não possuem condições, sejam financeiras, sejam de disponibilidade de tempo, para ingressar em cursos superiores e buscam cursos de curta duração para uma rápida qualificação.

Os que possuem superior incompleto, ainda estão cursando o ensino superior, ou seja, não abandonaram os estudos; a maioria cursou o ensino médio concomitante com o curso técnico Pronatec.

Gráfico 5 – Escolaridade egressos



Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Tabela 3 – Cursos realizados pelo Pronatec x Modalidade x Número de participantes

Curso	Modalidade	Número participantes
Auxiliar Administrativo	FIC	6
Técnico em Agroindústria	Técnico	3
Técnico em Administração	Técnico	1
Fresador CNC	FIC	2
Torneiro Mecânico	FIC	2
Traçador de Caldeira	FIC	1

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Somente dois entrevistados recebem benefícios do governo; um deles, o seguro-desemprego previsto no Art 4º da Lei Nº 13.134, de 16 de junho de 2015¹⁰. Repise-se que o Pronatec oferta vagas preferenciais para os beneficiários do seguro-desemprego, conforme exposto no capítulo II. O outro entrevistado beneficiário de programas do governo está cursando o ensino superior pelo Prouni – Programa Universidade para

¹⁰ “O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação, cuja duração será definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).”

Todos. O programa, criado pela Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, concede bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior.

Quanto ao local em que os egressos realizaram os cursos, foram observadas duas unidades de realização de cursos Pronatec do IFFar, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Local de realização dos cursos Pronatec

<i>Campus Jaguari</i>	10 egressos
EMAI (Escola Municipal de Aprendizagem Industrial)	5 egressos

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

A amostra ficou concentrada nessas duas localidades porque a disponibilidade para participação no estudo nesses locais foi satisfatória. Outro fator importante para essa concentração da amostra consiste no fato de os entrevistados terem indicado outros colegas, contribuindo para a receptividade com a pesquisa.

3.1.2. Principais motivações para a realização dos cursos Pronatec

As motivações dos cursistas do Pronatec são relevantes para este trabalho. Saber quais foram os caminhos que os levaram a realizar os cursos, suas expectativas durante a realização do mesmo, bem como a sua valorização após o término do curso foram as principais razões para o desenvolvimento desta pesquisa.

É sabido que no Brasil o acesso ao ensino público e gratuito é motivo de orgulho para muitos. Neste sentido, o Pronatec veio para fornecer ensino gratuito e de qualidade àquele trabalhador, ou aquele aluno de escola pública que não teriam condições de custear um curso de qualificação. Além disso, através da bolsa-formação, foi proporcionado ao aluno transporte e alimentação durante as aulas.

Para investigar as motivações dos egressos para a realização dos cursos Pronatec, foi dirigido aos mesmos, questões sobre quais eram as principais razões/motivações para ingresso no curso.

Tabela 5 - Motivações para realização dos cursos Pronatec

1	Qualificação (6/10)
2	Prosseguimento nos estudos (4/10)
3	Crescimento Profissional (4/10)
4	Motivações pessoais (3/10)
5	Empregabilidade (3/10)
6	Curso disponibilizado pelo governo federal (2/10)
7	Amizade entre os colegas de turma (2/10)

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

A busca pela qualificação, continuação dos estudos e crescimento profissional, foram fundamentais para os alunos que cursaram o Pronatec. Por se tratar de cursos voltados à empregabilidade e sendo um programa ofertado pelo Governo Federal, os alunos têm expectativa de inserir-se no mercado de trabalho.

“Eu acho que porque ele já é um curso disponibilizado pelo governo, daí te dá a sensação de que vai ser mais fácil, mais valorizado, talvez seja isso na minha opinião. E tu ter conhecimento é bom, os professores são bons, então eles conseguem te passar muita ideia boa.”

(Aluno egresso entrevistado 08)

Outro motivo relatado por alguns egressos foi a amizade entre os colegas de turma. Por se tratar de adultos estudantes, esta motivação é uma das mais presentes nos alunos, pois muito se sentem desanimados diante de algumas dificuldades e a amizade entre os colegas ajuda a enfrentar determinados percalços ao longo do curso.

“era muito bom, um colega ia puxando o outro.”

(Aluno egresso entrevistado 01)

Além das buscas por empregabilidade, alguns entrevistados relataram que fizeram o curso por motivações pessoais, como o fato de continuar estudando, interesse na área do curso ou simplesmente porque estavam ociosos na época da realização do mesmo.

“A minha família tem uma agroindústria de embutidos, eu já tinha o conhecimento prático da atividade, então decidi fazer o curso para saber porque as coisas eram desenvolvidas daquela forma. A minha família só seguia as receitas que tinham, mas não sabiam qual reação química ocorria no alimento que transformava ele...e eu vi essa necessidade de passar esse conhecimento para os meus pais”.

(Aluno egresso entrevistado 09)

“Eu fiz pelo gosto de lidar com o torno, não sei se vou atuar um dia, mas gostaria muito de ter um torno em casa e trabalhar com ele. Meu primeiro contato com torno foi quando servi no quartel e lá tive contato com o torno manual, aquele comum, e gostei muito, daí quando surgiu esse aí vou fazer porque me agrada.”

(Aluno egresso entrevistado 12)

Para mensurar o quanto o curso foi significativo para os egressos, foi perguntado se os mesmos pensaram em desistir do curso. Com exceção de um, o Aluno egresso entrevistado 08, que pensou em desistir do curso devido às condições climáticas da época, os demais egressos afirmaram que não pensaram na desistência.

Aos que contribuíram pouco além da resposta negativa sobre a possibilidade de desistência do curso, responderam de forma otimista. Essa contribuição mostrou a importância que os alunos deram ao Pronatec.

“Não, eu sou apaixonada pelo curso que fiz. No ensino médio nós vemos a teoria somente e no curso técnico, nós vemos tudo aplicado.”

(Aluno egresso entrevistado 09)

“Não, pelo contrário, eu queria fazer mais cursos deste tipo.”

(Aluno egresso entrevistado 15)

Por último, dentro da dimensão das motivações dos entrevistados na realização dos cursos Pronatec, foi questionado em que medida o curso realizado contribuiu para o seu crescimento profissional e pessoal. Este é o objetivo geral desta pesquisa “a identificação e compreensão dos principais contributos do programa nas trajetórias dos egressos”.

Tabela 6 - Contribuições do Pronatec para crescimento pessoal e profissional

1	Crescimento Profissional
2	Desenvolvimento pessoal, comunicação, organização
3	Valorização pessoal, confiança

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

A contribuição mais citada pelos entrevistados foi em relação ao crescimento profissional. Conforme relatos dos entrevistados, incluindo os egressos que não estão atuando na área de formação do curso, os depoimentos foram positivos sobre as contribuições do Pronatec em seus trajetos profissionais, como manuseio de equipamentos e aquisição de competências em informática. Essas aprendizagens auxiliaram nas suas atividades rotineiras.

“Logo depois que eu sai do curso eu consegui estágio na Prefeitura também pelo curso e depois do estágio na Prefeitura eu consegui trabalhar com carteira assinada justamente pelo curso também, acho que isso me ajudou muito no meu crescimento pessoal...porque tu conseguir trabalhar em dois serviços...digamos...hã, só com o técnico.”

(Aluno egresso entrevistado 06)

Em segundo lugar está o desenvolvimento de competências pessoais, como o amadurecimento, melhoria na comunicação, senso de organização e crítico. Essas habilidades geralmente são desenvolvidas na juventude, durante o período escolar, momento em que temos as primeiras atividades em grupo, necessidade de comunicação e diálogo em sala de aula. Essas considerações foram feitas pelos egressos dos cursos técnicos e FIC.

“Eu acredito que na comunicação... eu era muito tímida e a gente tinha bastante trabalhos práticos...até a gente desenvolveu uma empresa...a gente apresentava bastante trabalho.”

(Aluno egresso entrevistado 03)

“Principalmente o trabalho em equipe né, isso eles trabalharam no curso e é muito bom pra gente que precisa e convive com várias pessoas, com vários colegas que trabalham junto e no meio público hoje em dia é difícil as pessoas se doarem... se não forem exatamente naquela função na qual é concursada, eles não querem trabalhar, então tu tem que administrar tudo isso.”

(Aluno egresso entrevistado 04)

Além das questões de desenvolvimento pessoal, os entrevistados relataram as contribuições em sua autoestima, obtendo mais confiança em si e valorizando suas trajetórias de vida.

“Tive muito conhecimento, convivência, trabalhos... até coisas de informática que eu não sabia muito mexer no computador. Me senti muito melhor, mais valorizada, sei fazer as coisas, não sou tão ignorante quanto eu era antes, é muita coisa que a gente aprende. Um monte de coisas que eu não sabia fazer antes, até mandar ofício, hoje eu sei fazer.”

(Aluno egresso entrevistado 01)

3.1.3. Percepções e avaliações em relação ao Pronatec: infraestruturas e professores

Nesta dimensão analisada com egressos, buscou-se identificar as principais percepções dos cursistas em relação ao Pronatec, aos professores, bem como à didática das aulas e ao apoio do IFFar para a realização dos cursos. Assim, foi solicitada a avaliação do curso e dos professores que lecionaram no Pronatec.

O *feedback* dos egressos sobre o Pronatec é extremamente importante para a avaliação do programa, pois são as percepções do público-alvo que contribuem para o aprimoramento do mesmo. Apesar do término do Pronatec no IFFar ter sido em 2018, percebeu-se que muitos egressos gostariam que o programa continuasse.

A seleção dos docentes é feita através de edital e o contrato é somente para o período de duração das disciplinas contempladas. Esse formato permite a seleção de professores em áreas específicas.

Eu acho que todos eram muito habilitados...o que eu achei bom na época...é porque são contratos temporários, então, eu tinha um professor específico de cada disciplina, então quando eu tive frutas e hortaliças, era uma professora que trabalhava especificamente com isso. Quando eu tive laticínios, era uma doutoranda da federal que trabalhava com leite. Então eram em específicos e isso acrescentava um monte... eles conseguiam também, trazer pessoas de fora que eles tinham contato pra conversar com a gente. Então eu acho que essa questão...claro...tem a questão de que eram temporários... mas isso permitiu que trouxessem pessoas com conhecimentos específicos.

(Aluno egresso entrevistado 09)

“Gostei muito do curso, me surpreendeu... os professores, então...todos excelentes. Até hoje não me esqueço que tinha um professor de uma empresa de Camobi. Os professores eram de uma empresa, eles eram muito bons, sabiam bastante. Super capacitados, bem práticos, dinâmicos”.

(Aluno egresso entrevistado 12)

O desempenho didático dos professores foi um dos pontos mais relevantes nas entrevistas. A maioria dos egressos afirmaram que as aulas foram produtivas. Essas declarações vão ao encontro dos objetivos do Pronatec: democratizar a oferta de cursos de educação profissional atendendo as particularidades de cada grupo de alunos, tanto dos cursos técnicos de nível médio, quanto da educação de adultos.

“Olha, os professores eram bem formados... assim, além do esperado, né. Que era um curso pra quem tinha menos instrução. Eu gostei muito... eles eram muito atenciosos... tinham paciência. A gente tinha bastante prática, tinha teoria, mas muita prática. Hoje faço um monte de coisas que aprendi lá.”

(Aluno egresso entrevistado 02)

Além da capacitação dos professores, a atenção que os mesmos tinham com os alunos transmitia segurança em suas aprendizagens, pois quando os alunos reportavam determinadas dúvidas, os professores a sanavam. Esse aspecto exalta a importância do papel do professor na aprendizagem dos adultos.

“O curso era de bastante qualidade... os professores também eram bem selecionados com as provas... tinham capacidade... sanavam as nossas dúvidas... quando não sabiam algum assunto, voltavam com a resolução na próxima aula.

(Aluno egresso entrevistado 06)

“Os professores eram bem qualificados, a maioria tinha mestrado e doutorado. Nunca nos deixavam com dúvidas. O grande diferencial para mim era a atenção que eles nos davam em comparação aos professores do ensino médio e da faculdade. O nosso curso tinha bastante atividades práticas, nós aprendemos sobre controle de qualidade, visitamos agroindústrias”.

(Aluno egresso entrevistado 10)

O único ponto negativo foi mencionado pelo Aluno egresso entrevistado 09 foi em relação à didática de determinado professor. Essa situação é esperada nos cursos Pronatec, pois na maioria dos editais de professores temporários não é exigido experiência em docência, somente a formação técnica.

“os professores, na maioria, excelentes. Algum raro professor aconteceu de ele não ter experiência de didática. Na questão dos cursos, eu acho que os cursos do Pronatec como um todo, até daqueles que eu não participei, mas tive conhecimento, eram muito bons. Eu acho que trouxe muito conhecimento, principalmente para aquela população de mais baixa renda que teve poucas oportunidades para estudar, ou que as vezes não se interessava no momento que foi oportunizado e agora com o curso Pronatec, a medida que eles ficaram mais adultos, mais responsáveis, eles sentiram a necessidade de voltar e o curso Pronatec trouxe isso pra eles.

(Aluno egresso entrevistado 05)

A curta duração dos cursos foi motivo de ressalva para o aluno egresso entrevistado 11. O mesmo gostaria que o curso realizado na modalidade FIC fosse mais extenso, pois a carga horária foi pequena diante da complexidade do conteúdo.

“O curso... foi bom, poderia ser um pouco mais de tempo, pois tivemos somente 3 meses de aula, e na fresadora tem muita coisa para aprender. Se fosse um curso técnico... seria muito melhor. Os professores eram muito bons, sabiam demais e explicavam muito bem, tinham atenção com o aluno”.

(Aluno egresso entrevistado 11)

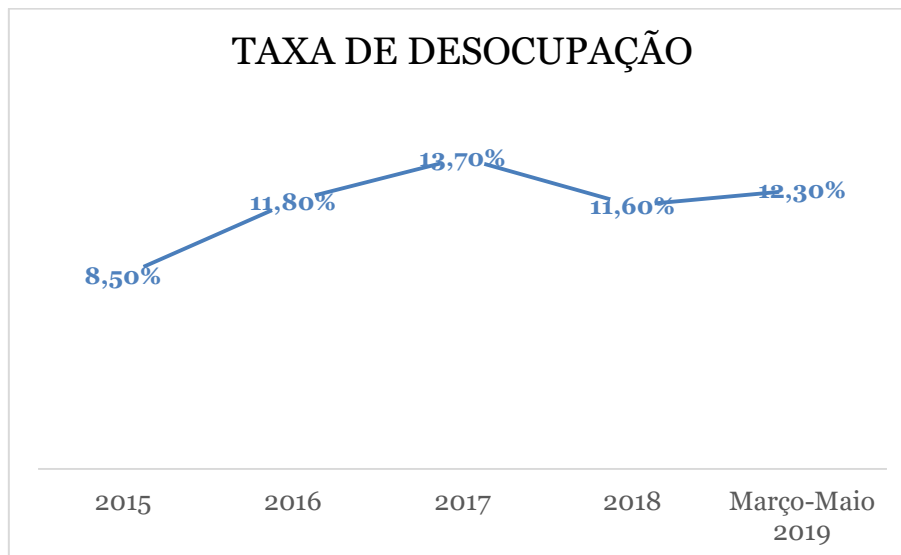
3.1.4. Contributos do Pronatec para a trajetória profissional dos estudantes egressos: inserção no mercado de trabalho, motivações, expectativas e dificuldades

Nos últimos anos, a taxa de desemprego¹¹ no Brasil aumentou significativamente, em função da crise econômica que o país atravessa desde 2016. Conforme gráfico abaixo,

¹¹ Taxa de desemprego e taxa de desocupação têm o mesmo significado. Definição do IBGE: “População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

os dados do IBGE (2019b) mostram uma crescente evolução do desemprego desde 2015, fechando o segundo trimestre de 2019 em 12,30%.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego – 2015 a 2º trimestre de 2019



Fonte: Dados IBGE. Elaborado pela autora.

Ao se investigar a situação empregatícia dos alunos, foram-lhe dirigidas perguntas sobre empregabilidade. O Pronatec é um programa que tem como um dos principais objetivos a inserção dos seus alunos no mercado de trabalho. Dessa forma, nas entrevistas questionou-se sobre sua situação empregatícia antes e após a realização dos cursos Pronatec. Também intencionou-se saber do desempenho ou não de um emprego formal ou informal, bem como se o curso Pronatec mudou algo em relação a esse quesito.

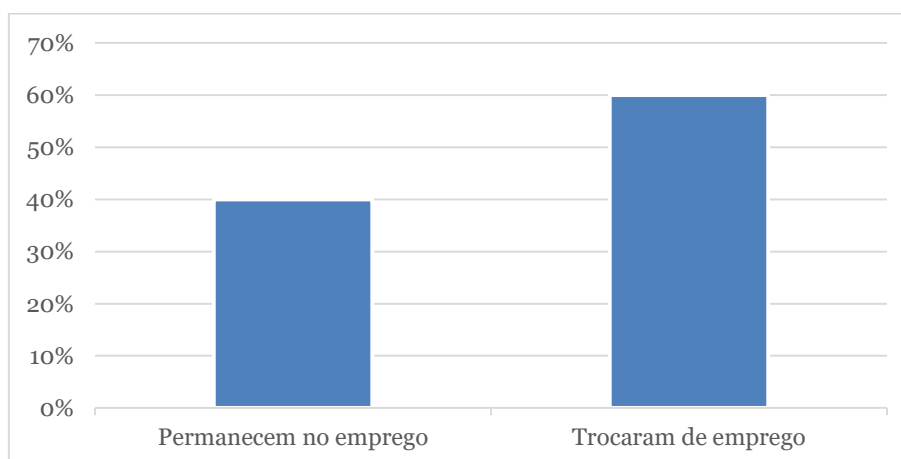
A primeira pergunta direcionada a esse item objetivava descobrir se, antes da realização do curso Pronatec, o entrevistado tinha emprego. Dos quinze participantes, onze exerciam atividade remunerada, em emprego formal ou estágio, representando 73% da amostra. Esse percentual vem ao encontro da distribuição dos egressos por faixa etária: aqueles com idade igual ou superior a 25 anos já exerciam atividade remunerada; os demais, com menos de 25 anos, estavam em idade escolar e não inseridos no mercado do trabalho.

Aos que responderam positivamente a esse item, foram feitas mais duas perguntas referentes à formalidade do vínculo empregatício e à permanência no emprego após a realização do curso.

Ainda sobre o vínculo empregatício, o percentual de entrevistados que afirmaram ter carteira de trabalho assinada, isto é, vínculo formal com o empregador, foi de 64%. Dos 36% que responderam negativamente, compreendendo três entrevistados, dois são empregados públicos, ambos servidores municipais. Apenas um dos entrevistados respondeu que era autônomo, não estando submetido a vínculo empregatício. O índice de formalidade é importante para mensurar se os trabalhadores estão com seus direitos assegurados. No Brasil, em 2018, o número registrado de trabalhadores que estão "por conta própria" ou sem carteira assinada foi de 23,3 milhões, representando aproximadamente um quarto da população total ocupada do país (IBGE, 2019). Apesar do grande número de trabalhos informais, esta é uma solução para os que estão tentando sair do desemprego.

A permanência no emprego é motivo de preocupação para os que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho. Para isso, muitos relatam que foram em busca dos cursos Pronatec com esse motivo. Os cursos FIC são adequados para os que buscam aperfeiçoamento, devido à curta duração e por terem metodologias que mesclam teoria e prática de forma dinâmica. Dos entrevistados, o equivalente a 40%, responderam que permanece no emprego. Em relação aos que responderam que não permanecem no emprego, muitos pediram demissão, ou encerrou-se o contrato de estágio.

Gráfico 7 – Egressos que permanecem no emprego após a realização do curso Pronatec



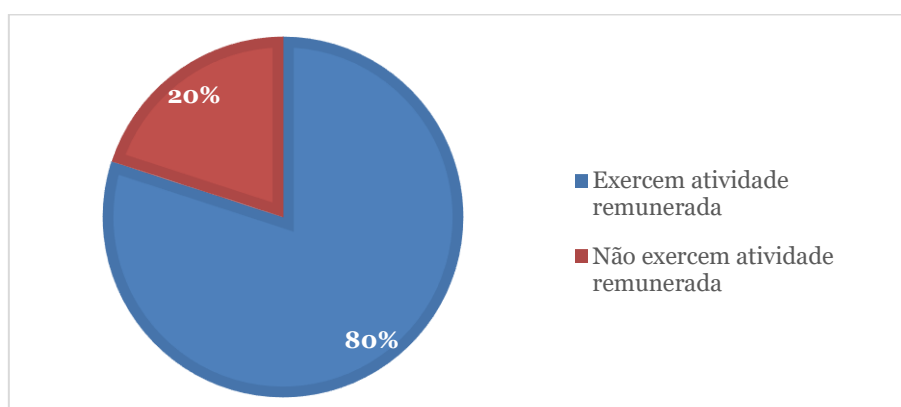
Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Além da permanência no emprego, investigou-se a situação empregatícia atual dos entrevistados. Essa questão mostra se eles estão exercendo alguma atividade remunerada, independentemente de ser formal ou não. Esse item vem ao encontro de um dos objetivos da pesquisa, qual seja, a relação entre o curso realizado pelo egresso

e o seu desenvolvimento profissional. Esse ponto é relevante, pois o aluno, ao se matricular em um curso que visa a inserção no mercado de trabalho, tem expectativa de conseguir uma colocação mesmo.

Oitenta por cento dos entrevistados responderam que estavam exercendo atividade remunerada, significando esta, empregos com carteira assinada, estágios e empregos informais, conforme gráfico abaixo. Salienta-se que, dos três entrevistados que responderam negativamente (correspondendo a um percentual de 20%), dois tiveram seus contratos de trabalho encerrados e não renovados e um está estudando, apenas, pois o seu vínculo anterior era de estagiário.

Gráfico 8 – Egressos que exercem atividade remunerada



Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Em 2019, conforme estatística do IBGE, o número de trabalhadores subutilizados¹² no Brasil atingiu 28,3 milhões, correspondendo a 25% da força de trabalho do país, no primeiro trimestre de 2019. Trata-se do maior índice desde a primeira pesquisa, realizada em 2012. Apesar de parte desses trabalhadores terem qualificação, como nível superior ou pós-graduação, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho não são garantidas.

As demais perguntas feitas aos egressos foram de caráter subjetivo, havendo uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado. Assim, a primeira pergunta realizada foi sobre as dificuldades enfrentadas na busca por emprego. As respostas foram similares, considerando que a falta de experiência e qualificação necessária para desempenhar as atividades foram as mais mencionadas como os principais motivos apontados pelos que estão em busca de emprego.

¹² Conforme Nota técnica 02/2016 do IBGE, o grupo de trabalhadores subutilizados reúne os desempregados, aqueles que estão subocupados (menos de 40 horas semanais trabalhadas), os desalentados (que desistiram de procurar emprego) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

Tabela 7 - Principais dificuldades na busca por emprego

1	Falta de experiência (7/10)
2	Falta de qualificação (6/10)
3	Falta de oportunidades (3/10)
4	Competitividade (3/10)
5	Crise econômica no país (2/10)

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

O Aluno egresso entrevistado 01, mencionou que apesar de não possuir qualificação profissional suficiente para concorrer com os demais, percebe que até os que possuem ensino superior completo não conseguem uma colocação em sua área, *“até tava falando essa semana que estudam, se formam e muitos trabalham como balconista.”* Infelizmente essa frase, apesar de verdadeira, demonstra a desmotivação em seguir estudando, pois olham ao seu redor e não veem perspectivas de melhora em seu meio, pois, mesmo possuindo qualificação, as dificuldades para conseguir emprego são elevadas, contribuindo para que muitos indivíduos exerçam atividades fora da área de formação/qualificação.

Outro ponto mencionado foi em relação à escassez de oportunidades em cidades pequenas. Em Jaguari, cidade com maior número de participantes nas entrevistas, a população gira em torno de 10 mil habitantes (IBGE, 2018c). Em municípios pequenos, além de possuir poucos postos de trabalho, o fato da maioria dos habitantes se conhecerem, contribui no momento da contratação de um trabalhador. Essa percepção foi relatada pelo Aluno egresso entrevistado 07: *“são contratadas por causa do quem indica né... trabalhei em Santiago também e lá tudo assim...na indicação”*.

A questão da pouca idade também é um dos percalços na procura por emprego, pois quem é menor de idade, encontra poucas possibilidades ao término do ensino médio. Este fator foi relatado por dois entrevistados, os quais afirmaram que não foram contratados por serem jovens e possuírem pouca experiência.

“Eu acho que quando eu saí do técnico e eu terminei o ensino médio, fiquei um semestre antes de entrar na faculdade. Eu até tentei ver alguma coisa pra fazer, só que eu acho que o fato da idade colaborou para não conseguir”

(Aluno egresso entrevistado 09)

A remuneração oferecida pelas empresas aos funcionários, muitas vezes deixam a desejar. Quem está à procura de trabalho e possui qualificação, tem expectativas em

obter uma boa remuneração. Esse item foi apontado pelo Aluno egresso entrevistado 11, *“olha, eles pedem muita qualificação e o salário não é compatível com a qualificação que eles pedem”*. Infelizmente, essa é a realidade no Brasil, país em desenvolvimento que lida com picos de crescimento e estagnação econômica. A falta de oportunidades aos qualificados, bem como baixos salários em meio a alta inflação, resulta na precarização do trabalho.

Outra dificuldade na busca por emprego é a crise econômica que o país atravessa desde 2016 e que tem agravado nos últimos anos. A taxa de desemprego desde então tem sido a maior nas últimas décadas, conforme exposto no capítulo II.

Em contraponto às dificuldades relatadas, dois egressos afirmaram que não possuíram dificuldades na busca por emprego, pois consideraram que ao término da sua formação, o mercado de trabalho foi receptivo eles.

“com o curso eu tive bastante oportunidade e aprendizagem. Quando procurei esse emprego, consegui.”

(Aluno egresso entrevistado 03)

“não encontrei dificuldades para conseguir emprego.”

(Aluno egresso entrevistado 14)

Aos que estão exercendo atividade remunerada atualmente, procurou-se saber se a mesma teria afinidades com o curso Pronatec realizado. Para os que investiram na sua qualificação profissional por um longo período, é importante que os mesmos encontrem empregos na sua área de formação. Porém na atual conjuntura econômica, não é raro encontrarmos pessoas que não conseguem colocação em sua área de formação. A falta de oportunidades em formações mais específicas, leva os egressos a procurarem emprego em outros ramos. Dos 12 entrevistados que estão exercendo atividade remunerada atualmente, 50% disseram que o curso realizado não tem afinidades com suas atividades e 50% disseram que sim.

Gráfico 9 – Egressos que exercem atividades na área do curso Pronatec



Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Além da inserção no mercado de trabalho, os cursos Pronatec promovem a capacitação para aqueles que já possuem emprego. É fundamental o constante aperfeiçoamento aos que estão trabalhando e buscam a permanência em suas atividades, pois com a globalização e desenvolvimento tecnológico, as mudanças nas configurações empregatícias são constantes, principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico. Conforme refere Mourão (2009), “Fenômenos como a globalização, a terceirização, os novos modelos de gestão, os avanços tecnológicos, o crescimento do desemprego e a automação têm provocado significativas mudanças para as organizações e para o trabalho e exigido qualificação constante dos profissionais (2009, p. 138).

Atuar na área de formação é primordial para o egresso. Esse é o objetivo de todos quando escolhem o curso que desejam realizar e também aos que já atuam em determinado ramo e buscam o aperfeiçoamento em suas atividades. Felizmente o curso Pronatec foi para muitos, o meio de inserção e permanência em formação.

“Sim, com certeza. Na realidade o meu concurso é bem na área do curso desenvolvido. Sou administrador de carreira e trabalho com toda a parte administrativa, financeira, planejamento e isso foi desenvolvido no curso. O aprendizado é diretamente relacionado com o meu emprego”.

(Aluno egresso entrevistado 04).

“Porque é na área administrativa e a gente teve bastante parte de financeiro no técnico e agora tô utilizando no meu trabalho.”

(Aluno egresso entrevistado 03)

Aos egressos que afirmaram que o curso realizado pelo Pronatec não tem relação direta com suas atividades desempenhadas, salientaram que mesmo assim o curso foi significativo nas suas trajetórias, pois ajudou no desenvolvimento de suas funções. O

Aluno egresso entrevistado 06 atua em um cartório de registro civil e afirmou que o curso realizado contribuiu em seu trajeto profissional, pois aprendeu a elaborar ofícios, atividade desenvolvida nas aulas de redação do curso Técnico em Administração.

Alguns afirmaram ainda que o curso realizado não tem afinidades com a função desempenhada atualmente. Foi o caso do Aluno egresso entrevistado 05 que atua como Assistente Social. Porém, ao ser questionado sobre as matérias lecionadas no curso, o mesmo afirmou que aprendeu as funções básicas dos programas *Word* e *Excel*. Diante disso, perguntei-lhe se o mesmo não utilizava esses programas em seu dia a dia e a resposta foi afirmativa. Embora a atuação não tenha sido diretamente relacionada com o curso realizado, os cursos Pronatec foram importantes ao ponto em que auxiliam no desempenho de atividades rotineiras.

Os egressos que afirmaram que o curso não tem afinidade alguma com suas atividades, muitos realizaram o curso por ser uma oportunidade de qualificação, sem saber se iriam seguir na área de formação. A indecisão sobre qual carreira seguir é comum entre os que estão se preparando para ingressar no mercado do trabalho ou que visam trocar de profissão. Outros acabaram se arrependendo dos cursos que fizeram e trocaram de carreira por se identificarem com outras áreas.

“Não. Porque trabalho como auxiliar administrativo e o curso que realizei é técnico em agroindústria, na área de alimentos”.

(Aluno egresso entrevistado 02).

Quem realiza um curso, acredita que a certificação contribuirá para o seu crescimento profissional. Muitos veem a oportunidade de conseguir um emprego melhor, porém, infelizmente, diante de algumas tentativas frustradas, desistem de uma colocação em sua área por se sentirem desalentados com as atuais condições sociais e econômicas do país. E para não entrarem na condição de desempregados, aceitam as oportunidades que lhes são ofertadas. Conforme Pnad Contínua (2018), “diante de um cenário de poucas oportunidades, parte dos trabalhadores mais escolarizados aceitou desempenhar funções abaixo das suas qualificações a fim de evitar o desemprego.”

Conforme estudo mencionado anteriormente, (Pnad Contínua, 2018), em média um terço dos trabalhadores que possuem qualificação profissional, neste caso, ensino superior, estão ocupando postos que requerem uma qualificação inferior à sua formação. Em 2018, apenas 62% dos ocupados que possuem ensino superior estão atuando em suas áreas de formação.

Outro motivo mencionado em relação à não atuação na área do curso Pronatec, foi a oportunidade de troca de emprego para um lugar mais perto da sua residência. A

migração pendular é um motivo significativo para permanência no emprego, pois o período de deslocamento entre casa e trabalho envolve tempo e custos. Esse foi o caso relatado pelo Aluno egresso entrevistado 14, *“Não, pois eu troquei de emprego, devido a ser mais perto de casa e pela flexibilidade de horário.”*

Aos entrevistados que estão exercendo atividade remunerada atualmente foi perguntado se o curso Pronatec contribuiu para conseguir ou manter-se no emprego. Após a conclusão de cursos de qualificação, os egressos buscam ascendência profissional, bem como trabalhar na área de formação. Mesmo se não houver sucesso profissional, esperam que o curso sirva para melhorias no seu currículo. Essas constatações foram encontradas nas entrevistas realizadas. Dos 12 entrevistados que estão exercendo atividade remunerada atualmente, 7 responderam que o curso colaborou para a sua inclusão ou permanência no emprego.

“Pelo conhecimento mesmo, porque já tinha conhecimento na área sobre essa parte...e a continuar né porque agora tô fazendo o ensino superior na área administrativa.”

(Aluno egresso entrevistado 03)

“Tem. Eu trabalho no quartel aí lá no quartel tem a oficina de tornearia e na oficina eu trabalho com fresna, torno, plaina... tudo essas coisas aí...furadeira...aí é pra mim isso aí... eu continuo na área, entendeu?”

(Aluno egresso entrevistado 11)

Apesar de três participantes afirmarem que o curso não ajudou de forma direta, pois não estão atuando na área, os mesmos afirmaram que foi significativo para o desenvolvimento de suas atividades, seja para a composição do currículo ou para o desempenho de suas rotinas diárias.

Para o Aluno egresso entrevistado 09, que atua como bolsista na universidade na qual estuda, salienta que o curso técnico realizado auxiliou na escolha da graduação que está cursando. Nesse sentido, o Pronatec contribuiu na escolha da sua profissão, pois desenvolve cursos voltados à empregabilidade.

“não, mas me ajudou a entrar na faculdade, porque eu acho que os cursos técnicos eles... no ensino médio a gente vê a matéria, mas não vê aplicada. No ensino técnico tu vê tudo aplicado e isso, quando eu fui fazer o ENEM eu tive uma visão diferente... eu consegui pensar várias coisas que só com o ensino médio eu não ia conseguir. Eu acho que se eu não tivesse feito o técnico eu não ia saber o que fazer.”

(Aluno egresso entrevistado 09)

Tabela 8 - Principais contribuições dos cursos Pronatec

1	Atuar na área de formação (3/15)
2	Desenvolvimento atividades laborais (3/15)
3	Permanência no emprego (3/15)
4	Encontrar emprego (3/15)
5	Desenvolvimento da comunicação (3/15)
6	Auxiliou na escolha da profissão (2/15)
7	Composição curricular (1/15)

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Em relação a não estar trabalhando na área de formação, dois egressos encontram-se nesta situação. Porém, o Aluno egresso entrevistado 12 salientou que se fosse procurar emprego na área, teria chances de conseguir, pois o curso de torneiro mecânico foi abrangente e aliado a carência de cursos nessa área, haveria maior empregabilidade.

“Não cabe porque não atuei na área, mas eu acredito que se eu fosse procurar um emprego hoje na área, com certeza me ajudaria porque tem bastante indústria na área... até a questão do torno cnc são poucos que tem e a maneira como eles abordaram no curso... geralmente eles entregam o torno pronto pra programar e fazer determinada peça e durante o curso eles nos ensinaram a fazer o programa, a programação e operar o torno, então é bem completo”.

(Aluno egresso entrevistado 12)

Aos egressos que foram receptivos com a entrevista e demonstraram interesse nesta pesquisa, foi direcionada uma pergunta que não estava no guião e que foi julgada pertinente, pois ninguém melhor que os cursistas do Pronatec para saber se com o curso realizado, sentem-se aptos e seguros a ingressar no mercado de trabalho.

Alguns entrevistados que frequentaram os cursos FIC acreditam que o curso não foi suficiente para prepará-los para o mercado de trabalho, por diversos motivos, como a baixa carga horária, a necessidade de qualificação para se tornarem competitivos e também pela dedicação do aluno nas aulas. O interesse dos alunos é dos fatores mais relevantes na formação profissional, pois o aprendizado dependerá do seu interesse.

“Eu acho que se a pessoa já tem...como vou falar... eu trabalhava nisso, só acentuou o que eu já sabia, complementou o que eu já fazia, mas os mais jovens se vão dar isso como iniciativa eu acho que é pouco, até porque a parte prática a gente não teve, a gente teve a parte teórica e tudo, mas a parte prática foi tudo que a gente já realizava”

(Aluno egresso entrevistado 08)

Os cursos FIC são de curta duração, em torno de 160 horas, sendo que os conteúdos não são ministrados de forma aprofundada devido à baixa carga horária. Assim, essa modalidade é adequada aos que estão buscando uma capacitação em sua área de atuação ou procurando cursos menos complexos, como auxiliar administrativo e manicure.

Os cursos mais densos, que necessitam de aprofundamento no conteúdo, como Fresador CNC, seria justo uma carga horária maior para quem não atua na área. Assim, percebe-se que um curso FIC não seria o suficiente para quem não tem experiência, conforme relato do Aluno egresso entrevistado 11.

Olha, pra trabalhar eu não digo, mas uma noção tu ia ter. Pra trabalhar em uma empresa é complicado, mas uma noção a gente já tem no curso, noção de como tudo funciona.
(Aluno egresso entrevistado 11)

Tabela 9 - Síntese dos aspetos negativos cursos Pronatec

1	Baixa carga-horária cursos FIC
2	Professor sem didática

Fonte: Entrevistas realizadas aos estudantes egressos

Em contraponto à crítica da curta duração dos cursos FIC, o Aluno egresso entrevistado 12, afirmou que se sentiu seguro em trabalhar na área após a realização do curso Torneiro Mecânico, afirmando que não teria dificuldades em manusear um torno, caso optasse por seguir na área de formação do Pronatec.

“Eu creio que sim. Eu não era da área... conhecia o torno, mas não muito né. Mas eu saí dali bem seguro... se eu fosse trabalhar, ia ser tranquilo. Claro, a medida que vai trabalhando, melhora. Mas com o que foi entregue no curso eu tinha plenas condições de trabalhar na máquina.

(Aluno egresso entrevistado 12)

No que tange à carga horária dos cursos FIC, uma forma de compensar as aulas enxutas, seria contar com a criatividade dos professores nas aulas práticas para torná-las atrativas. Observar os alunos que estão com dificuldades e que não conseguem acompanhar as aulas, proporcionaria uma boa formação e contribuiria para a permanência no curso.

Em relação às atividades desenvolvidas nas aulas, os alunos egressos 09 e 10 frequentaram o curso Técnico em Agroindústria, com duração de um ano e meio. Apesar de ambos terem desenvolvido as mesmas atividades, a visão sobre empregabilidade foi diferente em cada entrevistado, reafirmando a necessidade da percepção do professor sobre a aprendizagem dos alunos.

“Eu acho que não porque eu acho que na teoria é uma coisa e na prática é totalmente diferente no quesito de... como te falei...hã... falta de experiência. Assim, tu vai entrar não da pra querer competir com uma pessoa que tem mais experiência, mais madura. Mas eu acho que uma pessoa... eu tenho 20 anos, mas uma pessoa com 30 anos vai fazer, ela pode querer abrir uma agroindústria, só que não é o meu caso. Eu fiz o curso, mas não tenho vontade de ter um negócio, sabe, eu queria trabalhar numa empresa maior...não que uma pessoa não pode, vai depender da vontade dela”.

(Aluno egresso entrevistado 10)

Na contramão do depoimento do Aluno egresso entrevistado 10, está o relato otimista do Aluno egresso entrevistado 09, que afirmou que o curso Técnico em Agroindústria foi muito abrangente, pois teve a oportunidade de um ensino teórico e prático sólidos. Ao sair da sua zona de conforto e optar por não fazer estágio na agroindústria da família, o mesmo teve novos desafios, proporcionando novas experiências. O seu estágio foi realizado na Universidade Federal de Santa Maria.

“Eu acho que com certeza sim porque a gente tem bastante teoria, mas a gente tem muita técnica e eu lembro que no primeiro e segundo semestre que a gente fez ali era muita teoria, bem massante, mas depois era muita técnica. Nós íamos todos os dias pra agroindústria produzir. Os professores eram muito exigentes...assim... desde a parte da segurança do trabalho, da higiene, de controle de qualidade, de padronizar tudo que a gente fazia. Então eu acho que a gente, pra trabalhar já tinha essa visão, a gente já tinha uma exigência lá dentro que era como se a gente trabalhasse num local mesmo, numa agroindústria, em qualquer outro local e também quando eu fiz o estágio, eu fiz o estágio na federal [Universidade Federal de Santa Maria], ali na ufsm e eu fiz na parte de biocombustíveis e até foi engraçado porque todo mundo achou que eu ia fazer na agroindústria do Vô. Só que daí eu pensei “mas eu já sei de tudo ali, eu vou buscar algo novo” e aí o pessoal ficou surpreso de que a gente sabia assim porque a gente produzia ali álcool que era por redestilação de bebidas apreendidas da Receita Federal. Eles redestilavam e faziam álcool pra carro e também pros laboratórios lá e aí lá no IFFar eles tinham toda essa parte de alambique, faziam cachaça e tinha bastante infraestrutura e a gente podia acompanhar tudo isso. Então a gente saiu do técnico já preparado, já sabendo o que a gente ia ver e a gente já tinha tido muita prática daquilo. Então eu, depois que fiz o técnico eu vi “poxa, como eu aprendi bastante coisa” se fosse pra trabalhar eu estaria segura daquilo porque na época eu tinha 17 anos e eu lembro que a gente chegava no estágio às 7 horas e já ascendia as caldeiras.”

(Aluno egresso entrevistado 09)

A busca de novas oportunidades e experiências são características particulares de cada indivíduo. Muitos sentem medo de saírem de suas casas, de perto de suas famílias, por serem novos. Assim, muitos esperam atingir a maioria ou optam por seguir nos negócios da família.

Outro ponto positivo relatado sobre a empregabilidade dos egressos foi referente ao desenvolvimento da comunicação durante o curso. Ter uma boa expressão é uma qualidade para quem almeja um emprego.

“acho que sim. Acho que é uma oportunidade, ele tem uma boa carga horária... eu acho que o curso traz muito conhecimento, traz grandes possibilidades para o mercado de trabalho. Se não for inseridos exatamente naquela área do curso, mas pra conhecimento em qualquer outro trabalho que vai desenvolver. A gente observou muitos colegas bastante inibidos pra conversar no início do curso e no final estavam bem enturmados e isso traz para o mercado de trabalho também... uma pena que terminou!”

(Aluno egresso entrevistado 05)

3.2.CONTRIBUTOS DO PRONATEC: A VISÃO DOS PROFESSORES

Os professores do Pronatec são selecionados através de processo seletivo nas instituições ofertantes. É exigido na maioria dos editais, formação e experiência na área, conforme mencionado na análise da percepção dos egressos do Pronatec. Ao investigar as percepções dos professores sobre o programa, foram dirigidas perguntas que buscassem analisar as seguintes dimensões: (i) Perfil do Professor – Idade, sexo e grau de instrução. (ii) Apoio do IFFar para a realização dos cursos – ou seja, como as aulas eram lecionadas e também, se a instituição proporcionou curso de formação de professores. Além disso, buscou-se informações sobre a infraestrutura disponibilizada para a realização dos cursos; (iii) Contribuições dos cursos Pronatec para os trajetos profissionais e pessoais dos alunos - Analisar o ponto de vista dos professores sobre as contribuições dos cursos nas trajetórias dos egressos e inserção no mercado de trabalho.

3.2.1.Perfil sociográfico dos professores entrevistados

Para a amostra dos professores, foram selecionados 10 colaboradores que atuaram no Pronatec no período de 2014 a 2016. A escolha dos participantes foi de forma conveniente, com base na lista de docentes participantes no período da amostra. O contato feito com os professores foi da mesma forma que os egressos: através de e-mail, telefone e redes sociais.

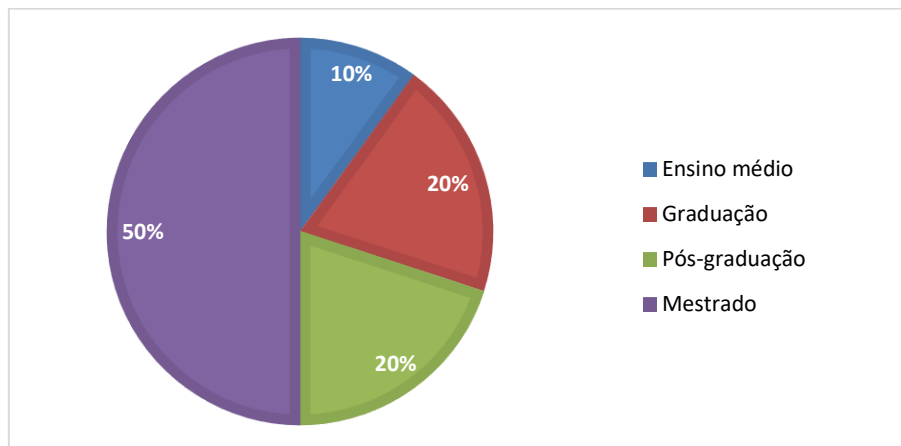
A fim de identificar o perfil do professor, foram solicitadas informações referentes à idade, sexo, grau de instrução e *Campus* ou Centro de Referência no qual lecionou.

A amostra foi dividida por idade, considerando o mesmo intervalo utilizado na amostra dos egressos. Constatou-se que 50% dos entrevistados possuem entre 30 e 39 anos. Esse íterim, juntamente com o de 40 a 49 anos representando 30% dos entrevistados, corresponde à pesquisa do IBGE de 2015, na qual foi verificado que a maior concentração de população economicamente ativa é dos 30 e 39 anos e a segunda maior concentração é dos 40 a 49 anos.

Em relação ao grau de instrução dos professores entrevistados, a metade possui o título de Mestre, exaltando a qualificação profissional dos docentes dos cursos Pronatec dentro do Instituto Federal Farroupilha. Esse foi um dos pontos positivos abordado pelos

egressos entrevistados, quando alguns mencionaram que os professores eram devidamente qualificados e possuíam experiência na área.

Gráfico 10 – Grau de instrução professores Pronatec



Fonte: Entrevistas realizadas aos docentes do Pronatec

3.2.2. Apoio do IFFar para a realização dos cursos

A percepção dos professores quanto ao empenho do IFFar para a realização dos cursos Pronatec é relevante, pois os mesmos estão em contato com os coordenadores do programa. Assim sendo, primeiramente foi questionado sobre como as aulas eram ministradas, identificando a metodologia de ensino e se a mesma cumpria as exigências das ementas dos cursos.

Os professores que lecionaram disciplinas que possuíam atividades práticas procuraram se adaptar às dificuldades e dinâmica dos alunos. Esse olhar é relevante na educação de adultos, pois os alunos tendem a compreender melhor o conteúdo com metodologias que exijam a sua participação ativa, estimulando a interação entre os mesmos.

“Como a maioria dos alunos eram produtores de fumo, eles não tinham muito conhecimento da parte teórica, então as aulas tinham que ser, na maioria, práticas. A parte teórica era bem superficial para eles poderem ter um bom acompanhamento. Teve uma aula em que levei eles à Santa Maria para conhecerem o meu experimento do mestrado”.

(Professor entrevistado 05)

Os docentes que ministraram disciplinas teóricas, como as de Português, tiveram

suas atividades concentradas dentro da sala de aula, porém, sem deixar de aplicar exercícios para a fixação do conteúdo, importante para compreender a disciplina. Dessa forma, o aprendizado se torna menos maçante.

“Sim, eu trabalho com a área de linguagens, então havia muitas disciplinas. Muitos conteúdos que se relacionam com a prática. Então fazíamos a parte teórica em sala de aula, construção do conhecimento em relação à constituição da fala, da oratória e depois fazíamos projetos práticos de empoderamento.”

(Professor entrevistado 01)

“As aulas eram teóricas e em alguns momentos fazíamos aulas práticas... como na disciplina de logística e administração de materiais... eu sempre encerrava as aulas com algum tipo de atividade, ou dinâmica ou com exercícios.”

(Professor entrevistado 06)

Quanto à realização de cursos de formação para docentes, os professores afirmaram que a instituição não proporcionou tal curso, sendo realizada somente reunião de apresentação do programa com as coordenações, onde foram apresentadas as diretrizes do programa e ementa dos cursos.

Sobre a infraestrutura disponibilizada pelo Instituto Federal Farroupilha, como salas de aula, materiais didáticos e laboratórios, foi investigado sobre a percepção dos docentes em relação ao espaço cedido para a realização dos cursos. A maioria das respostas foram positivas em relação à estes aspetos.

“Era muito bom... a gente usou o laboratório de informática, usou para fazer excel... usou sala de aula. Com relação a estrutura não teve problema, atendeu a necessidade. A biblioteca era muito boa também..”.

(Professor entrevistado 02)

Algumas dificuldades mencionadas pelos professores estavam atreladas à falta de algum material específico ou equipamento que não estava funcionando. Esses tipos de imprevistos infelizmente são comuns em órgãos públicos, pois conforme a Lei Nº 8.666/1993 é necessário processo licitatório para aquisição de bens e serviços na Administração Pública. Tal processo é moroso, demandando tempo para a sua construção, bem como o prazo para entrega dos fornecedores.

Apesar dos contratemplos, o desenvolvimento das aulas não ficou comprometido, segundo os docentes.

“Com relação a infra do Campus, ele tem uma estrutura bem boa, mas quando ele abraça a proposta do Pronatec, a gente recebeu recursos bastante específicos, as vezes da área da saúde, agroindústria, que talvez o Campus ou CR [Centro de Referência] não comportem. Então.. não que o Campus não tenha uma boa infraestrutura, mas para o recebimento do Pronatec algumas

coisas ficaram a desejar. Na área da saúde, algumas aulas necessitavam de um boneco para as aulas práticas e não tiveram como comprar devido a demora...

(Professor entrevistado 01)

“Na verdade eu saliento que não tinha uma máquina por aluno, isso era um entrave... às vezes tinham que ficar em duplas... que alguns computadores estavam estragados... e isso dificulta pra cada um fazer o seu... um olha e o outro faz.”

(Professor entrevistado 08)

Tabela 10 - Principais dificuldades na ministração dos cursos Pronatec

1	Equipamentos que não funcionavam (2/10)
2	Falta de material específico para aula (1/10)
3	Demora na entrega de material solicitado (1/10)

Fonte: Entrevistas realizadas aos docentes do Pronatec

Outro ponto discutido nas entrevistas foi em relação ao apoio do IFFar para realização dos cursos, como assistência aos docentes e alunos. O interesse da instituição ofertante é fundamental para o êxito do programa. Além da gestão da bolsa-formação, o IFFar implantou os Centros de Referência para atender os alunos da melhor forma possível, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliários para a instalação dos mesmos. Salienta-se que o Pronatec não forneceu recursos para aquisição de materiais permanentes.

Novamente as respostas foram positivas, destacando-se a disponibilidade do material didático e a atenção da gestão central e setorial do Pronatec.

“Muito bom, todas as dúvidas que se tinha eram sanadas, os materiais pedagógicos eram disponibilizados pela instituição. Não havia diferença em relação aos cursos normais.”

(Professor entrevistado 06)

A primeira turma Pronatec ofertada no *Campus* Jaguari coincidiu com o início das atividades do *Campus*. No período de implantação de novas unidades é comum a falta de materiais, devido às questões de logística. O relato do Professor entrevistado 02 retrata essa situação, porém, o mesmo buscou auxílio no *Campus* São Vicente do Sul, para não comprometer as atividades da turma.

“Na época ainda era pouco material didático porque a biblioteca ainda estava em construção, era pequena, né... então eu pegava alguma coisa em São Vicente”.

(Professor entrevistado 02)

Outra questão relatada pelo Professor entrevistado 03 foi em relação à distribuição de materiais aos alunos que terminaram o curso de Manicure. Neste caso, a diretora do

Campus Jaguari apresentou os egressos com um kit de manicure. Esse gesto sensibilizou o professor, pois demonstrou o apoio e o interesse do *Campus* no sucesso dos egressos Pronatec.

“No meu caso foi bem interessante porque a gente recebeu o kit para cada participante, o qual a gente pretendia deixar no Campus... como material de esterilização, porque a gente pretendia estender essas aulas pra novas turmas, né... daí no final a diretora resolveu dar de presente para elas porque era uma forma delas começarem a profissão... teve sorteio de muitos esmaltes.”

(Professor entrevistado 03)

3.2.3. Contributos do Pronatec para os trajetos profissionais e pessoais do estudantes

Neste tema procurou-se compreender as percepções dos docentes que lecionaram no Pronatec sobre as contribuições do programa na vida pessoal e profissional dos egressos.

O papel do professor é fundamental no desenvolvimento escolar e formação crítica do aluno, pois o aprendizado depende da didática dos professores. Parafraseando, Bulgraen: “O professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações” (2009, p. 31).

Com o objetivo de analisar as contribuições do Pronatec para a vida dos egressos, foi inquirido aos professores, com base em sua experiência como docente, as principais contribuições do Pronatec nos trajetos profissionais e pessoais dos estudantes.

A análise realizada às entrevistas permitiu identificar os seguintes contributos do programa junto dos estudantes egressos, na perspectiva dos professores:

Tabela 11 - Principais contributos do Pronatec para os estudantes egressos: a perspectiva dos docentes do programa

1	Formação pessoal (valorização, desenvolvimento de competências)
2	Melhor preparação para inserção no mercado de trabalho
3	Inculcação do desejo de dar continuidade aos estudos

Fonte: Entrevistas realizadas aos docentes do Pronatec

A formação pessoal dos egressos foi a competência mais relatada pelos professores. Essa habilidade retrata a importância do curso realizado no desenvolvimento dos alunos, sejam os jovens egressos dos cursos técnicos que afirmaram que o curso contribuiu no seu amadurecimento, ou para os adultos que se encontravam fora da escola e a retomada dos estudos colaborou para a sua valorização pessoal.

Além disso, outra contribuição do Pronatec aos estudantes foi a possibilidade do prosseguimento dos estudos após a conclusão do curso. Nestes casos, o Pronatec atuou como um estímulo, sendo que muitos decidiram fazer uma graduação após a conclusão dos cursos.

“Hoje ainda tenho contato com alguns egressos e percebi que muitos estão fazendo graduação, ou seja, seguiram estudando após o curso Pronatec e outros estão trabalhando na área do curso realizado.”

(Professor entrevistado 06)

Além da formação pessoal dos estudantes, os professores acreditam que o Pronatec cumpriu o seu papel referente à possibilidade de inserção no mercado do trabalho. Alguns que relataram casos de alunos que após o término do curso conseguiram uma colocação profissional. Outro ponto referido, além da empregabilidade, foi o aprimoramento nas atividades desenvolvidas pelos alunos que já trabalhavam, ou seja, os mesmos começaram a desempenhar melhor suas atividades laborais.

“Eu acredito muito, né.. na formação técnica e a principal contribuição desta formação é a possibilidade de terminar o curso e já ser inserido no mundo de trabalho, eles tem uma base teórica e prática muito boa, conseguem ser autônomos. A integração entre eles, troca de experiência... ajudou até na mudança de hábitos. É muito gratificante ver essas mudanças. Se a gente observar o aluno do início até o final, a gente consegue ver essa evolução deles.. até a aquisição de vocabulário.”

(Professor entrevistado 04)

“Na trajetória profissional foi sem dúvida o acesso ao mundo do trabalho. E no lado pessoal acredito foi a possibilidade de sonhar, porque muitos não tinham a oportunidade na região de uma educação gratuita e de qualidade e também a possibilidade de estudar uma língua estrangeira. Lembro de uma situação em que fomos trabalhar no power point e no final da aula um aluno me disse que aprendeu a mexer com essa ferramenta durante o curso, ou seja, quando aprendemos uma nova habilidade, é um novo mundo que se apresenta.”

(Professor entrevistado 07)

Apesar de tantas contribuições positivas sobre o Pronatec, um dos professores entrevistado acredita que o auxílio fornecido pela bolsa-formação aos estudantes que seria para custear despesas com transporte e alimentação, foi o que realmente motivou os seus alunos a frequentarem as aulas. A percepção deste professor significa que, para

alguns alunos, o Pronatec foi um meio de aquisição e não uma oportunidade de qualificação.

Eu acho que o Pronatec seria uma grande oportunidade de emprego, para todos aqui em Jaguari, principalmente... é uma cidade bastante isolada... na qual estava oferecendo uma formação.. que a gente precisa muito... por exemplo, eu tenho bastante dificuldade na área de secretária, e as pessoas não tem iniciativa de buscar, então acabam buscando o curso do Pronatec em função da bolsa que eu não concordo com o pagamento da bolsa, porque eu tive bastante dificuldade com relação às pessoas que iam em busca da oportunidade de emprego e as pessoas que iam em busca da bolsa...

(Professor entrevistado 03)

O último questionamento feito aos professores foi sobre a empregabilidade dos egressos após a realização dos cursos Pronatec.

Apesar de essa questão ter ficado implícita na pergunta anterior, quando os mesmos responderam sobre a contribuição do Pronatec nos trajetos profissionais dos egressos, optou-se por mantê-la por ser mais específica em relação à empregabilidade. Dessa forma, foi questionado se os mesmos acreditavam que o curso ministrado preparava o aluno para o mercado do trabalho. Assim, procurou-se entender, de forma mais clara, o que os professores pensavam sobre o verdadeiro nível de empregabilidade dos egressos do Pronatec, dentro das propostas dos cursos.

Tabela 12 - Opinião dos professores sobre empregabilidade dos egressos

1	Depende do desempenho individual do aluno
2	Cursos FIC menos complexos preparam melhor
3	Cursos mais complexos deveriam ter maior carga horária

Fonte: Entrevistas realizadas aos docentes do Pronatec

Sabemos das dificuldades de inserção no mundo do trabalho no Brasil, porém, os mais qualificados tendem a se sobressair em relação aos demais. A inserção no mercado do trabalho depende de inúmeros fatores já relatados, como: qualificação, experiência e oportunidades. Porém, de acordo com os relatos dos professores, muitos atribuem ao esforço e vontade do aluno em conseguir um emprego. Outros acreditam que o curso serve com um estímulo inicial e que para seguir carreiras mais complexas, é importante investir na qualificação.

“Olha, depende do curso, sim. Alguns cursos bastante específicos, talvez de formação inicial e continuada, como o curso de manicure, sim... porque são mais simples... o de panificação também... principalmente porque essas regiões que receberam os cursos são carentes de profissionais na área. Então tu consegue ver a construção de habilidades bem específicas...

então o curso de pequena duração veio ajudar aquelas pessoas que tinham nível médio, ou que tinham formação superior, mas trabalhavam em outra área.. esses cursos de pequena duração, auxiliaram. Entretanto, se tu vai ficar dentro da área... se tu pretende continuar, o pequeno curso não da conta, então tu começa uma caminhada no sentido de verticalização da educação que ele recebeu.”

(Professor entrevistado 01)

Alguns professores atribuíram o nível de empregabilidade à duração dos cursos, ou seja, para os cursos mais complexos, deveria ter uma maior carga-horária.

“Com certeza. Mas se tivesse mais tempo de curso e se o aluno tivesse a máquina para mexer, seria muito bom. Mas se ele ficar só com a parte teórica, talvez tenham um pouco de dificuldade para conseguir emprego. O curso tem uma ótima empregabilidade.”

(Professor entrevistado 05)

Já na opinião do Professor entrevistado 07, o curso com a carga horária lecionada foi o suficiente para a empregabilidade de alguns de seus alunos. Essa questão vai ao encontro dos primeiros relatos sobre esse tema, nos quais mencionaram que a inserção no mercado de trabalho depende também do aluno.

“Sem dúvida, eu acompanho os alunos e percebo que muitos estão trabalhando na área do curso, principalmente em Candelária, que é uma cidade com muitas indústrias. Eu soube de casos de que foram promovidos após a realização do curso.”

(Professor entrevistado 07)

3.3.CONTRIBUTOS DO PRONATEC: A VISÃO DOS COORDENADORES

Para completar a pesquisa de campo, foram entrevistados cinco coordenadores do Pronatec que atuaram no período da amostra. Os coordenadores têm como papel principal zelar pelo bom andamento dos cursos. Dessa forma, eles atuam na parte administrativa e educacional dos pólos.

A estrutura organizacional do Pronatec conta com um Coordenador Geral que é responsável pelo programa dentro do Instituto Federal Farroupilha. Em cada *Campus* ou Centro de Referência, é nomeado um Coordenador Adjunto que é responsável por aquele local.

Os coordenadores entrevistados atuaram como Coordenadores Gerais ou Adjuntos durante o período de 2014 a 2016. Pretendeu-se com esta tipologia específica de atores, identificar as perspectivas sobre o modo de funcionamento dos cursos Pronatec, como a gestão da bolsa-formação e apoio do IFFar para a realização dos cursos. Com os

participantes, buscou-se saber as diversas visões da gestão central do programa: a local, no *Campus* ou Centro de Referência e a geral, na Reitoria.

Relativamente ao nível de escolaridade dos coordenadores entrevistados, importa referir apenas um possui título de doutor. Os demais possuem mestrado.

Quanto ao local de atuação como Coordenador do Pronatec, três atuaram como Coordenadores Gerais, sendo vinculados à Reitoria do IFFar. Um atuou como Coordenador Adjunto no *Campus* Jaguari, e um como Coordenador Adjunto no *Campus* Panambi e nos Centros de Referência de Não-Me-Toque e Santa Cruz do Sul. Este último coordenador participou da implantação do Pronatec nestes três locais no período de 2014 a 2016.

O contato com os coordenadores foi similar ao contato tido com os egressos e professores: através de e-mail com a apresentação do projeto de pesquisa e TCLE ou redes sociais. Já os coordenadores que estão lotados na Reitoria, o contato foi feito pessoalmente. O local de entrevista com estes foi em seu ambiente de trabalho: dois no *Campus* Jaguari e três na Reitoria.

3.3.1. Metodologias de ensino do Pronatec no IFFar

O primeiro aspeto analisado com os coordenadores foi sobre as metodologias de ensino das aulas do Pronatec, com a seguinte pergunta: “Como o material didático dos cursos são repassados aos docentes?”

As respostas foram semelhantes, visto que o Pronatec não alterou sua metodologia de ensino ao longo do programa. A tabela abaixo apresenta as principais contribuições neste quesito:

Tabela 13 - Metodologia de ensino dos professores Pronatec

1	Os professores recebiam a ementa das disciplinas elaborada pelo Pronatec
2	Os professores elaboravam suas aulas
3	O IFFar custeou eventuais despesas com elaboração de material

Fonte: Entrevistas realizadas aos coordenadores do programa

“Depois que eles eram chamados, eu fornecia para eles a ementa e a partir disso, eles produziam o material... eu não entregava nada e nem uma apostila. Ele era produzido pelo professor que trabalhava a disciplina... daí ele via a melhor forma de passar para o aluno... se

ele precisava de cópias, a gente sempre disponibilizava. Então na verdade, isso era bem livre para o docente.”

(Coordenador entrevistado 01)

De acordo com os coordenadores, a elaboração do material didático era uma responsabilidade do professor, sendo respeitada a ementa dos cursos Pronatec, as quais são disponibilizadas aos parceiros ofertantes. Outro ponto destacado foi que o IFFar proporcionou a impressão de algumas apostilas para serem repassadas aos alunos, porém essa situação não se repetiu nos demais centros, devido a indisponibilidade de recursos.

O Coordenador entrevistado 02 fez uma comparação com o Pronatec e o Sistema S, em relação aos materiais didáticos. O mesmo afirmou que o Sistema S repassa aos docentes as apostilas prontas, privando o professor de elaborar sua própria aula, diferente do Pronatec que proporcionou essa liberdade ao professor.

O docente era incentivado a produzir o seu material didático. O Pronatec não distribuía material didático... diferente do Sistema S. Até onde eu tenho conhecimento devido à minha pesquisa de mestrado, eles distribuíam o material pronto. No Pronatec os professores recebiam a ementa e tinham apoio do Orientador Pedagógico para o desenvolvimento de suas aulas.

(Coordenador entrevistado 02)

Em relação ao pagamento da bolsa-formação, foi questionado sobre o valor da mesma, a sua abrangência e se o pagamento era feito por aula. Saliento que no guião de entrevista dos coordenadores, ao me referir à bolsa-formação, mencionei somente a bolsa-formação trabalhador por equívoco, sendo que o IFFar também ofertou a bolsa-formação estudante. O valor era o mesmo para ambas as modalidades. Os valores das bolsas, conforme Manual de Gestão da Bolsa-Formação 2017, mencionado no Capítulo II, era de R\$ 10,00. Porém, o IFFar aplicou valores diferentes durante a sua execução, sendo que nos primeiros anos de oferta de cursos o valor era de R\$ 8,00 e nos últimos anos, entre 2016 e 2017, o valor de R\$ 15,00. A variação de valores levou em consideração a inflação ocorrida no período, sendo que o auxílio deveria cobrir transporte e alimentação.

Além dos alunos, os docentes e coordenadores também eram remunerados através da bolsa-formação. Respeitando os valores definidos na Resolução/CD/FNDE Nº 4, de 16 de março de 2012, era pago o valor de R\$ 50,00 por hora aos docentes e Coordenador Geral. Aos Coordenadores Adjuntos, o valor correspondia a R\$ 44,00 a hora.

Tabela 14 - Valores bolsa-formação no IFFar

Bolsa-formação Professores	R\$ 50,00 hora-aula
Bolsa-formação Coordenadores	R\$ 44,00 hora
Bolsa-formação Estudante	R\$ 8,00 / R\$ 10,00/ R\$ 15,00
Bolsa-formação Trabalhador	R\$ 8,00 / R\$ 10,00/ R\$ 15,00

Fonte: Entrevistas realizadas aos coordenadores do programa

Entretanto, conforme relatado pelo Coordenador entrevistado 04, caso a instituição ofertasse o transporte e alimentação aos alunos, os mesmos não fariam jus ao recebimento da bolsa-formação.

O repasse dos recursos financeiros do Pronatec se dava de forma descentralizada pelo FNDE, assim sendo: ao final de cada mês era enviado à Coordenação Geral o pedido de pagamento das bolsas dos alunos e professores que participaram do programa naquele período. Como os pedidos de pagamento se davam com base nas presenças dos alunos, não seria possível efetuar o pagamento com antecedência. Dessa forma, houve períodos de grande demora no repasse de financeiro para pagamento das bolsas, o que prejudicou o andamento do programa. Tal dificuldade foi relatada pelo Coordenador entrevistado 05:

“No entanto, o programa muitas vezes falhava, pois atrasava o repasse dos recursos do programa. No momento que tu promete ao aluno o pagamento da bolsa, o aluno é carente, precisa dessa bolsa para ir às aulas, então quando atrasa, ele acaba não indo nas aulas, perdendo muitas aulas. Como os cursos FIC são de curta duração, eles acabavam desistindo do curso.”

(Coordenador entrevistado 05)

Este depoimento retratou uma das grandes dificuldades do Pronatec no IFFar. Durante a duração do programa houve diversos atrasos no repasse dos recursos. Primeiramente, as dificuldades eram orçamentárias, sendo que o orçamento do programa vinha em meados de março ou abril. O início das aulas dependia do recebimento desses recursos. Dessa forma, a demora no recebimento do orçamento gerou atrasos no início das aulas. Além disso, o repasse de financeiro para pagamento das bolsas eventualmente atrasava e em muitos momentos, os pagamentos precisaram ser parcelados, pois o valor enviado era aquém do necessário. Com esses obstáculos, muitos alunos acabaram desistindo do programa, sendo um dos grandes motivos para a evasão no Pronatec no IFFar.

3.3.2. Percepções sobre o modo de funcionamento do programa: gestão da bolsa-formação e certificação dos alunos.

Neste item, foi pesquisado sobre o como é o processo de gestão da bolsa-formação Pronatec, desde a pactuação dos cursos até a descentralização ao IFFar. Além disso, foi verificado qual o tipo de certificação o aluno recebe após a conclusão do curso. Apesar de esta última informação estar contida na legislação do Pronatec, este tema permitiu a introdução ao item 3.3.3.

O investimento dos parceiros ofertantes do Pronatec vai além da oferta dos cursos, abraçando também o investimento com infraestrutura, publicidade e corpo docente adequado à recepção dos alunos. Assim, foi perguntado aos coordenadores se o investimento despendido pelo IFFar atendeu as demandas dos alunos. A maioria dos professores responderam que sim, com algumas ressalvas.

As principais dificuldades mencionadas pelos coordenadores estão na tabela abaixo:

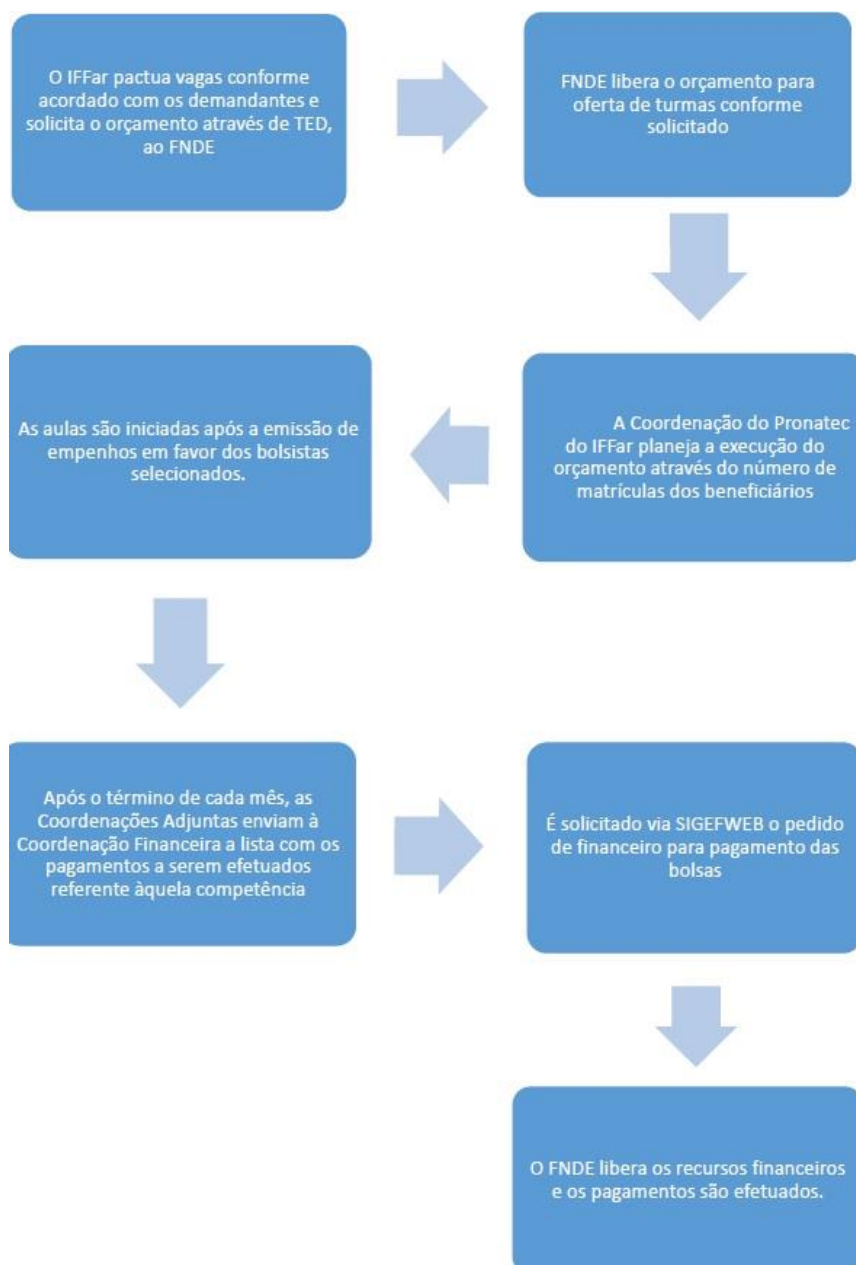
Tabela 15 - Dificuldades mencionadas pelos Coordenadores na gestão do Pronatec

1	Atraso nos repasses de recursos pelo FNDE
2	Burocracia no processo licitatório
3	Má gestão da bolsa-formação

Fonte: Entrevistas realizadas aos coordenadores do programa

Para um melhor entendimento do trâmite da bolsa-formação no IFFar, o quadro abaixo mostra o procedimento desde a pactuação das vagas até o pagamento da bolsa aos beneficiários do Pronatec.

Figura 8 – Fluxo da oferta do bolsa-formação no IFFar



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos coordenadores concorda que a grande dificuldade na gestão do Pronatec foi em relação à burocracia orçamentária e financeira do Pronatec. Conforme a figura acima, o IFFar só tem acesso aos recursos orçamentários após a liberação do orçamento pelo FNDE. Neste momento são emitidos os empenhos de despesas¹³ que permite o início das atividades do Pronatec, entre elas, o início do compromisso do fornecedor para a entrega de materiais e serviços para o programa. A demora no

¹³ Conforme Art. 58 da Lei 4.320/64, "O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição"

processo licitatório, que se inicia na descentralização orçamentária também foi referida pelos coordenadores, pois o tempo entre o início do processo de licitação até a entrega dos materiais licitados ocorre em torno de um a dois meses. Assim, os cursos que possuem aulas práticas e dependem desses materiais para o prosseguimento das aulas, acabam sendo prejudicados pela demora na entrega dos produtos.

Para contornar essas situações, o Coordenador entrevistado 01 relatou que os professores se reuniram com a coordenação e compraram os materiais mais necessários com recursos próprios, para não prejudicar o aprendizado dos alunos.

O Coordenador entrevistado 02 teceu uma breve crítica à gestão da bolsa-formação no IFFar:

“Boa pergunta... Talvez pudéssemos ter aproveitado melhor os valores destinados ao Pronatec... Ofertávamos somente o material escolar. No início do curso, cada aluno recebia uma bolsa contendo um kit. Este kit era composto de caderno conforme o número de disciplinas, lápis, caneta, borracha e camiseta do curso... no decorrer do curso ele recebia o material que o professor entregava e esse material era pago pela instituição. Os valores não saíam do bolso dos alunos, pois eram alunos que possuíam menores condições financeiras, pois para a seleção, era levado em consideração a renda per capita.”

(Coordenador entrevistado 02)

Este relato apresentou uma das dificuldades enfrentadas pelo IFFar ao longo do programa. Conforme o orçamento executado do Pronatec, exposto no Capítulo II, nos anos de 2015 e 2016 foi devolvido ao FNDE mais da metade dos recursos recebidos. As causas destas devoluções não foram investigadas neste trabalho, porém, alguns coordenadores relataram que houve falta de planejamento por parte da gestão do Pronatec.

Esses contratemplos foram sendo aprimorados ao longo do programa, porém as ofertas de turmas foram encerradas no final do ano 2017.

Por último, foi questionado aos coordenadores o tipo de certificação o que o aluno recebia ao final do curso. As respostas foram as mesmas, pois a certificação é padronizada pelo Manual de Gestão do Bolsa-Formação, sendo certificado de conclusão para os cursos FIC e diploma para os cursos técnico.

3.3.3. Contributos dos cursos Pronatec para a empregabilidade dos egressos

Neste último ponto foi investigado junto coordenadores a mesma dimensão inquerido aos professores, assim sendo: Os coordenadores acreditam que os alunos, em posse da certificação recebida pelo Pronatec, estariam aptos a serem inseridos no mercado de trabalho. As opiniões foram diversas, mas todas extremamente relevantes para este trabalho.

Os coordenadores que acreditam na inserção do egresso Pronatec no mercado de trabalho, afirmam que a ementa do curso possui configuração voltada à empregabilidade e desenvolvimento pessoal. Os relatos são semelhantes aos mencionados pelos professores: formação cidadã, desenvolvimento crítico, valorização pessoal.

“Acredito que sim. A maioria dos cursos tem uma seleção de disciplinas adequadas que preparam para o mercado de trabalho. Se pensa nisso também quando se elabora o PPC do curso. Então acredito que prepara sim. Tivemos exemplos de vários alunos que conseguiram ingressar de imediato no mercado de trabalho, inclusive um aluno do curso técnico do Centro de Carazinho conseguiu ingressar num concurso da prefeitura municipal com o certificado do Pronatec.”

(Coordenador entrevistado 04)

O coordenador entrevistado 03 acredita que para os cursos complexos e com disciplinas mais técnicas, os cursos FIC não seriam suficientes para inserção no mercado de trabalho, sendo necessário maior investimento em carga horária, ou seja, transformar o curso FIC em técnico. Na sua opinião, os cursos FIC seriam voltados aos que estão buscando um aperfeiçoamento na sua área.

“Eu acho que ele prepara aquele profissional que já está atuando na área e que vai buscar uma complementação de sua formação, em termos de cursos FIC. Mas um curso de Poda, por exemplo, que é um curso mais técnico, o curso Pronatec seria um complemento para a sua formação, tu já tem que ter experiência, ou servirá como um pontapé inicial... O Pronatec foi além da formação para o mercado de trabalho, proporcionou uma formação cidadã, e o programa foi além da fronteira, proporcionou a oferta em lugares que não teriam cursos, se não fosse pelo Pronatec, pois o próprio sistema S não tem interesse nesses lugares. Então ele cumpriu o seu objetivo, uma pena que o programa foi disvirtuado e que acabou o programa.”

(Coordenador entrevistado 03)

O Coordenador entrevistado 02 trouxe uma contribuição muito importante para esta pesquisa. O mesmo inseriu a necessidade de utilização do termo “mundo do trabalho”. Cabe referir que o coordenador considera que as instituições de ensino não preparam “mercadorias” e sim, pessoas para ingressar no “mundo” que se chama trabalho. Apesar

da nomenclatura ser importante para as novas perspectivas de visão de emprego, este trabalho utilizou, em sua maioria, o termo mercado de trabalho, por ser o termo referido em legislações e normativas.

O Coordenador entrevistado 05 acredita que o fato do Pronatec permitir a interiorização de cursos que visam à empregabilidade, foi o diferencial no ensino técnico federal.

A interiorização da educação federal está entre os objetivos do programa e segundo o entrevistado, o programa cumpriu com o seu papel na oferta de ensino gratuito e de qualidade, apesar das dificuldades durante a realização dos cursos. Tal coordenador citou como ponto negativo a falta de autonomia das instituições demandantes e ofertantes na escolha dos cursos Pronatec, não sendo mais consideradas as características regionais na abertura dos cursos. Esta particularidade contribuiu para o enfraquecimento do programa.

3.4. CONTRIBUTOS DOS CURSOS PRONATEC NAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS ESTUDANTES EGRESSOS: UM OLHAR CRUZADO

Este ponto pretende representar uma súmula da análise aos dados recolhidos e apresentados nos pontos precedentes. O objetivo é fazer uma análise horizontal em relação às dimensões investigadas em comum com os três atores desta pesquisa: egressos, professores e coordenadores. As dimensões investigadas são as seguintes: apoio do IFFar para a realização dos cursos, contribuições do Pronatec nos trajetos profissionais e pessoais dos egressos e empregabilidade dos egressos dos cursos Pronatec do IFFar. Para isso, será demonstrado, através de tabelas as percepções de cada grupo, procurando identificar pontos de convergência entre as perspectivas dos três atores chave entrevistados.

3.4.1. Apoio do IFFar: principais dimensões positivas e negativas referidas pelos entrevistados

A primeira dimensão exposta aqui é relativa ao apoio do Instituto Federal Farroupilha para a realização dos cursos Pronatec. Com efeito, em relação a esta dimensão as respostas dos três grupos foram similares, tanto nos aspectos mais e menos positivos enunciados pelos entrevistados. A fim de clarificar ao leitor, foram compilados neste item o apoio do IFFar para a realização dos cursos do ponto de vista dos três atores e também, os pontos negativos citados pelos participantes da pesquisa.

Entre os pontos positivos citados pelos egressos, estão: qualificação dos professores, atenção com os alunos e que os cursos eram específicos na área pretendida. Essa dimensão buscou analisar se os egressos se sentiram acolhidos pelo IFFar e também, se foram bem atendidos pela instituição no decorrer do curso.

Como pontos negativos, alguns alunos citaram a falta de didática de determinados professores e a curta duração dos cursos FIC. Sobre a duração dos cursos, o IFFar segue a recomendação do Manual de Gestão da Bolsa-formação, não sendo possível a modificação da carga horária por parte da instituição. Assim, esse não seria um ponto negativo do IFFar, e sim, do Pronatec.

Os professores relataram como pontos positivos em relação ao IFFar, a disponibilidade de material solicitado para a realização de suas aulas, a qualidade da infraestrutura cedida às aulas do Pronatec e o bom atendimento da gestão central em relação às suas demandas.

Os coordenadores foram praticamente unânimes em suas respostas tanto nos aspectos positivos, quanto negativos. No que tange às percepções positivas, os mesmos salientaram que o IFFar fez o possível para atender com excelência as demandas do Pronatec e, em relação à instituição, não deixou a desejar. Como pontos negativos, citaram o atraso no repasse dos recursos pelo FNDE. Essa dificuldade contribuiu de certa forma, para a evasão de alunos e paralisação das aulas.

Tabela 16 - Apoio do IFFar: pontos positivos

	Egressos	Professores	Coordenadores
Infraestrutura	O IFFar disponibilizou professores qualificados, infraestrutura para a realização das aulas e material didático	O IFFar disponibilizou material e infraestrutura adequada	O IFFar cumpriu com o seu papel ao fornecer infraestrutura adequada e professores qualificados aos alunos
Metodologia de ensino	Os cursos eram focados na profissão com metodologia adequada para os jovens e adultos	O Pronatec permitiu aos professores a elaboração de suas aulas	O IFFar disponibilizou acessoria como apoio pedagógico para o bom desenvolvimento das disciplinas

Fonte: Entrevistas realizadas aos atores-chave da pesquisa: egressos, professores e coordenadores.

Como pontos negativos, citaram a falta de material específico para a realização de aulas práticas e a questão de alguns computadores não estarem funcionando em determinado Centro de Referência, sendo necessário o desenvolvimento de atividades em duplas para o acompanhamento da disciplina.

Tabela 17 - Percepções negativas sobre o Pronatec

	Egressos	Professores	Coordenadores
Pontos Negativos	Curta duração dos cursos FIC	Falta de materiais específicos	Atraso de repasse de recursos pelo FNDE
	Falta de didática de alguns professores	Atraso na entrega de materiais	

Fonte: Entrevistas realizadas aos atores-chave da pesquisa: egressos, professores e coordenadores.

3.4.2. Contributos do Pronatec para as trajetórias pessoais e profissionais dos egressos

Neste ponto foi analisado de forma conjunta as percepções dos três grupos participantes da pesquisa sobre as contribuições do Pronatec nas trajetórias profissionais e pessoais dos egressos. Considerando os pontos em comum, salientamos que o desenvolvimento pessoal foi a habilidade mais mencionada entre os participantes.

Essa dimensão foi observada nos egressos dos cursos FIC e técnicos. Outro ponto em comum foi o estímulo ao prosseguimento nos estudos.

Por último, o grupo pesquisado concorda que o Pronatec contribuiu para uma inserção no mercado de trabalho mais facilitada, bem como para a melhoria nas posições profissionais.

Tabela 18 - Contributos do Pronatec nos níveis pessoal, educacional e profissional dos estudantes egressos

	Egressos	Professores	Coordenadores
Nível pessoal	Melhoria na comunicação, amadurecimento pessoal, desenvolvimento de pensamento crítico	Desenvolvimento de competências pessoais, nomeadamente em termos de capacidades de comunicação e de valorização pessoal / auto-estima/empoderamento individual do egresso	Contributo para a formação cidadã, valorização das suas trajetórias
Nível educacional	Estímulo a seguir estudando	Estímulo a seguir estudando	Estímulo a seguir estudando
Nível profissional	Melhor preparação para a inserção no mercado de trabalho e crescimento profissional	Rápida inserção no mercado de trabalho, mudança para empregos melhores	Melhor preparação para a inserção no mercado de trabalho

Fonte: Entrevistas realizadas aos atores-chave da pesquisa: egressos, professores e coordenadores.

Por último, e considerando a nossa questão inicial de pesquisa que visava compreender de que forma o Pronatec contribuiu para as trajetórias profissionais dos alunos egressos no Instituto Federal Farroupilha, obrigou ao desenvolvimento de uma análise das percepções e representações dos atores chave participantes nesta pesquisa em relação a esta dimensão específica.

Novamente as opiniões dos entrevistados foram similares, tanto no item preparação e inserção no mercado de trabalho, como nas contribuições de sugestões de melhorias do programa.

A tabela 19 apresenta uma síntese da análise articulada e integradora das diferentes percepções recolhidas em relação aos contributos do programa para a inserção no mercado de trabalho dos estudantes egressos, considerando três tipologias distintas de egressos: (i) egressos dos cursos Técnicos; (ii) egressos dos cursos FIC que já atuavam na área; (iii) egressos dos cursos FIC que não atuavam na área. Apresenta, portanto, uma

síntese desta pesquisa alinhada com a questão de partida, definida como: “*De que forma o Pronatec contribuiu para os trajetos profissionais e pessoais dos alunos egressos no Instituto Federal Farroupilha?*”.

Tabela 19 - Contributos do Pronatec para a inserção no mercado de trabalho dos estudantes egressos

	Egressos	Professores	Coordenadores
Egressos cursos Técnicos	Os cursos foram bem abrangentes com aulas teóricas, práticas e estudos de caso	Cursos com bastante aulas práticas e participação dos alunos	Os cursos técnicos são voltados à empregabilidade, objetivam a rápida inserção do aluno no mundo do trabalho
Egressos dos cursos FIC que já atuavam na área	Sentiram-se fortalecidos e aprenderam coisas novas	Os cursos FIC são ideais para uma reciclagem de aprendizagem	Os cursos FIC dão uma noção geral. Auxilia na permanência no emprego
Egressos dos cursos FIC que não atuavam na área	Sentem-se inseguros para inserção devido à baixa carga-horária e falta de experiência	Os cursos menos complexos preparam para o mundo do trabalho	Cursos FIC são a base para o prosseguimento dos estudos para quem não tem experiência na área

Fonte: Entrevistas realizadas aos atores-chave da pesquisa: egressos, professores e coordenadores.

Os resultados obtidos apresentam as percepções em comum dos cursos Pronatec pelo olhar dos três grupos participantes. No decorrer da análise dos dados, evidenciou-se as percepções em comum sobre os cursos de Formação Inicial e Continuada, porém ressaltando a diferença entre o impacto nas trajetórias dos egressos que já trabalhavam na área de realização do curso, bem como aos que não atuavam na área.

Quanto aos cursos técnicos, os resultados foram similares entre os participantes, evidenciando a formação completa que o curso proporcionou aos estudantes egressos.

As diversas visões apresentadas neste trabalho ressaltam a amplitude e a pluralidade de públicos abrangidos pelo Pronatec dentro do IFFar, tendo ficado evidente que o programa foi significativo nas trajetórias dos seus egressos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, considera-se que esta pesquisa foi extremamente importante para a análise e mensuração das contribuições do programa Pronatec para os egressos, bem como em relação à atuação do IFFar no programa. Como instituição ofertante do Pronatec, o IFFar buscou proporcionar aos alunos cursos de excelência e qualidade.

Visando o melhor atendimento do Pronatec dentro da instituição, o Instituto Federal Farroupilha criou Centros de Referência em cidades do interior do Rio Grande do Sul que não eram atendidas por programas gratuitos de qualificação profissional. Dessa forma, a interiorização do programa trouxe a oportunidade de oferta de cursos gratuitos e de qualidade àqueles que buscavam oportunidades e não encontravam em seus locais. Além da oferta de cursos, a bolsa-formação proporcionou à população de baixa renda auxílio financeiro que atendesse o custeio com alimentação e transporte.

A educação é um direito de todos e assegurado na Constituição Federal, sendo dever do Estado garantir o ingresso e permanência na escola, promovendo o desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Porém, sabemos que as dificuldades impostas aos que estão em vulnerabilidade social impediram o seu acesso durante o período escolar.

Diante disso, o Brasil ampliou o investimento na educação de Jovens e Adultos nas últimas décadas estimulando os adultos a prosseguirem nos estudos. Com isso, diversas políticas públicas foram criadas com esse intuito. Entre elas o programa alvo de estudo desta investigação: o Pronatec.

O Pronatec foi concebido para atender a qualificação de pessoas que estavam em busca de capacitação profissional, bem como demandas do mercado de trabalho, proposta pelos parceiros demandantes. Em relação às ofertas, a contribuição do Sistema S e as Instituições Federais de Ensino, permitiram que o Pronatec atendesse o maior número possíveis de cidadãos, sendo prioridade, os que estavam em vulnerabilidade social.

A presente pesquisa tomou, portanto, como objeto de estudo o Pronatec. Em relação ao atendimento dos objetivos deste trabalho, verifica-se que os mesmos foram atendidos de forma positiva, pois a maioria dos entrevistados afirmaram que o Pronatec contribuiu para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, tornando-os mais motivados e capacitados.

Em relação aos contributos para uma melhor integração no mercado de trabalho, verificou-se que a maioria dos egressos dos cursos técnicos acreditam que os cursos foram bem ministrados e atendem as demandas do mercado de trabalho. Quanto aos cursos FIC, os participantes consideraram que o mesmo atuaria como uma formação inicial aos que pretendem atuar na área, pois os atuais modelos de emprego demandam intensa qualificação.

Aos egressos que já atuavam na área e cursaram o Pronatec na modalidade FIC, percebem que o curso serviu com uma reciclagem em suas competências. Apesar da curta duração, julgaram o curso válido na medida em que contribuiu para permanência ou reinserção no mercado de trabalho.

As dificuldades relatadas pelos professores e coordenadores do programa, foram principalmente em relação à gestão do Pronatec por parte do FNDE, órgão responsável pela descentralização dos recursos. Segundo os entrevistados, essa tensão contribuiu para a evasão dos alunos, pois muitos, não recebiam a bolsa no período normal e não tinham condições de continuar frequentando as aulas.

Devido à falta de investimento por parte do Governo Federal, o IFFar encerrou a oferta de turmas em 2017, sendo criado um novo programa em substituição ao mesmo, o Mediotec. Este programa oferta cursos à distância concomitantes ao ensino médio. Apesar da intenção em diminuir custos aos cofres públicos, ofertando o ensino à distância, as dificuldades de aprendizagem nessa modalidade ainda são tidas como maiores que na modalidade presencial, pois o aluno adulto precisa da interação com o professor para compreender o conteúdo desenvolvido. O papel do professor é fundamental na formação dos alunos. No ensino à distância os desafios são maiores, nomeadamente no que diz respeito às probabilidades de desistência, pois não há convivência com colegas e professores. Esse laço foi relatado por um egresso do Pronatec, ao responder que não desistiu do curso porque a ajuda dos colegas incentivou a sua permanência. O vínculo criado entre professores e alunos é o que mantém o interesse em estudar, sendo que para muitos, a realização do curso Pronatec não mudaria sua posição social e nem seria relevante em sua formação profissional, mas foi fundamental para a melhoria de suas competências pessoais, nomeadamente em termos de capacidades de comunicação e de auto-confiança, contribuindo, desta forma, para um empoderamento do indivíduo.

Apesar de dificuldades encontradas durante esta pesquisa, como a falta de receptividade por parte de alguns entrevistados, os pontos positivos foram muito gratificantes, pois conhecer as trajetórias de vida dos egressos contribuiu para o enriquecimento desta pesquisa.

A continuidade de pesquisas no campo da educação profissional de adultos, traria muitos benefícios para futuros programas de qualificação profissional, pois ao identificar e mapear as principais dificuldades sentidas por atores chave neste domínio, como professores, egressos, coordenadores de pólo, pretendesse, em última análise, contribuir com conhecimento, empiricamente fundamentado, sobre estes programas e subsequentemente identificar aspetos a melhorar nas construções dos próximos programas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, C. F., & Santos, R. A. (2012). A educação profissional de nível médio e os fatores internos/ externos às instituições que causam a evasão escolar. *Proceedings of the International Congress on University-Industry Cooperation*, Taubate, SP, Brasil, 4. Acedido em 10 de junho de 2019, em <http://www.unitau.br/app/webroot/unindu/artigos/pdf525.pdf>

Banks, L.M., & Polack, S. (2014). The economic costs of exclusion and gains of inclusion of people with disabilities: evidence from low and middle income countries. *Terceiro relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos*. Brasília: UNESCO. Acedido em 30 de outubro de 2018, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002470/247056por.pdf>

Barbara, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19(1): 30-49.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo. Edições 70.

Brito, F., & Souza, J. (2005, outubro/dezembro). Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 19(4): 48-63. Acedido em 27 de agosto de 2018, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400003

Bulgraen, V. C. (2010, agosto/dezembro). O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. *Revista Conteúdo*, 1(4): 30-38. Acedido em 06 de julho de 2019, em http://www.moodle.cpscetec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FOP_d03_a04_t07b.pdf

Camargo, J. M. (2001). Globalização e mercado de trabalho. *Mercado de Trabalho conjuntura e análise*. Acedido em 15 de janeiro de 2018, em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5678>

Canali, H. H. B. (2009). *A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional*. Belém:

Universidade Federal do Pará. Acedido em 30 de abril de 2018, em <http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducativa/CANALI.pdf>

Canário, R. (2000). *Educação de adultos um campo e uma problemática* (2a impr.). [S.l.]: Ed. Educa. Acedido em 10 de julho de 2019, em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kj3b2ad3q5oC&oi=fnd&pg=PA8&dq=importancia+educa%C3%A7%C3%A3o+de+adultos&ots=uxs0tqBMEP&sig=Xhq7QcsekrxzQFDQtEjr1oyiRSc#v=onepage&q=importancia%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20adultos&f=false>

Carvalho, A. M. (2010). O impacto da tecnologia no mercado de trabalho e as mudanças no ambiente de produção. *Revista Evidência*, 6(6): 153-154. Acedido em 01 de agosto de 2018, em <https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/215>

Cassiolato, M. M. M. C., & Garcia, R. C. (2014). *Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional* (Texto para Discussão, IPEA, n. 1919). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Acedido em 28 de agosto de 2018, em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121742/1/796869987.pdf>

Costa, M. da S. (2005). O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59): 113.

Decreto-Lei n. 7.566, de 23 de setembro de 1909 (1909). Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Acedido em 09 de novembro de 2017, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (1942). Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Acedido em 30 de outubro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm

Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943 (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Acedido em 21 de novembro de 2017, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997 (1997). Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional. Acedido em 05 de abril de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004 (2004). Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Acedido em 05 de abril de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006 (2006). Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Acedido em 04 de outubro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm

Decreto n. 8.118, de 10 de outubro de 2013 (2013). Altera o Decreto n. 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. Acedido em 02 de setembro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8118.htm

Dedecca, C. S., & Rosandiski, E. N. (2006, junho). Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*, (22): 169-190. Acedido em 10 de agosto de 2018, em http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/276/270

Dellazzana, A. R. Z., *et al.* (2006). A educação de jovens e adultos: uma modalidade de ensino para suplência ou formação integral do indivíduo? *Revista eletrônica Vidya*, 26(2): 38.

DIEESE (2016). *Qualificação Social e Profissional: Análise dos Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015* (Nota Técnica). Brasília: Ministério do Trabalho. Acedido em 27 de agosto de 2018, em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTqualificacaoSocialProjetao.pdf>

- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, (24): 213-225. Acedido em 10 de outubro de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>
- Feres, M. M. (2015). A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. *Mapa da Educação Profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*. Brasília, DF: CGEE.
- Freire, P. (2017). *Pedagogia do Oprimido* (64a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (25a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2005). A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, 26(92): 1087-1113. Acedido em 23 de outubro de 2018, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017
- Frigotto, G. (2015). A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. *Revista Trabalho Necessário*, 13(20): 206-233. Acedido em 01 de agosto de 2018, em <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Ed. Atlas S.A.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Ed. Atlas S.A.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (n.d.). *Séries Históricas e Estatísticas*. Mercado e Força de Trabalho – população economicamente ativa. Acedido em 25 de agosto de 2019, em <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD292&t=grupos-idade>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a). *No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade*. Acedido em 20 de outubro de 2018, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017*. Acedido em 05 de outubro de 2018, em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografica e Estatística (2019a). PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25% no trimestre encerrado em março de 2019. *Agência IBGE Notícias*. Acedido em 26 de maio de 2019, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b). Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. *Agência IBGE Notícias*. Acedido em 14 de julho de 2019, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018c). *População estimada município de Jaguari*. Acedido em 20 de junho de 2019, em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguari/panorama>

Instituto Federal Farroupilha (2016). *Nossas unidades*. Acedido em 15 de setembro de 2018, em <https://www.iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>

Instituto Federal Farroupilha (n.d). *Guia de cursos*. Acedido em 28 de junho de 2019, em <https://www.iffarroupilha.edu.br/guiadecursos>

Instituto Federal Farroupilha (2014). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*. Acedido em 26 de junho de 2019, em http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18.pdf.pdf

Instituto Federal Farroupilha (2016). *O Pronatec no IF Farroupilha*. Acedido em 08 de outubro de 2018, em <https://iffarroupilha.edu.br/pronatec/no-if-farroupilha>

Instituto Federal Farroupilha (2013). *Relatório de Gestão 2012*. Acedido em 20 de setembro de 2018, em <https://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Instituto Federal Farroupilha (2014). *Relatório de Gestão 2013*. Acedido em 20 de setembro de 2018, em <https://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Instituto Federal Farroupilha (2015). *Relatório de Gestão 2014*. Acedido em 20 de setembro de 2018, em <https://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Instituto Federal Farroupilha (2015). *Relatório de Gestão Pró-Reitoria de Extensão 2014*. Atividades de Extensão. Pró-Reitoria de Extensão.

Instituto Federal Farroupilha (2016). *Relatório de Gestão ano base 2015*. Relatório Integral. Pró-Reitoria de Extensão.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2001). *PISA 2000 Relatório Nacional*. Brasília: INEP. Acedido em 14 de setembro de 2018, em <http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012). *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: resultados nacionais PISA 2009*. p.42. P.43. Acedido em 19 de setembro de 2018, em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2009/brasil_relatorio_nacional_PISA_2009.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016). *Brasil no PISA 2015*. Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. Acedido em 20 de setembro de 2018, em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (n.d). *Censo Escolar 2018 – Principais Resultados*. Acedido em 24 de maio de 2019, em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019). *Encceja 2019*. Acedido em 26 de maio de 2019, em <http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja/#!/inicial>

Instituto Paulo Montenegro (2018). *INAF Brasil 2018*. Resultados Preliminares. Acedido em 25 de outubro de 2018, em http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

Jannuzzi, P. M., & Mattos, F. A. M. (2001, julho/dezembro). Duas décadas de conjuntura econômica, de (des)emprego industrial e de inserção dos profissionais da informação no mercado de trabalho. *Transformação*, 13(2): 113. Acedido em 03 de janeiro de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v13n2/08.pdf>

Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acedido em 10 de janeiro de 2018, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei n. 5.672, de 11 de agosto de 1971 (1971). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Acedido em 10 de janeiro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L5692.htm

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (1993). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Acedido em 12 de junho de 2019, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acedido em 10 de setembro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (2005). Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Acedido em 20 de outubro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm

Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Acedido em 28 de agosto de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011 (2011). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do

Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Acedido em 28 de agosto de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm

Lei n. 13.134, de 16 de junho de 2015 (2015). Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Acedido em 20 de outubro de 2018, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm

Manfredi, S. M. (2010, janeiro/julho). Uma política de certificação profissional orientada para a inclusão social. *Revista Linhas Críticas*, 16(30): 1-24. Acedido em 15 de julho de 2018, em <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193514392002.pdf>

Manfredi, S. M. (2016). *Educação Profissional no Brasil* (p. 41). [S.l.]: Paco Editorial.

Martins, S. P. (2016). *Estudo de Caso Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo (GO)* (p. 12). Brasília: WWP. Acedido em 03 de outubro de 2018, em <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Estudo-de-Caso-sinte%CC%81tico-Pronatec-Sen.-Canedo-PT.pdf>

Martins, E. A., Feijó, J. P. & Silva, A. A. (2015). Meritocracia na educação para o trabalho: contradições na formação de trabalhadores. *Revista Labor*, 1(13). Acedido em 09 de julho de 2018, em https://www.researchgate.net/publication/328924007_MERITOCRACIA_NA_EDUCAO_PARA_O_TRABALHO_CONTRADICOES_NA_FORMACAO_DE_TRABALHADORES

Marson, M. D. (2015, outubro/dezembro). A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. *Est. Econ.*, 45(4): 753-785. Acedido em 15 de novembro de 2017, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-4161201500040075

Menezes, E. T. (2001). *Reforma Copanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Acedido em 21 de novembro de 2017, em <http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>

Ministério da Educação (2018a). *Bolsa formação*. Acedido em 02 de setembro de 2018, em <http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao>

Ministério da Educação (2007). *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio*. Documento Base. Acedido em 26 de agosto de 2018, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

Ministério da Educação (2009). *Portaria Interministerial, 1.082/2009 de 20 de novembro*. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. Brasília: MEC.

Ministério da Educação (2016). *Expansão da Rede Federal*. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC. Acedido em 02 de maio de 2018, em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Ministério da Educação (2017). *Manual de Gestão do Bolsa-Formação (2a ed.)*. Brasília: MEC. Acedido em 27 de agosto de 2018, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf&category_slug=marco-2017-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2018b). *Pronatec Oferta Voluntária*. Brasília: MEC. Acedido em 29 de agosto de 2018, em <http://portal.mec.gov.br/pronatec/oferta-voluntaria>

Ministério da Educação (2015). *Portaria 817, de 13 de agosto de 2015*. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Acedido em 02 de setembro de 2018, em http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2016011172727755portaria_mec_817_13082015.pdf

Ministério da Educação (2016). *Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação. PRONATEC*. Brasília: MEC. Acedido em 20 de setembro de 2018, em <http://dadosabertos.mec.gov.br/pronatec>

- Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2000). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Parecer CNE/CEB 11/2000 (p. 26). Acedido em 30 de setembro de 2018, em http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf
- Ministério da Educação, (2018c). *Encceja*. Acedido em 26 de maio de 2019, em <http://portal.mec.gov.br/encceja>
- Ministério da Educação. (n.d). *Parte I. Educação de Jovens e Adultos*. Acedido em 10 de julho de 2019, em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Partel.pdf>
- Ministério da Educação (2012). *Resolução/CD/FNDE n. 4, de 16 de março de 2012*. Acedido em 05 de julho de 2019, em <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3514-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2012>
- Ministério da Economia (2017). *PRONATEC Diagnóstico e Pontos para Discussão*. Acedido em 30 de setembro de 2018, em <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=12582498&codPapelTramitavel=57191142>
- Moraes, C. S. V. M. (2000, abril/junho). Ações empresariais e formação profissional: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. *Perspec.*, 14(2): 82-100. Acedido em 08 de dezembro de 2017, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200012
- Mourão, L. (2009, janeiro/março). Oportunidades de Qualificação Profissional no Brasil: Reflexões a partir de um Panorama Quantitativo. *RAC*, 13(1): 136-153.
- Neves, K. L. S., & Martins, K. S. B. S. (2017). *Evasão e permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto escolar de parintins-amazonas: desafios e perspectivas*. Acedido em 10 de junho de 2019, em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24634_13578.pdf
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico, OCDE (2018). *Relatórios Econômicos OCDE Brasil*. Acedido em 26 de setembro de 2018, em

<https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>

Pacheco, E. (2011). *Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. [S.l.]: Editora Moderna Ltda.

Pochmann, M. (2004). Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação e Sociedade*, 25(87): 383-399. Acedido em 24 de outubro de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>

Pochmann, M. (2014). Brasil: A segunda grande transformação no trabalho? *Estudos Avançados*, 28(81): 23-38. Acedido em 21 de março de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a03.pdf>

Prestes, E. M. T., Sousa, A. C., & Santana, K. I. A. (2009, março/setembro). Motivação e aprendizagem na educação de jovens: uma experiência com o projoovem. *Espaço do Currículo*, 2(1): 96-122. Acedido em 25 de outubro de 2018, em <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/3685/3005>

Ribeiro, V. M. (1997). Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade*, 18(60): 144-158. Acedido em 26 de maio de 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>

Romanzini, B. (2010). *EJA – Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho?* Acedido em 28 de outubro de 2018, em <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>

Sampaio, M. N. (2009). Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões. *Práxis Educacional*, 5(7): 13-27. Acedido em 23 de outubro de 2018, em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/241/253>

Santana, D. C. S. (n.d). *EJA: breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos*. Acedido em 30 de setembro de 2018, em http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf

Schindwein, M. M., & Shikida, P. F. (2000). Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90: implicações e panoramas econômicos. *Revista*

Economia Ensaios, 15(1): 4. Acedido em 10 de janeiro de 2018, em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1189>

Secretaria do Tesouro Nacional (2018). *Aspectos Fiscais da Educação no Brasil*. Acedido em 16 de agosto de 2019, em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4>

Senado Federal (2017). *Relatório de avaliação de políticas públicas do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC)* (Relatório n. 6. Comissão de Educação, Cultura e Esporte). Brasília: Senado Federal. Acedido em 10 de outubro de 2018, em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7319702&disposition=inline>

Serrão, L. F. S. (2014). *Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do Enceja e Enem*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Acedido em 26 de maio de 2019, em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/.../LUIS_FELIPE_SOARES_SERRAO_rev.pdf

Silva, M. R., Pelissari, L. B., & Steimbach, A. A. (2013). Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educ. Pesqui.*, 39(2): 403-417. Acedido em 27 de outubro de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/aop899.pdf>

Soares, M. J. A. (1982). As Escolas de Aprendizizes Artífices - estrutura e evolução. *Forum educ.*, 6(2): 58-92. Acedido em 09 de novembro de 2017, em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60628/58869>

Theodoro, M. (2009). *As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil*. In L. Jaccoud. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília : IPEA, 2005. Acedido em 15 de novembro de 2017, em http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo. Ed. Atlas S.A.

- Universidade Federal de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (1997). *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos – 1997*. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, Hamburgo, Alemanha, 5. Acedido em 23 de outubro de 2018, em <http://www.direitos-humanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html>
- Valente, J. A., Moran, J. M., & Arantes, V. A. (2011). *Educação a distância: pontos e contrapontos*. São Paulo. Editor Summus.
- Victoria, C. G., Knauth, D. R., & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Wittaczik, L. S (2008). Educação Profissional no Brasil: Histórico. *Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial*, 1(1): 79.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos* (2a ed.). Porto Alegre. Bookman.

ANEXOS

ANEXOS A – Parecer Comissão de Ética e Pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRONATEC e inserção no mercado de trabalho dos egressos do Instituto Federal Farroupilha

Pesquisador: LAURA ZUCUNI GUASSO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86568418.9.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.624.254

Apresentação do Projeto:

De Acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De Acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De Acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De Acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De Acordo.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer Ad Referendum.

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

Continuação do Parecer: 2.624.254

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1096514.pdf	26/04/2018 10:47:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_IFFar.doc	26/04/2018 10:45:57	LAURA ZUCUNI GUASSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	25/03/2018 22:09:24	LAURA ZUCUNI GUASSO	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	25/03/2018 22:06:11	LAURA ZUCUNI GUASSO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 26 de Abril de 2018

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador)

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “**PRONATEC e inserção no mercado de trabalho dos egressos do Instituto Federal Farroupilha**”, que fará entrevista tendo como objetivo geral realizar um estudo sobre a empregabilidade dos egressos dos cursos PRONATEC do Instituto Federal Farroupilha. Entre os objetivos específicos estão: Verificar as contribuições do programa para o crescimento profissional e pessoal dos egressos proposto pela conclusão dos cursos PRONATEC; Analisar a percepção que os egressos tiveram do programa e dos docentes que lecionaram as disciplinas; Investigar a percepção dos professores e coordenadores do programa;

Serão previamente marcados a data e horário para as entrevistas, utilizando o guia de entrevistas e equipamentos de mídia para possíveis registros. Estas entrevistas serão realizadas na cidade do respectivo *Campus* ou Centro de Referência do Instituto Federal Farroupilha no qual o aluno está vinculado. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver pessoas maiores de 18 anos e não apresentar questões que invadem a privacidade do entrevistado nem a divulgação de dados confidenciais, não causando danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente. Porém, caso o entrevistado sintá-se constrangido com alguma pergunta, o mesmo poderá não responder a mesma ou retirar-se da entrevista.

A sua identidade será preservada, caso seja sua vontade, pois o indivíduo será identificado pelo número da guia de entrevista.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em relação à contribuição para a realização estudo, pois o mesmo é parte de um programa que tem como um dos objetivos permitir ao aluno o acesso ao mercado de trabalho. O entrevistado também terá a oportunidade de expor a sua experiência com o programa.

A pessoa que estará acompanhando os procedimentos será a pesquisadora Laura Zucuni Guasso, estudante do mestrado Educação e Formação de Adultos do Instituto Politécnico do Porto, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Couto.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Laura Zucuni Guasso

NÚMERO DO TELEFONE: (55) 991158402/ (55) 3218 9810

ENDEREÇO: Duque de Caxias, 1295, apto 1001. CEP: 97015-190. Santa Maria/RS

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Su–Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome _____ por _____ extensão _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: _____/_____/_____.

APÊNDICE B – Autorização extração de Dados Siafi

REQUERIMENTO

À Pró-Reitoria de Administração do Instituto Federal Farroupilha

Sr. Pró-Reitor,

Solicitamos informações referentes ao orçamento recebido e executado no âmbito do Pronatec, no período de 2014 a 2016.

Os dados serão utilizados em pesquisa de mestrado vinculada ao Instituto Politécnico do Porto e intitulada "Pronatec e inserção no mercado de trabalho: diversidade de trajetórias profissionais dos egressos do Instituto Federal Farroupilha".

Atenciosamente,


Laura Zucuni Guasso

Assistente em Administração – Reitoria IF Farroupilha

Acadêmica Mestrado em Educação e Formação de Adultos - IPP

Diante ao exposto,
defiro o pedido, e
são fornecidos - a solicitante
os dados solicitados para
subsidiar pesquisa de mestrado
IPP-Portugal.

em 22/maio/2019.


Denize Maria Sott
Pró-Reitora de Adm. Substituta
Instituto Federal Farroupilha - RS
Portaria nº 130/2012

ALUNOS EGRESSOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

nº entrevista: _____

Nome do entrevistado (opcional):

Idade:

Sexo:

Grau de instrução:

Recebe algum benefício do governo? Qual?

1. Em qual Centro de Referência/*Campus* do Instituto Federal Farroupilha você realizou o curso PRONATEC? Qual curso?
2. Antes do curso PRONATEC, tinha um emprego ou exercia atividade remunerada?
 - Sim Qual?
 - Não (ir para a pergunta 5)
3. Com carteira assinada?
 - Sim
 - Não
4. Ainda permanece neste emprego?
 - Sim
 - Não
5. Quais as dificuldades encontradas na procura por emprego?
6. Está exercendo atividade remunerada atualmente?
 - Sim
 - Não (ir para a pergunta 10)

7. Com carteira assinada?
8. O seu emprego tem afinidades com o curso PRONATEC realizado? Por quê?
9. Acredita que o curso PRONATEC ajudou a conseguir/manter-se no emprego? Por quê?
10. Quais as principais razões/motivações para o ingresso no curso PRONATEC?
11. Em algum momento você pensou em desistir do curso? Por quê?
12. Em que medida o curso realizado pelo PRONATEC contribuiu para o seu crescimento pessoal e profissional?
13. Qual a sua avaliação do curso e dos professores que lecionaram no PRONATEC?

ENTREVISTA PROFESSORES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nº entrevista: _____

Nome do entrevistado (opcional):

Idade:

Sexo:

Grau de instrução:

1. Em qual(ais) curso(s) e *Campus*/Centro de Referência do PRONATEC você lecionou no Instituto Federal Farroupilha?
2. Como as suas aulas eram ministradas? Havia atividades práticas?
3. A instituição proporcionou cursos de formação de professores aos docentes do PRONATEC?
4. Como avalia a infraestrutura do *Campus*/Centro de Referência disponibilizado às aulas do PRONATEC?
5. Como avalia o apoio do IFFar para o desenvolvimento dos cursos?
6. Considerando a sua experiência de docência e o contato com os estudantes, quais são as principais contribuições do curso PRONATEC nas trajetórias profissionais e também pessoais, dos estudantes?

ENTREVISTA COORDENADORES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

nº entrevista: _____

Nome do entrevistado (opcional):

Grau de instrução:

Campus/Centro de Referência:

1. Como o material didático dos cursos são repassados aos docentes?
2. Qual o valor da bolsa-formação trabalhador? O valor é por aula? Esse valor cobre quais custos?
3. Acredita que o investimento despendido pelo Instituto Federal Farroupilha (materiais escolares, infraestrutura) foram suficientes para o atendimento da demanda dos alunos?
4. Qual o tipo de certificação o aluno recebe após a conclusão do curso?
5. Acredita que os cursos PRONATEC preparam o aluno para o mercado de trabalho? Por quê?